

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

DANIEL NOGUEIRA SILVA

**DESEMPREGO E HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL
(1990-2013)**

**PORTO ALEGRE
2015**

DANIEL NOGUEIRA SILVA

**DESEMPREGO E HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL
(1990-2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Dr. Marcelo Milan

**PORTO ALEGRE
2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Daniel Nogueira
Desemprego e heterogeneidade da força de trabalho
no Brasil (1990-2013) / Daniel Nogueira Silva. --
2015.
140 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2015.

1. Desemprego. 2. Brasil. 3. Heterogeneidade. I.
Milan, Marcelo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Daniel Nogueira Silva

**DESEMPREGO E HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL
(1990-2013)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovado em: Porto Alegre, 15 de julho de 2015.

Prof. Dr. Marcelo Milan (orientador)
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn
UFRGS

Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti
PUCRS

Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca
UNICAMP

*Aos trabalhadores e trabalhadoras que
sofrem com o desemprego.*

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas merecem ser lembradas neste momento. Meus pais, Eurípes e Fátima, pelo tempo, cuidado e atenção que me concederam durante toda a vida. Foram as experiências e ensinamentos passados por eles que formaram o meu caráter e me ajudaram a ser quem eu sou.

A minha irmã Dayane e meu cunhado Jefferson, pelo grande apoio que me concederam para a realização deste trabalho.

A minha companheira Andreia pelo seu amor, carinho e cumplicidade, ajudando-me a suportar a distância durante esses dois anos. Dificilmente eu teria aceitado o desafio de fazer o mestrado na UFRGS se não tivesse o seu apoio integral.

Ao meu orientador, prof. Marcelo Milan, por todas as contribuições para esta dissertação. Além disso, seu exemplo como educador e a sua visão política foram grandes motivações para que eu tivesse certeza da carreira profissional que desejo seguir.

Também quero agradecer pelas críticas e sugestões feitas pela banca composta pelo Prof. Antônio Marquetti, Prof. Claudio Dedecca e Prof. Carlos Horn, que permitiram a melhora do trabalho, desde já os isentando dos possíveis erros remanescentes.

Aos funcionários e professores do PPGE UFRGS. Em especial as secretárias Yara e Raquel e aos professores Conceição, Pedro Fonseca, Fernando Ferrari Filho, e Maldonado.

Aos amigos e amigas do mestrado e doutorado do PPGE UFRGS: Lucas, Denise, Tomás, Clarisse, Bianca, João, Claucir.

A Fernanda Valada, Cristina Vieceli e Henrique Graziotin. Nossas conversas e os momentos que compartilhamos juntos eram sempre inspiração para me fazer lembrar aquilo pelo qual lutamos e acreditamos.

Ao Rafael Spengler, pela amizade e a hospitalidade desde os primeiros dias de Porto Alegre.

Ao Jarbas, por ter estado comigo desde o começo, compartilhando cada momento, dos mais felizes aos mais complicados. Ter a sua companhia foi fundamental para tornar os meus dias melhores.

Ao Gustavo Goudard, pelas boas e longas conversas sobre cinema, religião, política. Além dos queijos e quitutes mineiros. Sem contar as ótimas partidas de FIFA, quero dizer, de estudos para as provas. Foi bom ter conseguido em Porto Alegre um irmão mineiro.

A Tuany Ciocci, pela amizade, a companhia e os conselhos. A nossa amizade foi um dos grandes presentes que tive em Porto Alegre e pretendo levá-la por toda a minha vida.

Aos "Dromedários", pelas noites de reflexão e comunhão que me fizeram lembrar que em qualquer lugar e a qualquer hora podemos estar em família. Um agradecimento especial ao Ednardo e a seus familiares, pela amizade e as excelentes refeições que compartilhamos em Canoas. E ao João, por ter sido um grande companheiro e semeado novos sonhos e utopias.

A República Mineira representada pelo Fernando (Boca), Ademir e Lucas. Obrigado pelas refeições compartilhadas, as histórias, e as boas reflexões políticas e futebolísticas. Foram momentos fantásticos passados com vocês.

Não posso deixar de agradecer também aos espaços que ajudaram em minha formação acadêmica e política muito antes de entrar no mestrado: o grupo Mutação, o Ousar, a UEFS e o PET economia. Quero agradecer em especial a Raíssa, Késsia, Paloma, Dyeggo, Luana, Helen, Pablo, Caetano, Marcela, Pedro, Davi, Rildo, Brito, Viviane, Divaldo, Mathias, Romilson, Isla, Bruno e Vitor. Vocês são amigos e amigas que tenho como irmãos e quero levá-los para sempre em minha vida.

Ao Giliad por ter sido o grande incentivador para percorrer essa jornada do mestrado em Porto Alegre, tenho um agradecimento especial. Seu exemplo de vida, e militância, além dos conselhos e a sua amizade foram combustíveis para alcançar meus objetivos.

Aos amigos e amigas da Ebenézer e da Comunidade de Jesus também vão os meus agradecimentos. Vocês são inspirações para a minha fé e para a minha vida.

A CAPES pela bolsa que garantiu as condições materiais para que pudesse me dedicar exclusivamente ao mestrado.

Por fim, gostaria de deixar registrada a minha gratidão a Deus. Foi no exemplo de Cristo que encontrei a maior inspiração para que esse trabalho acontecesse. O seu olhar para os mais necessitados, oprimidos, rejeitados, influenciou profundamente a minha visão política e foi a grande motivação para que escrevesse sobre o tema do desemprego.

RESUMO

O desemprego é um dos principais problemas enfrentados pelas economias capitalistas. Analisando a sua incidência sobre a força de trabalho, há evidências que alguns grupos de trabalhadores - como as mulheres, os jovens, os negros - sofrem sistematicamente com taxas de desemprego mais elevadas. Neste contexto, o objetivo desta dissertação é analisar a relação entre o desemprego e a heterogeneidade dos trabalhadores e como ela se apresentou no Brasil no período entre 1990 a 2013. A principal hipótese deste trabalho é de que as diferenças existentes entre os trabalhadores - como gênero, raça, idade, entre outras - também podem ser responsáveis, em interação com outros determinantes macroeconômicos, por níveis e dinâmicas diferenciadas de desemprego. A metodologia dessa pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica de quatro abordagens macroeconômicas do desemprego e o modo como elas tratam a heterogeneidade da força de trabalho, além do uso de métodos quantitativos com base em dados sobre a economia brasileira. Com base na revisão bibliográfica e nos dados da economia brasileira, é utilizado um modelo econométrico de vetores de correção de erros (VECM) para verificar algumas hipóteses do desemprego e a sua relação com a heterogeneidade. Os resultados do trabalho indicam que, apesar das dificuldades nas teorias do desemprego em inserir a heterogeneidade dos trabalhadores em seus arcabouços teóricos, as visões marxista e pós-keynesiana oferecem importantes instrumentos teóricos e metodológicos para esse tipo de problema. Além disso, os resultados econométricos confirmam, parcialmente, que a demanda efetiva, seguindo a hipótese pós-keynesiana, e o conflito distributivo entre lucros e salários, argumento marxista, são fatores importantes para compreender o desemprego no Brasil. No que diz respeito à relação entre a heterogeneidade e o desemprego, os resultados apontam que um choque na taxa de desemprego incide de forma diferenciada entre os grupos que compõem a força de trabalho. Contudo, nem sempre o desemprego atinge de forma mais intensa os grupos que apresentam historicamente as maiores taxas de desocupação.

Palavras-chave: Desemprego. Heterogeneidade. Força de Trabalho. Econometria. Brasil.

ABSTRACT

Unemployment is one of the main problems faced by capitalist economies. By analyzing its impact on the workforce, the research shows that there are evidences that some groups of workers – such as women, young people, blacks - systematically suffer from higher unemployment rates. In this context, the objective of this work is to analyze the relationship between unemployment and the heterogeneity of workers and how this relationship appears in Brazil from 1990 to 2013. The main hypothesis of this work is that the differences between the workers - such as gender, race, age, among others - may also be responsible, in interaction with other macroeconomic determinants, for the level and the dynamic of the different unemployment rates. The methodology of this research consists of a literature review of four macroeconomic approaches of the unemployment and how they treat the heterogeneity of the workforce, and also the use of quantitative methods using data for the Brazilian economy. Based on the bibliographic review and on the data of the Brazilian economy, an econometric model is used for vector error correction (VEC) to test some hypotheses regarding unemployment and its relationship with the heterogeneity. The results indicate that, despite the difficulties with the theories of unemployment regarding the heterogeneity of workers in their frameworks, the marxist and post keynesian theories provide important theoretical and methodological tools for this type of problem. In addition, the econometric results confirm, in part, that the effective demand, following the post keynesian hypothesis, and the distributive conflict between profits and wages, in terms of the marxist argument, are important factors to understand the unemployment in Brazil. Concerning the relationship between heterogeneity and unemployment, the results indicate that a shock in the unemployment rate has different impacts on the groups that make up the workforce. However, unemployment is not always more intense on the groups that historically have the highest rates of unemployment.

Keywords: Unemployment. Heterogeneity. Workforce. Econometrics. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Diagrama do mercado de trabalho em Friedman..... | 57 |
| Figura 2 - O modelo de Friedman | 58 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Taxa de desemprego dos homens e das mulheres - EUA - 1948 a 2013 | 33 |
| Gráfico 2 - Diferença da taxa de desemprego dos homens e mulheres - EUA - 1948 a 2013 | 34 |
| Gráfico 3 - Taxa de desemprego de brancos e negros - EUA - 1972 a 2013 | 35 |
| Gráfico 4 - Taxa de desemprego por faixa etária - EUA - 1948 a 2011 | 36 |
| Gráfico 5 - Diferença na taxa de desemprego entre brancos e latinos - EUA - 1973 a 2011 | 37 |
| Gráfico 6 - Duração média do desemprego por grupos separados por raça - EUA - 2003 a 2013 | 38 |
| Gráfico 7- Taxa de subemprego separado por raça - EUA - 2000 a 2014..... | 39 |
| Gráfico 8 - Duração média do desemprego (em semanas) entre homens e mulheres - EUA - 2002 a 2013 | 40 |
| Gráfico 9 - Diferença em pontos percentuais entre a taxa de desemprego das mulheres e dos homens - RMS - 1998 a 2013..... | 42 |
| Gráfico 10 - Diferença em pontos percentuais entre a taxa de desemprego de negros e não negros - RMS - 1998 a 2013 | 43 |
| Gráfico 11 - Utilização da Capacidade Instalada (FGV) - 1990 a 2013..... | 105 |
| Gráfico 12- Taxa de Desemprego - 1990 a 2013 | 106 |
| Gráfico 13 - Taxa de Investimento (FBCF/PIB) - 1990 a 2013 | 107 |
| Gráfico 14 - Evolução do Índice de Produtividade do Trabalho (Y/PO) - 1990-2013 | 108 |
| Gráfico 15 - Impacto da VUCI e da TI sobre a TD | 118 |
| Gráfico 16 - Resposta da Taxa de Desemprego diante de um choque na Participação dos Lucros..... | 119 |
| Gráfico 17 - Resposta da Participação do Lucro diante de um choque na Taxa de desemprego | 120 |
| Gráfico 18 - Resposta do indicador de heterogeneidade a um choque na taxa de desemprego | 121 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Duração média de desemprego (semanas) por idade - EUA - 2002 a 2013..... | 40 |
| Tabela 2 - Composição do Exército Industrial de Reserva - Brasil - 2001 a 2009 | 91 |
| Tabela 3 - Teste Dickey-Fuller Aumentado | 113 |
| Tabela 4 - Teste de Cointegração de Johansen..... | 114 |
| Tabela 5 - Teste de Granger | 116 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|--|
| ADF | Dickey-Fuller Aumentado |
| CP | Curva de Phillips |
| CPS | Current Population Survey |
| DA | Demanda Agregada |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos |
| DJA | Razão da Taxa de Desemprego entre Jovens e Adultos |
| DMH | Razão da Taxa de Desemprego entre Mulheres e Homens |
| DNB | Razão da Taxa de Desemprego entre Negros e Não negros |
| DV | Decomposição da Variância |
| EIR | Exército Industrial de Reserva |
| FBCF | Formação Bruta de Capital Fixo |
| FED | Federal Reserve |
| FIR | Função Impulso-Resposta |
| H | Hipóteses |
| H ₀ | Hipótese Nula |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas |
| IH | Indicador de Heterogeneidade |
| INPC | Índice Nacional de Preços ao Consumidor |
| MQO | Mínimos Quadrados Ordinários |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| P | Produtividade |
| PED | Pesquisa de Emprego e Desemprego |
| PL | Participação dos Lucros |
| PME | Pesquisa Mensal de Emprego |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| RMS | Regiões Metropolitanas |
| TCH | Teoria do Capital Humano |
| TD | Taxa de Desemprego |
| TD ₁ | Taxa de Desemprego Defasada |
| TI | Taxa de Investimento |

| | |
|------|--|
| UCI | Utilização da Capacidade Instalada |
| VAR | Vetores Auto Regressivos |
| VEC | Vetor de Correção de Erros |
| VECM | Modelo de Vetores de Correção de Erros |
| VUCI | Variação da Utilização da Capacidade Instalada |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: PROBLEMATIZAÇÃO, TEORIZAÇÃO E RELAÇÃO EMPÍRICA COM O DESEMPREGO | 20 |
| 2.1 | A HETEROGENEIDADE DOS TRABALHADORES | 21 |
| 2.1.1 | As evidências históricas: uma breve apresentação | 22 |
| 2.1.2 | A heterogeneidade e o problema do método | 25 |
| 2.2 | DOIS TRATAMENTOS TEÓRICOS MICROECONÔMICOS DA HETEROGENEIDADE | 26 |
| 2.2.1 | A Teoria do Capital Humano | 27 |
| 2.2.2 | A Teoria do Mercado Dual | 29 |
| 2.3 | A HETEROGENEIDADE E O DESEMPREGO: EVIDÊNCIAS PRELIMINARES | 31 |
| 2.3.1 | Estados Unidos | 32 |
| 2.3.2 | Brasil | 41 |
| 2.4 | SÍNTESE DA ANÁLISE | 45 |
| 3 | DESEMPREGO E HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: ABORDAGENS MACROECONÔMICAS E APLICAÇÕES PARA O BRASIL | 48 |
| 3.1 | OS DIVERSOS CONCEITOS DE DESEMPREGO | 49 |
| 3.2 | TEORIAS MACROECONÔMICAS E ANÁLISES EMPÍRICAS DO DESEMPREGO | 54 |
| 3.2.1 | A NAIRU | 54 |
| 3.2.1.1 | <i>Estimativas da NAIRU para o Brasil</i> | 61 |
| 3.2.1.2 | <i>A Heterogeneidade dos trabalhadores e a NAIRU</i> | 63 |
| 3.2.2 | Os Novos-keynesianos | 66 |
| 3.2.2.1 | <i>Trabalhos empíricos de fundamentação Novo-Keynesiana aplicados ao Brasil</i> | 71 |
| 3.2.2.2 | <i>Heterogeneidade e os modelos novos-keynesianos</i> | 73 |
| 3.2.3 | Os Pós-Keynesianos | 74 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 3.2.3.1 | <i>Alguns trabalhos empíricos</i> | 78 |
| 3.2.3.2 | <i>Heterogeneidade e a visão pós-keynesiana</i> | 81 |
| 3.2.4 | A Teoria Marxista | 82 |
| 3.2.4.1 | <i>Evidências empíricas e modelos baseados na teoria do desemprego de Marx</i> | 86 |
| 3.2.4.1.1 | <i>Trabalhos Empíricos para o Brasil</i> | 89 |
| 3.2.4.2 | <i>A heterogeneidade dos trabalhadores e a visão marxista</i> | 92 |
| 3.3 | SÍNTESE DA ANÁLISE | 94 |
| 4 | DESEMPREGO E HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: UM MODELO VEC PARA O PERÍODO 1990-2013 | 97 |
| 4.1 | O MODELO TEÓRICO | 98 |
| 4.2 | BASE DE DADOS | 103 |
| 4.2.1 | Participação dos Lucros | 104 |
| 4.2.2 | Utilização da Capacidade Instalada | 104 |
| 4.2.3 | Taxa de Desemprego | 105 |
| 4.2.4 | Taxa de Investimento | 106 |
| 4.2.5 | Índice de Produtividade do Trabalho | 107 |
| 4.2.6 | Grau de Heterogeneidade | 108 |
| 4.3 | OS FUNDAMENTOS DO MODELO VAR E DO MODELO VEC | 109 |
| 4.4 | RESULTADOS ECONOMÉTRICOS | 112 |
| 4.4.1 | Teste de Raiz Unitária | 112 |
| 4.4.2 | Teste de Cointegração de Johansen | 113 |
| 4.4.3 | Teste de causalidade de Granger | 114 |
| 4.4.4 | Análise da Função Impulso-Resposta | 116 |
| 4.5 | SÍNTESE DOS RESULTADOS | 123 |
| 5 | CONCLUSÕES | 125 |
| | REFERÊNCIAS | 129 |

1 INTRODUÇÃO

O desemprego da força de trabalho é um dos principais problemas com que se deparam as economias capitalistas. Entendê-lo em suas múltiplas dimensões é uma tarefa fundamental das ciências econômicas, mas não é algo simples a ser feito. Entre as diversas dificuldades existentes na análise do desemprego, uma delas é a existência de enfoques teóricos diferentes para explicar a não utilização dos trabalhadores para a produção. Apesar de muitas vertentes dentro do *mainstream* colocarem o desemprego como um fenômeno de menor importância, a teoria econômica heterodoxa apresenta diversas contribuições relevantes para a compreensão do desemprego. Contudo, mesmo existindo muitos pontos de convergência entre as linhas do pensamento econômico crítico, em alguns momentos, essas análises podem ser conflitantes, o que impõe desafios para o pesquisador que busca entender o fenômeno do desemprego.

Outra dificuldade está relacionada com a forma em que o desemprego se manifesta quando analisado de forma desagregada por algum critério específico. Analisando o desemprego por setor da economia ou por espaço geográfico, fica claro que existem várias taxas de desemprego coexistindo ao mesmo tempo em uma dada economia. Ao atingir parte da força de trabalho, o desemprego também apresenta taxas diferenciadas quando se separam os trabalhadores a partir de suas características pessoais. Essa última evidência, em especial, indica que pode haver uma relação entre a heterogeneidade dos trabalhadores, não importa como definida, e a incidência do desemprego. Mesmo diante desses fatos, a questão da heterogeneidade dos trabalhadores e o desemprego é um elemento que tem sido pouco discutido na última década pela literatura, possivelmente por causa das baixas taxas de desemprego agregada que foram registradas nesse período no Brasil.

Diante destas colocações, a principal questão que esta dissertação procura responder é a possível relação que existe entre a heterogeneidade da força de trabalho e o desemprego e, em segundo lugar, verificar se essa relação manifesta-se no Brasil. A hipótese central defendida neste trabalho é a de que a heterogeneidade dos trabalhadores é um fator que influencia o nível e a dinâmica do desemprego dos grupos que compõem o mercado de trabalho em geral e no Brasil em particular. Em especial, características ligadas ao gênero, à raça, à faixa etária, entre outros aspectos que torna a classe trabalhadora heterogênea, podem ser importantes para explicar as diferenças no desemprego entre os diferentes grupos de trabalhadores.

Ao defender essa hipótese, contudo, não se tenta negar ou reduzir a importância de outros elementos, como a disputa de interesses entre as classes sociais ou o papel de outras variáveis macroeconômicas e institucionais. Com base na tradição heterodoxa do pensamento econômico, baseada em Marx e Keynes, essa dissertação advoga que o desemprego é um fenômeno intrínseco da dinâmica econômica e que as condições macroeconômicas continuam sendo os principais determinantes do desemprego. Todavia, o desemprego entre os trabalhadores pode apresentar dinâmicas diferenciadas por causa da heterogeneidade existente entre eles.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o desemprego de modo geral a partir das teorias macroeconômicas que estudam esse fenômeno e, com base nessa análise, identificar a forma como essas teorias relacionam o desemprego com a heterogeneidade dos trabalhadores, enfatizando como ela se manifestou no Brasil no período entre 1990 a 2013. Para alcançar esse objetivo, é necessário apresentar evidências teóricas e empíricas, mesmo que sucintamente, que demonstrem a importância de tratar os trabalhadores como sendo heterogêneos. Além disso, construir uma revisão bibliográfica das principais teorias macroeconômicas do desemprego, de modo a verificar como tais teorias tratam com a heterogeneidade dos trabalhadores. Por fim, com base nessas análises desenvolvidas e em um instrumental econométrico, aplicar essas teorias macroeconômicas para verificar a relação do desemprego com a heterogeneidade, tomando como referência a realidade brasileira.

Entender essa possível relação que existe entre a heterogeneidade dos trabalhadores e o desemprego é relevante por diversos motivos. O primeiro, de caráter mais acadêmico, é a vantagem de se poder ampliar o entendimento das causas e das múltiplas características do desemprego, ao se partir de uma leitura menos agregada do fenômeno. O segundo motivo está relacionado às políticas econômicas utilizadas para resolver esse problema potencial. Ao considerar que o desemprego pode apresentar especificidades quando tratados os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho, as políticas públicas de combate ao desemprego tornar-se-iam mais efetivas porque atingiriam diretamente os trabalhadores mais afetados pelo desemprego. Exemplos de políticas são aquelas voltadas para a inserção de determinados grupos no mercado de trabalho, como a política de primeiro emprego para jovens ou uma maior assistência maternidade para auxiliar as trabalhadoras que possuem filhos. Nas situações em que o desemprego apresenta níveis diferenciados entre os trabalhadores, estes tipos de política podem ser mais eficientes em reduzir o desemprego e seus efeitos do que as políticas universalistas que possuem um caráter mais geral.

A motivação acadêmica merece uma explicação adicional. Como sugerido anteriormente, ao se afirmar que a taxa de desemprego está em um determinado nível, o que se tem na verdade é uma média das diversas taxas de desemprego de uma dada economia. Por exemplo, ao desagregar o desemprego por meio de critérios geográficos, ou dos setores que compõem a economia, ou ainda por faixa etária, gênero, raça etc., fica em evidência que existe um conjunto de diferentes taxas de desemprego que, quando agregadas e ponderadas, correspondem à taxa de desemprego total. Caso não existam elementos que tornem as taxas de desemprego diferentes quando aplicado algum desses critérios, espera-se que as taxas de desemprego girem em torno da média geral. Contudo, como se mostra nos próximos capítulos, essa homogeneidade entre as taxas de desemprego não é observada, especialmente quando se desagrega o desemprego com base na heterogeneidade da classe trabalhadora. Separando a força de trabalho com base em algumas características, fica claro que o nível de desemprego entre esses diversos grupos não gira em torno da média geral, sendo que alguns grupos específicos de trabalhadores possuem taxas sensivelmente mais altas do que outros no mercado de trabalho.

Sendo assim, para ampliar o entendimento dos aspectos teóricos que buscam explicar o fenômeno do desemprego, é relevante considerar que podem existir diferenças no nível e/ou na dinâmica do desemprego entre os grupos que compõem a força de trabalho que podem não ser explicadas com base apenas na análise agregada do fenômeno do desemprego. Contudo, quando se identificam quais são os grupos de trabalhadores mais afetados com o desemprego, não se pretende argumentar que são apenas as características dos trabalhadores que explicam exclusivamente o desemprego, colocando de lado as demais variáveis macroeconômicas. Ao apontar empiricamente que os negros e as mulheres sofrem com taxas maiores de desemprego, por exemplo, não se pode afirmar, partindo dessa constatação, que o desemprego existe apenas pela condição do trabalhador ser negro ou mulher. Todavia, diante dessas evidências, as teorias do desemprego podem desenvolver análises que também ajudem a explicar o desemprego como fenômeno desagregado, levando em consideração a forma como ele afeta os trabalhadores, partindo de suas diferenças.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste, em um primeiro momento, em uma revisão bibliográfica das principais teorias do desemprego e o modo como elas tratam a heterogeneidade da força de trabalho, especialmente nos trabalhos que têm como o objeto a realidade brasileira. Com base nessa análise teórica, para a parte empírica da pesquisa foi utilizada a metodologia econométrica de Vetores de Correção de Erros para avaliar como o

desemprego e a heterogeneidade se comportou, tomando como referência a realidade brasileira no período de 1990 a 2013. Cabe destacar que a metodologia econométrica utilizada neste trabalho tem importantes limitações, causadas, especialmente, pelo número limitado de observações dos dados para a economia brasileira, impedindo que conclusões mais robustas, no sentido estatístico, sejam derivadas desses resultados.

Diante disso, esta dissertação está organizada em três capítulos, além dessa introdução e a conclusão, em que é apresentada uma síntese dos principais resultados da pesquisa. No primeiro capítulo são analisadas as justificativas teóricas e empíricas para tratar o mercado de trabalho como um espaço composto por trabalhadores heterogêneos. O intuito é apresentar alguns argumentos que justificam a análise do desemprego de forma desagregada. O capítulo dois busca descrever o modo como cada teoria macroeconômica selecionada analisa o desemprego e de que modo se pode inserir a questão da heterogeneidade dos trabalhadores dentro desses arcahouços. Essa seção é importante para identificar quais as variáveis são relevantes na análise do desemprego dentro de importantes escolas do pensamento econômico. Com base nesses elementos, verifica-se de que modo essas teorias se comportam quando o pressuposto da homogeneidade dos trabalhadores é alterado e se passa a considerar as diferenças entre os agentes que ofertam a sua força de trabalho. As teorias analisadas são as seguintes: a NAIRU proposta por Friedman (1968) e Phelps (1967) e as teorias do desemprego dos novos-keynesianos, dos pós-keynesianos e dos marxistas. Em cada uma delas são apontadas as linhas gerais que fundamentam suas análises, trabalhos empíricos aplicados para o Brasil e o modo como elas tratam direta ou indiretamente a heterogeneidade dos trabalhadores.

Com base nas discussões realizadas no capítulo um e dois, no terceiro é estimado um modelo de desemprego para o Brasil no período que vai de 1990 a 2013 que leva em conta a heterogeneidade como determinante do desemprego desigual experimentado pelos diferentes grupos de trabalhadores. Para tanto, são inseridos alguns indicadores parciais que captam os efeitos da heterogeneidade sobre o desemprego, construídos com base na razão da taxa do desemprego entre os negros e não negros, dos homens e das mulheres, e dos jovens e adultos. Esse método permite verificar a forma com que o desemprego atinge esses grupos que compõem o mercado de trabalho brasileiro. O exercício permite também identificar quais teorias conseguem ter suas hipóteses de desemprego validadas para a realidade brasileira. O instrumento utilizado foi a Função Impulso-Resposta em um Modelo de Vetores de Correção de Erros. Os resultados em relação à dinâmica do desemprego no Brasil indicam que ela é

condizente com a visão pós-keynesiana e marxista. Em relação à heterogeneidade, apenas quando se utiliza o critério de gênero é que ela se torna relevante para entender as diferenças na taxa de desemprego.

2 HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: PROBLEMATIZAÇÃO, TEORIZAÇÃO E RELAÇÃO EMPÍRICA COM O DESEMPREGO

Os dados sobre o mercado de trabalho brasileiro, com base na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam a existência de um alto grau de heterogeneidade dos trabalhadores que ofertam a sua força de trabalho. Essas diferenças entre os trabalhadores são expressas por várias características, como gênero, faixa etária, níveis de escolaridade etc. Em alguns países há também a heterogeneidade ligada à origem nacional dos trabalhadores, como é o caso dos países europeus ricos que recebem imigrantes em busca de trabalho e do Brasil pós-abolição. Mesmo sendo uma característica comum no mercado de trabalho de vários países, a heterogeneidade entre os trabalhadores é pouco discutida na literatura que estuda questões ligadas à dinâmica macroeconômica do desemprego. Um exemplo disso é observado na teoria neoclássica básica.

Um dos pressupostos dessa teoria apresentada nos livros-textos de microeconomia, amplamente utilizados nos cursos de economia, é o da homogeneidade do produto e dos insumos (JEHLE; RENY, 2000; VARIAN, 1992). Ao tratar os mercados de produtos e dos insumos com base nesse pressuposto, o modelo ortodoxo padrão simplifica a análise dos fenômenos econômicos, pois assume que as diferenças existentes entre os agentes ou entre os produtos não alteram os "resultados gerais da economia". Cada uma dessas suposições é essencial para que as principais conclusões do modelo neoclássico básico sejam alcançadas.

Nesses dois mercados, de insumos e produtos, o pressuposto da homogeneidade é fundamental para que o equilíbrio em um modelo de concorrência perfeita ocorra via preços. Com base nesse pressuposto, os consumidores são indiferentes na escolha da empresa no momento da compra de um bem. O único elemento que determina a escolha de um produto é o preço que será pago por ele, pois as empresas também são homogêneas em termos de tecnologia, tamanho e custo de produção (JEHLE; RENY, 2000; VARIAN, 1992).

Ao analisar o mercado de trabalho, a teoria neoclássica padrão também assume a hipótese da homogeneidade tanto para as firmas quanto para os trabalhadores (SAMUELSON, 1957)¹. Tratando especialmente dos trabalhadores, esse pressuposto garante que não existam elementos que diferenciem os agentes no momento em que eles ofertam a sua força de trabalho. Nesse caso, apenas a produtividade marginal dos trabalhadores, idêntica em equilíbrio, é capaz de determinar seus salários. Todas as diferenças entre os trabalhadores são

¹ "Remember that in a perfectly competitive market it really doesn't matter who hires whom: so have labor hire 'capital' [...]." (SAMUELSON, 1957, p.894)

postas de lado, pois, teoricamente, elas não influenciam o comportamento da oferta e da demanda de trabalho.

A única possibilidade de uma característica individual afetar os salários é quando ela modifica a produtividade marginal do trabalhador. Esse é o argumento utilizado para explicar, nos modelos neoclássicos mais realistas discutidos abaixo, o modo como algumas características dos trabalhadores, como a educação e a experiência, afetam seus rendimentos marginais (LIMA, 1980). Em síntese, as diferenças entre os trabalhadores só são relevantes se alterarem a produtividade marginal do fator trabalho.

Diante disso, a questão principal que se coloca neste capítulo é saber se as diferenças que caracterizam os trabalhadores são elementos importantes, em uma perspectiva teórica e empírica, para entender a dinâmica do mercado de trabalho, em particular o desemprego. O capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira, são discutidas as motivações para estudar a heterogeneidade dos trabalhadores dentro do mercado de trabalho. Nela são apresentadas duas motivações em especial: a primeira, partindo de uma perspectiva histórica, busca analisar, resumidamente, a evolução do mercado de trabalho e a relação com o processo de acumulação de capital. Já no segundo, analisa-se de que forma o método de pesquisa em economia pode influenciar o modo como os trabalhadores são tratados, se de forma heterogênea ou homogênea.

Na segunda seção é apresentada uma breve introdução à literatura teórica sobre a heterogeneidade presente no mercado de trabalho, com uma ênfase mais microeconômica. A seção trata sinteticamente da abordagem neoclássica mais sofisticada, expressa na teoria do capital humano (TCH) e a crítica feita a ela pela teoria do mercado dual/segmentado. Na seção três, discute-se o comportamento do desemprego em um ambiente formado por trabalhadores heterogêneos. Para isso, é feita uma análise descritiva das taxas de desemprego e da duração do desemprego no Brasil e nos EUA. Por fim, na última seção, são sumarizadas as principais conclusões do capítulo.

2.1 A HETEROGENEIDADE DOS TRABALHADORES

Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986), um elemento heterogêneo é aquele que é composto de partes constituintes diferentes quanto à espécie, qualidades ou características. Tratando especificadamente dos seres humanos, a heterogeneidade se refere à qualidade de uma população na qual os seus integrantes mostram

acentuadas características diferenciadas do ponto de vista biológico e/ou cultural. O modo pelo qual essa heterogeneidade pode se apresentar é diverso. Existem as diferenças de gênero, raciais, relacionadas à idade, à formação educacional, religiosas, geográficas, além de diversas outras expressões culturais que se manifestam nas pessoas a depender da região ou do país que elas pertençam e que também são responsáveis por tornar a raça humana tão plural.

Apesar de ser um traço importante na sociedade, em geral, a heterogeneidade entre os trabalhadores é um elemento pouco levado em consideração dentro da pesquisa econômica do desemprego. Em diversos trabalhos que discutem o desemprego, como em Friedman (1968), Amadeo e Estevão (1994), Keynes (1983), Davidson (1999) e Goodwin (1967), a heterogeneidade, em geral, não é tratada diretamente. Diferente dessas análises, uma das hipóteses desse trabalho é de que considerar as diferenças entre os trabalhadores pode ser um elemento fundamental para entender de forma mais clara a realidade econômica, especialmente nos estudos sobre o desemprego.

Entre as diversas justificativas para considerar a heterogeneidade dos trabalhadores ao analisar o mercado de trabalho, duas delas são objetos de uma análise mais detida nessa seção: as evidências históricas e a questão do método.

2.1.1 As evidências históricas: uma breve apresentação

Tomando como referência a análise que Marx (1983) faz sobre a dinâmica capitalista, a composição do mercado de trabalho está sempre submetida à acumulação de capital, seja para torná-la mais ou menos heterogênea. O capitalismo necessita que a maior parte dos indivíduos detentores da mercadoria força de trabalho tenha a sua mão de obra utilizada de forma lucrativa pelo capital. Isso não significa que no capitalismo não haja exclusão ou discriminação, ao contrário, existe uma forte tendência do desenvolvimento das forças produtivas, especialmente com a revolução tecnológica, de tornar uma grande parte dos trabalhadores "desnecessária" ao sistema produtivo (MATTOS, 2002; SASSAKI, 1997). Essa relação dialética é uma das bases da dinâmica capitalista: ao mesmo tempo em que o sistema econômico mantém vários trabalhadores excluídos do processo produtivo, em vários momentos ele precisa ampliar a quantidade de trabalhadores com a força de trabalho disponível para a venda (ANTUNES, 2002).

Essa busca do capitalismo em tornar a maioria dos indivíduos disponível para o trabalho assalariado pode gerar várias situações degradantes, como é o caso do trabalho infantil. Por isso, Marx (1983) argumentava que a tendência em tornar os trabalhadores "livres" para serem contratualmente empregados, com o objetivo de inseri-los no mercado de trabalho, poderia sofrer resistência através da luta de classes. Mesmo mantendo a oposição genérica entre capital e trabalho, as mudanças na composição do mercado de trabalho também foram alterando as condições da luta de classes, na medida em que cada vez mais grupos diferentes de trabalhadores foram sendo incorporados no mercado de trabalho.

Seguindo a leitura de Marx (1983), no início do capitalismo, nos países centrais, o mercado de trabalho era menos heterogêneo, pois era formado basicamente por homens brancos (REICH; GORDON; EDWARDS, 1973). Contudo, mesmo nas fases iniciais do capitalismo, havia elementos para diferenciar os trabalhadores. No processo de revolução industrial na Inglaterra, por exemplo, existiam os trabalhadores expulsos do campo e aqueles artesãos vivendo nos centros urbanos (HOBSON, 1996). O desenvolvimento das forças produtivas e o uso da maquinaria possibilitaram que fossem inseridos no processo produtivo outros membros da família, como as mulheres e as crianças (MARX, 1983). Algumas formas de inserção podiam variar a depender das características dos trabalhadores, mas em todos os casos a força de trabalho era utilizada de forma a beneficiar da melhor forma possível a acumulação de capital.

Para Antunes (2002), um mercado de trabalho heterogêneo é vantajoso para os capitalistas por permitir a ampliação do material humano explorável e também o grau de exploração. Contudo, Marx (1983) também reconhecia que havia limites para a tentativa do capital em submeter todos os membros da família ao processo produtivo, e um dos principais instrumentos para frear essa tendência era a luta de classes. Segundo Polanyi (2000), o desenvolvimento capitalista possui um duplo movimento: de um lado estão as forças para manter e expandir o mercado "auto-regulável" e do outro, os esforços para proteger as pessoas e a sociedade das consequências negativas trazidas por um mercado que se "auto regula".

Observando experiências históricas específicas, essas mudanças na composição do mercado de trabalho tornam-se ainda mais claras, e o caso do Brasil é um exemplo disso. Até o final do século XIX, a mão de obra brasileira tinha uma característica racial predominante: eram homens e mulheres negros escravizados, que trabalhavam no setor agrícola ligado à exportação (PRADO JÚNIOR, 1970). Apesar disso, também havia outras formas de relação

de trabalho, como a "servidão", que eram exercidas, geralmente, por homens e mulheres alforriados ou não negros (PRADO JÚNIOR, 1963).

O fim da escravidão tornou a mão de obra dos negros disponível para outros setores da economia, mas o peso do setor agrícola na economia do Brasil manteve esses trabalhadores inseridos no setor primário, ou em sua grande maioria marginalizada (FURTADO, 1971). Com o início do trabalho assalariado, o trabalho produtivo de tempo integral passou a ser desempenhado principalmente pelos homens, enquanto que o trabalho parcial e doméstico era realizado por mulheres (NOGUEIRA, 2004).

Uma lei referente à propriedade da Terra, de 1850, e outra lei que regulava a relação de trabalho no regime de colonato e parceria, de 1879, tiveram papel central na determinação da disponibilidade de mão de obra assalariada no Brasil (DEDECCA, 2005). Através delas, os trabalhadores que deixavam de serem escravos e não eram contratados para trabalharem na lavoura passavam a estar disponíveis para outros serviços nos centros urbanos.

Outro fator que permitiu ampliar a disponibilidade de mão de obra no Brasil foi o início das imigrações vindas, especialmente, da Europa. Esses imigrantes, ao serem inseridos na dinâmica econômica, foram fundamentais para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Apesar de terem vindo inicialmente para o setor agropecuário, a maior parte deles foi incorporado no mercado de trabalho como operários, sendo que alguns deles formaram o núcleo nascente da burguesia industrial. O movimento migratório foi também um elemento que contribuiu para alterar a composição da oferta de força de trabalho no mercado. (FERNANDES, 1981; SILVA, 1976)

Segundo Florestan Fernandes (1981), a reelaboração e a expansão do capitalismo comercial e financeiro criavam uma pressão estrutural e funcional no sentido de ajustar a vida econômica interna aos padrões de uma economia capitalista. E um dos polos em que essa pressão se manifestava era na expansão do trabalho livre, em volume e diferenciação por causa da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil experimentou os primeiros surtos de industrialização, ampliando a importância de outros setores da economia, além do agrícola (SILVA, 1976). O emprego industrial foi ocupado inicialmente por imigrantes ou descendentes desses, enquanto os negros continuaram atuando no setor agrícola e as mulheres ficavam fora do mercado de trabalho. O desenvolvimento industrial e os avanços na legislação foram mesclando as características do mercado de trabalho brasileiro, que passou a possuir uma composição altamente heterogênea. No que diz respeito às mulheres, somente em

meados do século XX elas passaram a ser inseridas de forma mais plena no mercado de trabalho. Até então, o seu papel se restringia majoritariamente ao cuidado do lar e trabalhos de subsistência (GUIRALDELLI, 2007; NOGUEIRA, 2004).

2.1.2 A heterogeneidade e o problema do método

Além de a heterogeneidade ser um traço do desenvolvimento histórico do mercado de trabalho, a escolha entre tratar os agentes econômicos como sendo homogêneos ou heterogêneos também pode ser concebida como uma questão de método. Nesse sentido, um dos fundamentos para a análise do *mainstream* econômico é o reducionismo metodológico. De acordo com esse método científico, para explicar todo e qualquer sistema é necessário reduzi-lo até o nível mais básico de sua composição. Nesse nível de análise, busca-se compreender as propriedades que formam cada elemento que compõe o sistema e as relações que eles possuem entre si. Sendo assim, o reducionismo não pode ser confundido com o atomismo pois, nesse último, o objetivo é entender apenas as propriedades intrínsecas dos elementos que compõem o sistema, sem considerar como eles se relacionam. (EL-HANI; PEREIRA, 1999; WRIGHT; LEVINE; SOBER, 2003)

Uma vez que as propriedades das partes e as suas relações são compreendidas, parte-se para a análise macro por intermédio da agregação. Com base nesse método, as macroexplicações dos fenômenos são substituídas por microexplicações. Todos os sistemas complexos, organismos vivos, sociedades, estruturas econômicas, possuem propriedades e regularidades que são a manifestação das propriedades de seus componentes. Ao decompor os fenômenos em unidades atomizadas, é possível compreender o fenômeno geral por intermédio da explicação dessas partes que o compõem. Sendo assim, não existem propriedades que não possam ser explicadas a partir das características trazidas e apresentadas pelos "átomos". (ANGELI, 2011)

O *mainstream* econômico também aplica o método reducionista ao analisar o mercado de trabalho. Os indivíduos são a unidade básica de análise e o seu comportamento é a base para toda a explicação teórica que é feita. Para entender os indivíduos, a teoria ortodoxa utiliza a noção do *homo economicus*. Tomando como referência esse conceito, considera-se que todos os indivíduos são movidos por interesses pessoais, sendo que a racionalidade é o principal guia das decisões humanas. As diferenças entre os indivíduos são colocadas de lado porque elas não interferem nas decisões econômicas. Como no reducionismo o todo é a soma

das partes, assumir a hipótese da homogeneidade comportamental dos indivíduos, isto é, reconhecer que todos os indivíduos são *homo economicus*, permite que as análises econômicas sejam simplificadas. Contudo, isso ocorre apenas na relação entre meios e fins. Isso não impede que haja heterogeneidade de meios (tecnologia, "capital humano") ou nos fins (preferência dos indivíduos). (WRIGHT; LEVINE; SOBER, 2003)

Na medida em que simplifica a diversidade humana e elimina da análise os diversos fatores que diferenciam os indivíduos, o conceito de *homo economicus* possibilita que questões complexas sejam tratadas de uma forma mais direta. Diversas outras leis econômicas usadas pelo *mainstream* podem ser derivadas com base nesse conceito, como a lei da maximização da utilidade e as leis sobre a utilidade marginal. Entretanto, tais simplificações, em muitos momentos, ao invés de contribuir para o desenvolvimento teórico, tornam-se as principais responsáveis por limitar reflexões teóricas mais completas e complexas. Algo que se percebe em diversas áreas, em especial, quando se trata do mercado de trabalho (EL-HANI; PEREIRA, 1999).

Portanto, propor a heterogeneidade dos agentes na análise econômica, especialmente ao estudar o desemprego, não significa apenas flexibilizar uma hipótese utilizada pelo *mainstream*. Ao levar em consideração as diferenças entre os trabalhadores, também está questionando-se a viabilidade de utilizar o método reducionista na ciência econômica. Isso porque, mesmo quando a teoria ortodoxa tenta inserir alguns elementos de heterogeneidade entre os indivíduos, as suas bases ontológicas limitam o uso desse tipo de enfoque. Pois apenas quando se considera os indivíduos como "iguais" é que se torna viável agregá-los e com isso entender os fenômenos macroeconômicos. Assim, propor uma análise do desemprego que leve em consideração as diferenças entre os trabalhadores é também um modo de criticar o método reducionista neoclássico de analisar a economia.

2.2 DOIS TRATAMENTOS TEÓRICOS MICROECONÔMICOS DA HETEROGENEIDADE

Nessa seção são apresentadas duas teorias microeconômicas clássicas que buscam inserir algum tipo de heterogeneidade dos trabalhadores na análise do mercado de trabalho, mas sem discutir diretamente o problema do desemprego. Elas são apenas exemplos de formas alternativas para pensar o mercado de trabalho. A primeira delas, a teoria do capital humano (TCH), tem como referência a análise neoclássica, e o elemento que é inserido como

critério de diferenciação entre os trabalhadores é o nível educacional. A segunda é a teoria do mercado dual (ou segmentado) de trabalho, que se trata de uma crítica e ao mesmo tempo uma alternativa para a TCH. Essa teoria busca explicar a determinação de salários e a mobilidade ocupacional dos trabalhadores com base em algum grau de segmentação do mercado. Para ser mais objetivo, não há apenas uma teoria do mercado dual, mas um conjunto de abordagens teóricas que tratam o mercado de trabalho com base em algum grau de segmentação (LIMA, 1980). Outras abordagens, como a Teoria da Agência (NIKKINEN; SAHLSTROM, 2004) e a dos Contratos (MURPHY, 1986) não são abordadas por não se constituírem no foco do trabalho. No próximo capítulo são discutidas as abordagens macroeconômicas atuais para inserir a questão do desemprego de forma explícita na análise.

2.2.1 A Teoria do Capital Humano

Dentro da teoria neoclássica mais simples, uma hipótese comum em relação ao mercado de trabalho é considerar que todos os indivíduos, dentro de uma sociedade capitalista democrática, podem oferecer no mercado a sua mão de obra nas mesmas condições de oportunidades. Essa igualdade entre os trabalhadores permite tratar o mercado de trabalho como um espaço de uniformidade, o que leva a desconsiderar a heterogeneidade existente. (JEHLE; RENY, 2000; VARIAN, 1992)

É um tanto óbvio reconhecer que os teóricos da economia neoclássica não tentam negar a diversidade humana ao assumir a hipótese da homogeneidade dos trabalhadores no mercado de trabalho. Ao invés disso, a ideia que fundamenta tal hipótese é a convicção de que a heterogeneidade entre os indivíduos não é um elemento central para definir a dinâmica interna do mercado de trabalho. Isso ocorre porque os mercados competitivos seriam os responsáveis por eliminar qualquer discriminação no mercado de trabalho (ENGLAND; FOLBRE, 2005). Os únicos elementos relevantes para a firma contratar um trabalhador e lhe pagar um determinado nível salarial é a sua capacidade de trabalhar e a sua produtividade marginal. Contudo, diversas evidências empíricas que apontam para diferenças salariais entre os indivíduos levou a teoria neoclássica a inserir novos elementos em sua análise, passando a considerar o nível de qualificação dos trabalhadores como um critério para entender o mercado de trabalho (LIMA, 1980). Isso deu origem à Teoria do Capital Humano (TCH de agora em diante), uma vertente da teoria neoclássica que incorpora os resultados da educação como um critério na diferenciação entre os trabalhadores.

Analisando os pressupostos básicos da TCH, pode-se considerar que as suas origens vêm da influência de autores clássicos da economia, como Adam Smith (1996), e teve suas bases plenamente definidas a partir dos trabalhos de Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz em meados da década de 1960 (LIMA, 1980). Esses trabalhos influenciaram diversas outras áreas de conhecimento como a pedagogia e a história, que passaram a buscar novas evidências que confirmassem o argumento de que os ganhos educacionais são fundamentais na empregabilidade e também na diferenciação salarial dos trabalhadores no mercado de trabalho ao longo do tempo². Os autores dessa vertente dão uma forte ênfase ao pressuposto de que o capital humano é algo produzido a partir das decisões de investimento, que tanto pode ser feita pelo Estado quanto pode ser buscada pelos indivíduos (LIMA, 1980).

A TCH trata a heterogeneidade dos indivíduos com base nas diferenças nos níveis educacionais e tem como principal objetivo mensurar a relação entre os salários e a educação. Os trabalhadores seriam agrupados segundo a sua formação educacional, que serviria de sinal para as firmas identificarem os trabalhadores mais produtivos. Segundo Schultz (1961), os ganhos com capital humano seriam os principais responsáveis para o crescimento econômico, mas a dificuldade de mensurá-los impede que maiores investimentos sejam feitos. Um argumento utilizado por esse autor para explicar as diferenças salariais nos EUA entre os brancos, os negros e os imigrantes seriam as diferenças nos investimentos em educação entre esses indivíduos, colocando fatores como a discriminação em um segundo plano. Seguindo o argumento dessa vertente, todos os elementos que tornam o mercado de trabalho um espaço heterogêneo podem ser reduzidos em última instância nas diferenças de qualificação entre os trabalhadores. (BECKER, 1962)

Nas palavras de Lima (1980, p. 226), a TCH pode ser resumida no seguinte esquema de raciocínio:

[...] a) as pessoas se educam; b) a educação tem como principal efeito mudar suas 'habilidades' e conhecimentos; c) quanto mais uma pessoa estuda, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade; e d) maior produtividade permite que as pessoas recebam maiores salários.

Pode-se afirmar, portanto, que a TCH se insere no arcabouço de análise neoclássico, ampliando-o de modo a inserir a educação como variável relevante para explicar as diferenças entre os indivíduos no mercado de trabalho. De acordo com o pensamento neoclássico básico,

² Um exemplo disso é o trabalho de Solmon (1969) que analisa os gastos com educação formal entre os diversos Estados dos EUA no período de 1880 a 1890.

os salários são pagos a depender da produtividade marginal. Os teóricos do capital humano concordam com essa visão, a diferença é que a produtividade, segundo eles, estaria associada à educação. Quando as pessoas se educam elas ampliam ou modificam as suas habilidades e conhecimentos, sendo que quanto maior for o tempo de estudo, maior serão as habilidades cognitivas e a produtividade. A diferenciação entre as pessoas que ofertam a sua mão de obra é baseada apenas nas habilidades profissionais, sendo que as demais características individuais não são levadas em consideração.

Todavia, a partir da década de 1970, novas evidências empíricas passaram a revelar que não era apenas a educação o principal fator de diferenciação entre os indivíduos. Alguns estudos como os de Hansen, Weisbrod e Scanlon (1970) apontavam para o equívoco em assumir que existia uma relação simples altamente significativa entre o nível de escolaridade e os rendimentos. Segundo esses autores, haveria outras características de diferenciação entre os trabalhadores que seriam responsáveis por diferenças salariais, mas que a TCH não conseguia incorporar em sua análise. A partir dessa crítica e outras que foram desenvolvidas, o esquema teórico proposto pela TCH passou a ser questionado.

2.2.2 A Teoria do Mercado Dual

Antes de tratar dos principais pontos da teoria do mercado dual, é necessário apresentar dois conceitos que estão presentes em todas as abordagens que compõem essa teoria: são eles os conceitos de mercado primário e secundário. O primeiro deles seria caracterizado por empregos estáveis e remunerações mais altas. Nele estariam as grandes firmas, as tecnologias mais avançadas, além de existirem diversos mecanismos de treinamento para os trabalhadores, que ampliam a sua qualificação. Já no mercado secundário a dinâmica seria outra. Nele, os empregos oferecem más condições de trabalho, há uma alta rotatividade entre os trabalhadores, estagnação tecnológica e elevados níveis de desemprego. As diversas vertentes que fazem parte da teoria da segmentação oferecem diferentes explicações para a dinâmica desses dois mercados.

Em uma das principais vertentes dentro da teoria da segmentação são analisados três elementos específicos: as firmas, as características intrínsecas aos indivíduos e as habilidades que os indivíduos desenvolvem dentro da firma (DOERINGER; PIORE 1968). Em relação às firmas, o que os autores dessa vertente observam é o comportamento da demanda dos produtos dessas empresas e como isso influencia o tipo de emprego oferecido. Firmas com

níveis de demanda mais estáveis, em geral, não alteram substancialmente a composição nem o nível da sua mão de obra. Além disso, por oferecerem uma maior estabilidade aos seus empregados, essas firmas passam a oferecer capacitações e treinamentos que possibilitam a ascensão interna de seus trabalhadores. Por outro lado, as firmas que sofrem oscilações na demanda estarão mais propensas a oferecer empregos menos estáveis e com piores condições, além da ausência de políticas internas de capacitação e treinamento. As primeiras firmas compõem o mercado primário e as segundas, o mercado secundário.

As características intrínsecas dos indivíduos, segundo elemento analisado por essa vertente da teoria do mercado dual, determinam qual tipo de emprego os indivíduos irão ocupar. Com isso, diferentes grupos de pessoas, separadas por sexo, raça, idade, formação educacional, ocupariam esses dois grupos de empregos. Sendo que as oportunidades de trabalho irão depender dessas características. Depois de ocuparem os postos de trabalho, são esses empregos que irão influenciar a evolução futura do aprimoramento profissional de cada trabalhador. Esse seria o terceiro elemento: as habilidades que os indivíduos desenvolvem dentro da firma.

Para os autores dessa corrente da teoria da segmentação, existem algumas características pessoais dos indivíduos que determinam o tipo de mercado que eles serão inseridos. Para os trabalhadores que possuem características que os direcionam ao mercado primário, os atributos do emprego irão direcionar a sua formação profissional, ampliando as diferenças desses trabalhadores para os outros que forem inseridos no mercado secundário.

Haveria, portanto, dois mecanismos que se retroalimentariam. De um lado as características pessoais levam os indivíduos a ocuparem tipos diferentes de empregos e do outro, as condições oferecidas pelos empregos forneceria aos trabalhadores as habilidades e técnicas profissionais que ampliariam as diferenças entre eles. Com isso, caso um indivíduo tenha as características para ocupar um emprego no mercado primário, as oportunidades de crescimento profissional seria diferente de outro indivíduo inserido no mercado secundário.

Uma segunda linha dentro da teoria do mercado dual ou segmentado enfatiza as características das firmas. Ao invés de dar um peso maior às características dos indivíduos e as habilidades desenvolvidas dentro da empresa, nessa segunda vertente são analisadas o modo como as firmas atuam para gerar essa segmentação do mercado de trabalho. Nesse caso, as características da demanda pela mão de obra são realçadas, e esse tipo de demanda é que seria a responsável pela segmentação do mercado de trabalho. (LIMA, 1980)

Por fim, existe uma terceira linha de interpretação que analisa a segmentação do mercado de trabalho a partir da história (REICH; GORDON; EDWARDS; 1973). Segundo os autores dessa vertente, a segmentação teria tido início na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. Antes desse período, havia uma forte tendência à homogeneização dos trabalhadores. Contudo, esse caráter mais homogêneo da força de trabalho ampliava a força dos trabalhadores, provocando o aumento dos conflitos trabalhistas. Para frear essa tendência, as grandes corporações iniciaram um movimento consciente e sistêmico com o objetivo de segmentar o mercado de trabalho a fim de reduzir a unidade dos trabalhadores. Essa análise aproxima-se da visão marxista, na medida em que associa a segmentação do mercado de trabalho com a dinâmica do capitalismo, especialmente o monopolista.

Há ainda a abordagem neoclássica do mercado segmentado de Bulow e Summers (1985) que busca explicar as diferenças salariais sistemáticas entre os trabalhadores, em princípio, igualmente produtivos. Nesse caso a hipótese de que os mercados são homogêneos e competitivos é relaxada.

Em resumo, essas teorias, a TCH e a dos mercados segmentados, permitem diferenciar os trabalhadores em termos da remuneração e da inserção no mercado de trabalho, mas não desenvolvem a questão do desemprego. Esse problema exige uma discussão macroeconômica, que é feita no próximo capítulo.

2.3 A HETEROGENEIDADE E O DESEMPREGO: EVIDÊNCIAS PRELIMINARES

Como discutido em outras seções deste capítulo, alguns elementos teóricos indicam que as diferenças entre os trabalhadores, que conformam a heterogeneidade da força de trabalho, influenciam certas variáveis no mercado de trabalho, como o modo de inserção, os rendimentos, entre outros. O objetivo dessa seção é apresentar algumas estatísticas descritivas que enfatizam a importância dessas diferenças quando se analisa especificamente o desemprego, objeto central dessa pesquisa e que não é considerado nas teorias apresentadas. Para isso, são analisados os dados de desemprego em alguns grupos que compõem o mercado de trabalho em dois países, o Brasil e os Estados Unidos.

Apesar do foco desse trabalho ser o Brasil, a análise comparada entre os dois países é válida por alguns motivos. Segundo Dedecca e Menezes (2011), mesmo os dois países possuindo níveis de desenvolvimento diferenciados, esse tipo de comparação é viável por se

tratar de mercados nacionais de dimensões parecidas e apresentarem algumas características em comum. A vantagem de se construir análises comparativas é que elas contribuem para que os padrões de comportamento dos dados que forem encontrados não sejam associados às especificidades de apenas um país. Além disso, a escolha em comparar o mercado de trabalho brasileiro com o norte-americano também permite mostrar que algumas das diferenças na dinâmica do desemprego entre os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho não são devidas apenas a uma questão de nível de desenvolvimento das forças produtivas. Essas diferenças também podem estar relacionadas a algumas experiências históricas em comum, como a escravidão da população negra, ou a um padrão de desenvolvimento capitalista que, independente da condição de desenvolvimento do país, impõe uma dinâmica de diferenciação à classe trabalhadora.

Para organizar essa seção, são analisados separadamente os mercados de trabalho dos dois países. Para cada um deles são discutidas as taxas de desemprego e a duração do desemprego de alguns grupos de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho. Cabe destacar que, apesar de existirem algumas diferenças nos conceitos de desemprego utilizado nas duas bases de dados empregadas nessa seção, o objetivo aqui não é fazer uma discussão conceitual, mas apenas apresentar evidências das diferenças no desemprego entre os diversos grupos que compõem os dois mercados de trabalho.

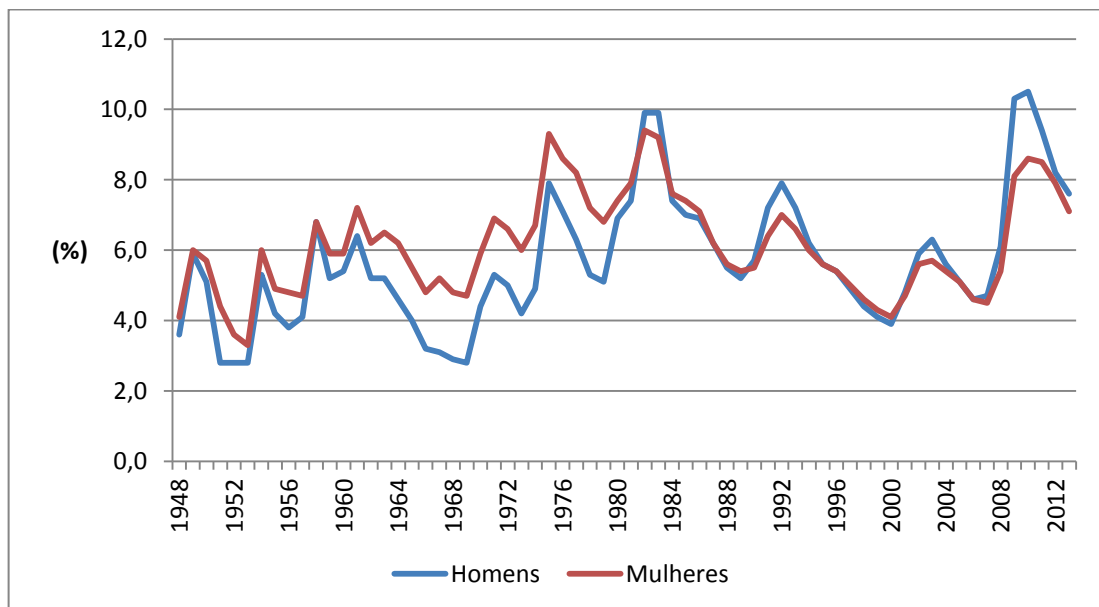
A metodologia utilizada para a análise dos dados foi com base nos testes F-Statistic e T de Student, utilizando o software Excel 2007. O teste T de Student é útil para verificar se as diferenças da média entre as amostras são estatisticamente significativas e diferentes de zero nos períodos analisados. Contudo, para a realização desse teste, é necessário antes assumir uma suposição em relação à variância dos dados analisados. Por isso, antes de proceder ao teste T, é feito o teste F para verificar se as variâncias da amostra são equivalentes ou não. Os resultados da análise seguem abaixo.

2.3.1 Estados Unidos

Observando a taxa de desemprego desagregada nos EUA com base em alguns fatores de heterogeneidade, é evidente que os diferentes grupos que compõem o mercado de trabalho norte-americano apresentam dados diferenciados. A primeira diferença observada é quando se considera o elemento gênero.

O gráfico 1 apresenta os dados do desemprego nos EUA entre 1948 até 2013 para homens e mulheres, com base no *Current Population Survey* (CPS) realizada pela *Bureau Labor Statistics* (BLS). Nele é possível perceber que a taxa de desemprego entre os dois grupos não apresentou o mesmo comportamento em todo o período de análise. Dividindo o período arbitrariamente em duas partes, 1948-1981 e 1982-2013, aparentemente, há uma dinâmica diferente para cada um desses períodos. No período que vai até o ano de 1981 o desemprego entre mulheres parece ser superior ao dos homens, sendo que em alguns períodos, como entre 1962-1969, ele se amplia consideravelmente. A partir de 1981 o desemprego entre esses dois grupos passa a apresentar dinâmicas parecidas e a diferença é reduzida³.

Gráfico 1 - Taxa de desemprego dos homens e das mulheres - EUA - 1948 a 2013



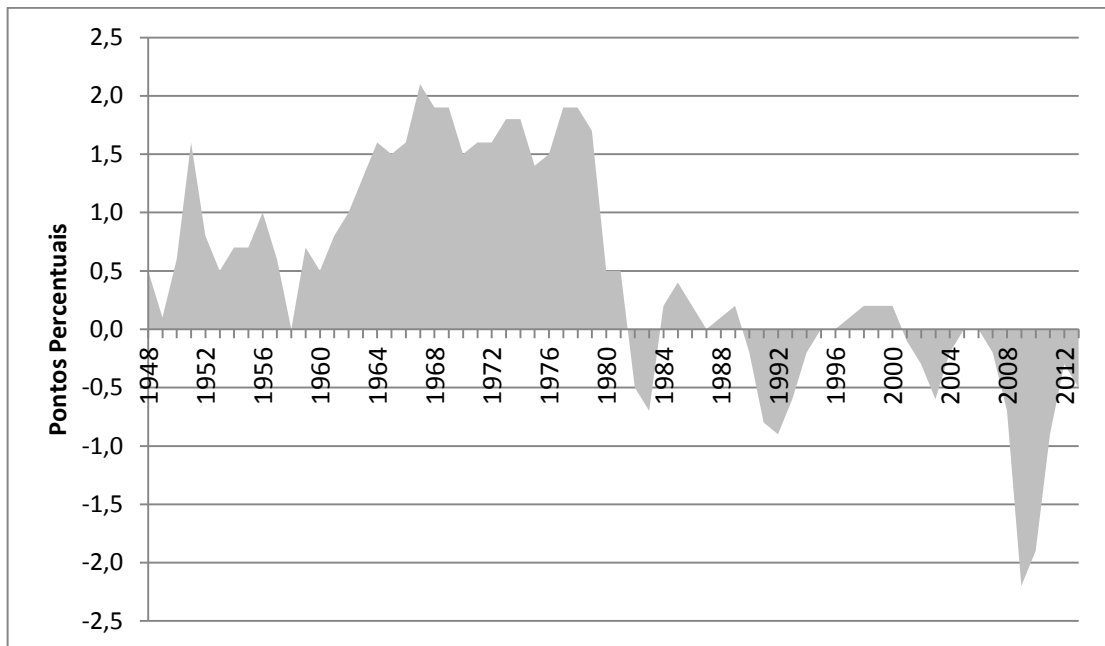
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2012).

O gráfico 2, logo abaixo, também parece confirmar esses resultados. Nele é apresentada, através da área cinzenta, a diferença em pontos percentuais entre as taxas de desemprego das mulheres e dos homens. Na primeira parte, o desemprego feminino foi predominantemente superior e na segunda parte, os dois grupos revezaram nas taxas de desemprego, com o desemprego masculino sendo aparentemente mais alto.

³ Analisar os fatores que levam a essa mudança na dinâmica do desemprego entre esses dois grupos foge do escopo desse trabalho. Contudo, perceber essa modificação é importante para demonstrar que também pode existir no mercado de trabalho uma tendência de reduzir as diferenças no desemprego entre os grupos que compõem a classe trabalhadora, e não apenas de ampliá-la.

Para verificar se as diferenças apresentadas a partir da análise visual dos gráficos se confirmam pelos dados, foram realizados os testes F-statistic e T de student. Para o período completo, os resultados do teste T indicam que a hipótese nula (H_0), que a diferença da média entre os dois grupos seja igual a zero, pode ser rejeitada a um nível de significância de 5%. O que confirma a impressão de que a taxa de desemprego entre as mulheres foi superior ao dos homens quando se analisa todo o período histórico.

Gráfico 2 - Diferença da taxa de desemprego dos homens e mulheres - EUA - 1948 a 2013



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

Os testes T realizados para os dois períodos separadamente também confirmam as conclusões encontradas da análise gráfica, mas com algumas ressalvas. No primeiro período (1948-1981), os resultados do teste confirmam as suposições levantadas. Com base no teste T, pode-se rejeitar a H_0 a um nível de significância de 5%. No segundo período, apesar da análise gráfica indicar que o desemprego entre os homens foi maior do que o das mulheres, os testes apontam que o desemprego foi semelhante nos dois grupos, a um nível de significância também de 5%.

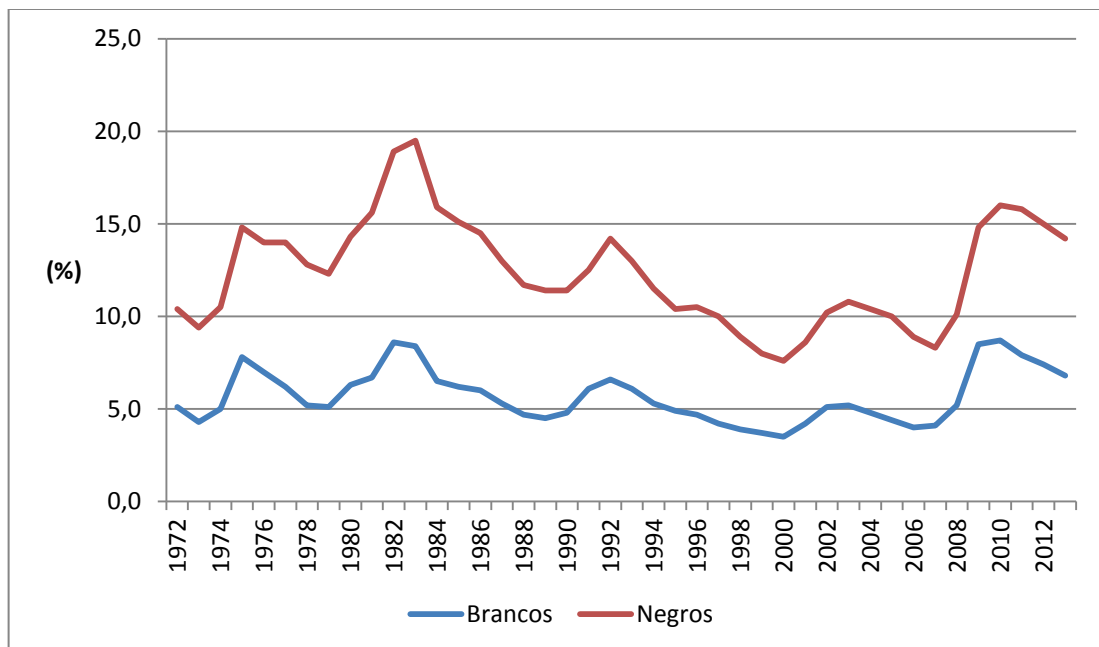
De acordo com os dados dos gráficos 1 e 2, durante o primeiro período, aparentemente, a variável gênero esteve associada à taxas de desemprego diferentes. Isso indica que pode ter existido no mercado de trabalho norte-americano entre 1948 a 1980 algum tipo de discriminação de gênero. Contudo, com base apenas nesse trabalho não é possível

confirmar essa hipótese. Seria necessária uma análise mais completa para se afirmar isso. Todavia, a mudança observada a partir de 1981 merece uma atenção especial.

Várias reflexões podem ser levantadas para tentar responder os motivos que levaram a uma redução na diferença do desemprego entre homens e mulheres nos EUA. Com base no que foi discutido nesse capítulo, essa mudança pode ser explicada por causa de aumento na educação e conseqüentemente da produtividade entre as mulheres (TCH), mudanças na inserção dessas trabalhadoras no mercado de trabalho ou a necessidade de uma segunda renda, geralmente da mulher, que é criada por causa da estagnação da renda familiar mediana desde a década de 1980.

Tratando agora da questão racial, os dados referentes às diferenças nas taxas de desemprego nos EUA mostram diferenças relativas ainda maiores quando se compara os negros com os brancos⁴, como observado no gráfico 3. Nesse caso não é necessário um segundo gráfico para que se possa visualizar a diferença em alguns períodos, pois, em todos os anos analisados (1972 - 2013), o desemprego entre negros foi substancialmente superior ao dos brancos. Esses resultados também são confirmados pelo Teste T, que rejeita a H_0 de que a diferença das médias seja igual a zero em todo o período.

Gráfico 3 - Taxa de desemprego de brancos e negros - EUA - 1972 a 2013

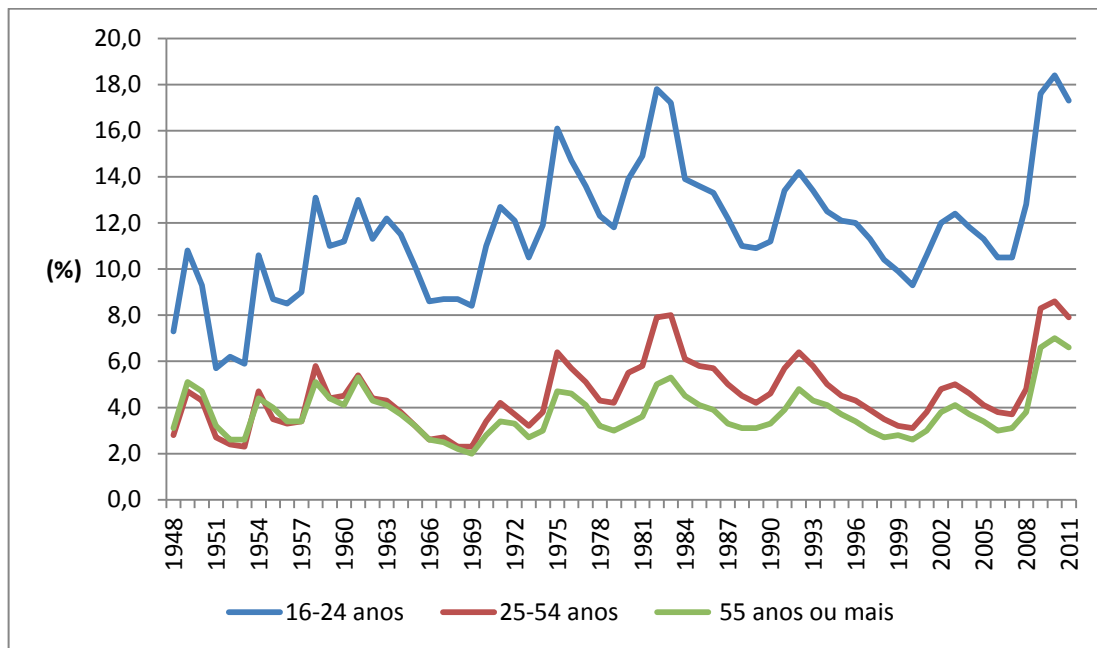


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

⁴ Os dados de desemprego da população negra só estão disponíveis para o período a partir de 1972.

Além da taxa de desemprego entre os negros ser sistematicamente superior à dos brancos nos EUA, outro elemento também chama a atenção. Quando se analisam os dados a partir da década de 1990 até 2008, a diferença na taxa de desemprego entre negros e brancos começou a cair. A diferença média do desemprego entre os dois grupos até 1991 era de 7,6 pontos percentuais e entre 1992 a 2008 foi de 5,4 pontos percentuais. Uma variação de mais de dois pontos percentuais. A crise financeira que atingiu o mundo a partir de 2008 voltou a elevar a diferença para uma média de 7,2 pontos percentuais. Ainda é cedo para afirmar se esse período pós-crise 2008 marca uma mudança na tendência de redução da taxa relativa de desemprego entre negros, ou é apenas consequência da crise financeira, que aparentemente atingiu mais os negros norte-americanos do que os brancos.

Gráfico 4 - Taxa de desemprego por faixa etária - EUA - 1948 a 2011



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

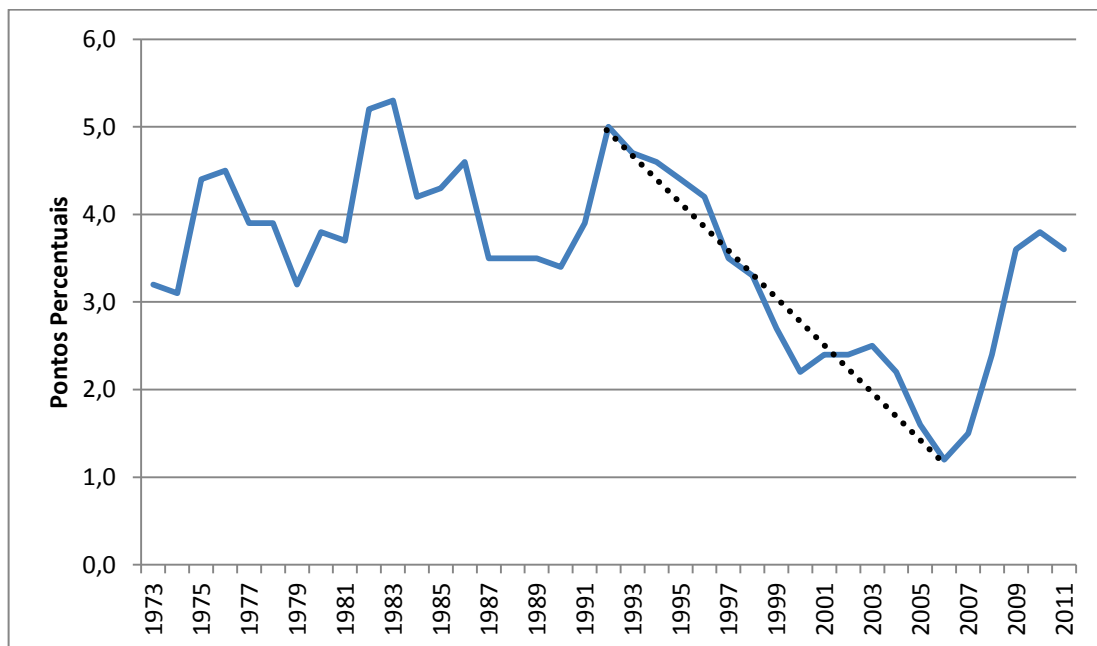
Outra diferença relevante nas taxas de desemprego é observada quando se considera a idade⁵ (GRÁFICO 4). O desemprego entre jovens até 24 anos durante todo o período dos dados é superior aos outros dois grupos. A média de desemprego dos jovens nos últimos 30 anos foi de 12,9%, enquanto dos adultos ficou em média 5,2%. Em relação aos trabalhadores acima de 55 anos, até o final da década de 1960, ela era semelhante à dos trabalhadores entre 25 a 54 anos. Contudo, a partir dessa data as taxas de desemprego entre adultos se elevou,

⁵ Os dados estão disponíveis até 2011.

resultando em uma diferença média no desemprego entre os dois grupos de 1,62 ponto percentual, no período que vai de 1967 até 2011. O que também foi confirmado pelo teste T realizado.

Além das diferenças raciais e de faixa etária, as estatísticas do mercado de trabalho dos EUA também apresentam dados segundo a origem dos trabalhadores, principalmente os latinos e asiáticos. Segundo esses dados, os imigrantes latinos nos EUA também apresentam taxas de desemprego superiores às dos brancos norte-americanos, apesar de inferiores aos negros, o que é confirmado pelo teste T. Entre o período de 1991 até as vésperas da crise de 2008, aparentemente, há uma tendência para a diminuição nessa diferença (linha tracejada no gráfico 5). Com a crise e as suas consequências para a classe trabalhadora, não é possível afirmar se a "tendência" de queda será retomada, somente os dados dos próximos anos poderão dizer.

Gráfico 5 - Diferença na taxa de desemprego entre brancos e latinos - EUA - 1973 a 2011



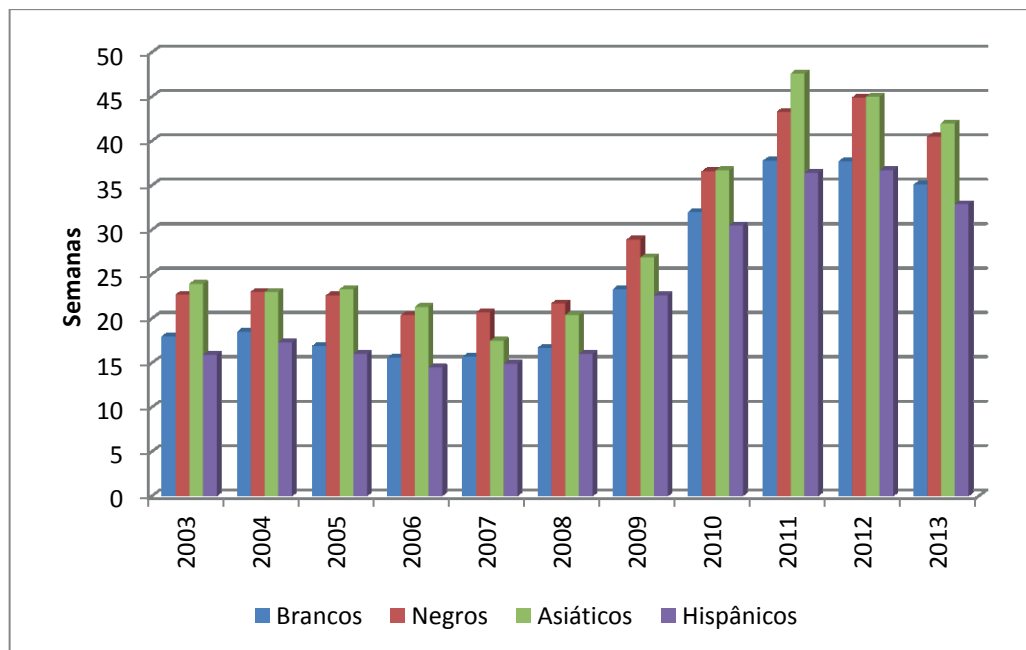
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

Os dados nos EUA também indicam que não são apenas as taxas de desemprego entre os grupos que diferem. Segundo os dados da CPS, a duração do desemprego entre esses grupos também apresenta diferenças significativas, apesar da disponibilidade dos dados apenas para o período de 2003 a 2013 (GRÁFICO 6). Um elemento relevante é perceber que,

apesar da taxa de desemprego entre latinos ser maior do que a dos brancos (GRÁFICO 5), o tempo médio que eles permanecem desempregados é menor.

Como discutido na seção anterior, em que é apresentada a teoria do mercado dual, um dos fatores que podem explicar a existência de taxas de desemprego maiores associadas há um tempo menor no estado de desemprego é o tipo de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho (DOERINGER; PIORE, 1968). Os trabalhadores que não conseguem empregos mais estáveis tendem a ser inseridos em trabalhos mais precários, com menos garantias trabalhistas e conseqüentemente uma menor estabilidade no emprego. Com isso, esses trabalhadores oscilam mais entre a condição de empregado e desempregado, o que amplia a taxa de desemprego nesses grupos, ao mesmo tempo em que reduz o tempo médio em que eles ficam sem emprego. Essa seria uma das possíveis explicações para esse fenômeno com base no que foi discutido até aqui.

Gráfico 6 - Duração média do desemprego por grupos separados por raça - EUA - 2003 a 2013

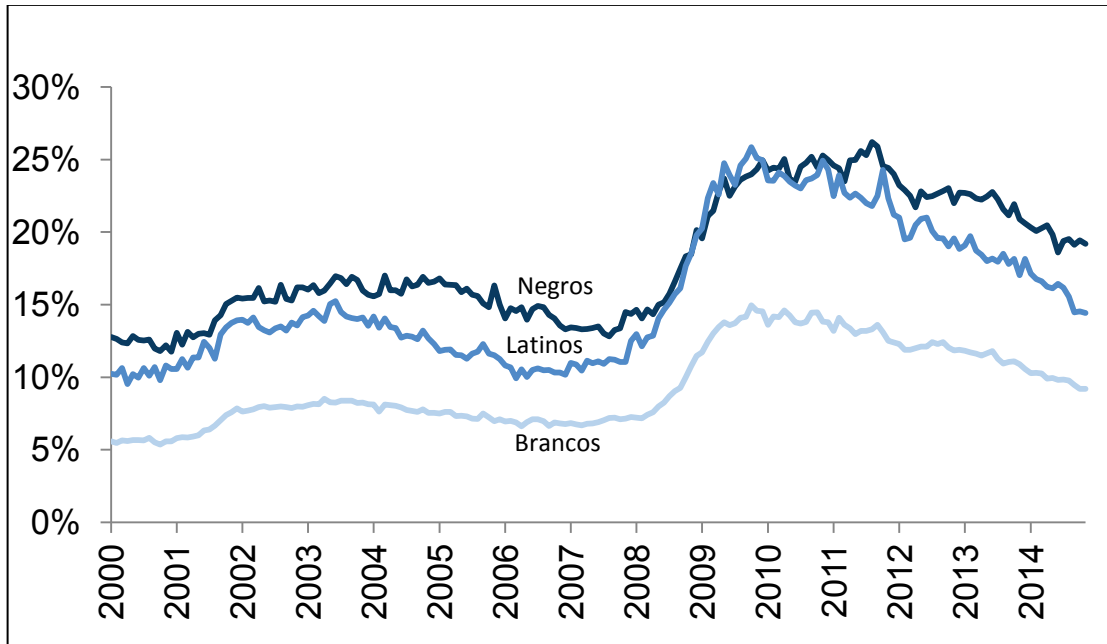


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

Os dados do subemprego aparentam confirmar essa hipótese. As informações encontradas sobre o subemprego revelam que entre os anos de 2006 a 2010 a taxa de subemprego dobrou nos EUA, saindo de 8,3% para 16,7%. Além disso, durante todo o período de 2000 a 2014, a incidência desse tipo de emprego foi em média maior entre os latinos e os negros do que entre os brancos norte-americanos (GRÁFICO 7), e os resultados

também foram confirmados pelo teste T. Quando se analisa o subemprego levando em consideração o gênero, não há um grupo que predomina com as maiores taxas, sendo em alguns momentos os homens e em outros, as mulheres com as taxas mais altas de subemprego. O teste T também confirma esse argumento.

Gráfico 7- Taxa de subemprego separado por raça - EUA - 2000 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

O elemento idade também é importante para entender a duração do desemprego nos EUA. A tabela 1 traz três informações relevantes sobre a relação entre a duração média do desemprego em semanas e a idade. A primeira delas é de que em todos os anos analisados há uma relação positiva entre a idade e a duração do desemprego. Quanto mais velha é a pessoa, ao perder um emprego, mais tempo ela ficará desempregada. A exceção é para as pessoas acima de 65 anos, que em alguns anos apresentaram duração média de desemprego inferior ao das pessoas entre 45 a 64.

Outra informação pertinente ao analisar a tabela 1 é o aumento da duração do desemprego no período entre 2008 a 2011. Isso significa que o aumento da taxa de desemprego durante a crise econômica também foi acompanhado de uma duração maior do tempo em que as pessoas ficaram desempregadas. Por fim, a terceira informação que esses dados mostram é o fato de a duração do desemprego entre as pessoas jovens ser inferior as das

demais pessoas, apesar desse grupo apresentar uma taxa de desemprego mais alta (GRÁFICO 4).

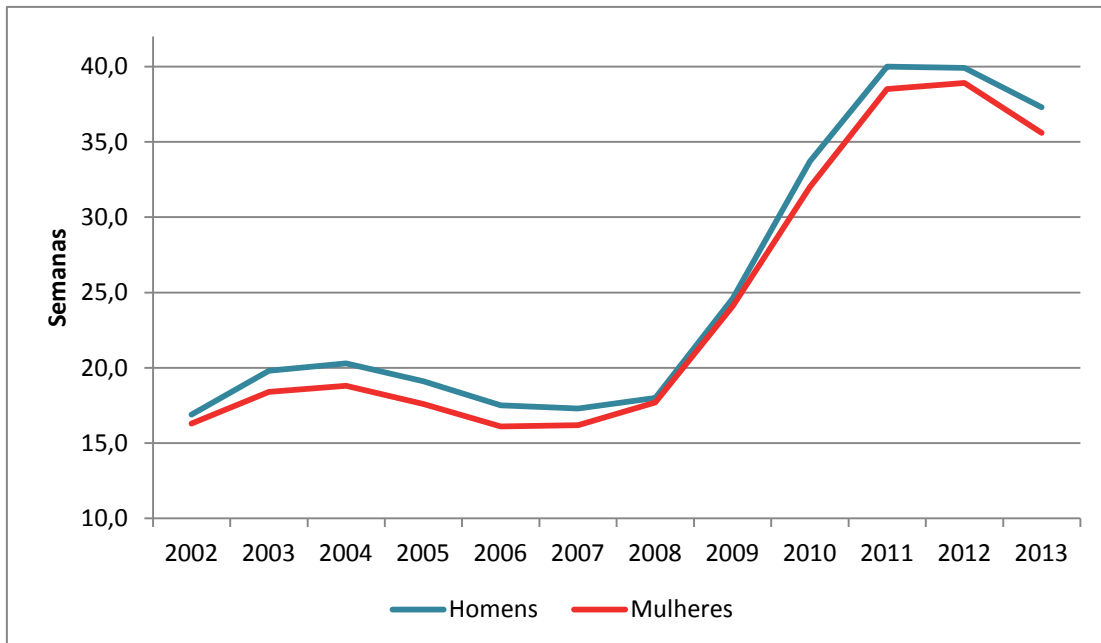
Tabela 1 - Duração média de desemprego (semanas) por idade - EUA - 2002 a 2013

| Anos | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 16 a 19 | 10,6 | 11,7 | 12,6 | 11,4 | 10,8 | 11,2 | 12,3 | 17,5 | 19,5 | 20,6 | 19,4 | 17,2 |
| 20 a 24 | 13,8 | 16 | 15,8 | 15,7 | 14,6 | 14,4 | 15,3 | 21,6 | 26,8 | 30,4 | 30,3 | 28,5 |
| 25 a 34 | 16 | 17,9 | 18 | 17,7 | 16,1 | 16,4 | 17,3 | 23,4 | 32,3 | 36,7 | 36,4 | 35,5 |
| 35 a 44 | 18,4 | 21,5 | 22,5 | 20 | 18,5 | 17,9 | 18,7 | 25 | 34,7 | 43,2 | 42 | 39,8 |
| 45 a 54 | 20,9 | 24,1 | 24,9 | 23,8 | 20,9 | 21,2 | 22,3 | 27,8 | 38,9 | 47,1 | 47,9 | 44,7 |
| 55 a 64 | 21,7 | 26,1 | 26 | 23,8 | 23 | 21,9 | 22,2 | 29,3 | 41,1 | 51,9 | 54,6 | 49,7 |
| 65 (+) | 22,4 | 23,3 | 25,2 | 25,2 | 19,4 | 18,5 | 21,3 | 30,4 | 39,8 | 52,4 | 56,8 | 46,6 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

Quando é considerado o elemento gênero, as mulheres sempre apresentam duração média de desemprego inferior à dos homens (GRÁFICO 8). Isso reflete uma mudança de tendência no mercado de trabalho americano, que até o início da década de 1990 apresentava condições menos favoráveis para as mulheres.

Gráfico 8 - Duração média do desemprego (em semanas) entre homens e mulheres - EUA - 2002 a 2013



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do BLS (CPS, 1948-2013).

Os resultados até aqui apresentados sobre os Estados Unidos parecem confirmar a hipótese levantada neste trabalho de que heterogeneidade entre os trabalhadores é um fator importante para entender a dinâmica do desemprego, pelo menos no que diz respeito ao mercado de trabalho norte-americano. Como apresentado, existem diferenças consideráveis nas taxas de desemprego quando são observados os trabalhadores separados por gênero, raça, faixa etária e origem. Contudo, no que diz respeito ao gênero, os dados das três últimas décadas indicam que há uma tendência de equiparação entre as taxas de desemprego dos homens e das mulheres.

A duração média de desemprego diferente é outro indicador da heterogeneidade presente no mercado de trabalho norte-americano. Nesse caso, também existem diferenças significativas entre os grupos analisados. Contudo, há uma diferença fundamental quando se compara a duração média do desemprego com as taxas de desemprego. Em geral, os grupos que sofrem com taxas mais altas de desemprego tendem a ficar menos tempo desempregados. A exceção são as mulheres, que passaram a ter taxas de desemprego e tempo em que ficam desempregadas iguais ou menores do que os homens.

2.3.2 Brasil

Os dados para o Brasil apresentam algumas características parecidas com as dos EUA. A base de dados para a análise que é feita nessa seção tem como referência a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo SEADE/DIEESE. Como a pesquisa é realizada apenas para algumas regiões metropolitanas brasileiras (RMS) ⁶, não se pode considerar que elas reflitam plenamente o resto do país, mas, em compensação, adicionam a questão da heterogeneidade regional na análise. Diferente da discussão realizada para os EUA, o período de disponibilidade dos dados para todas as regiões cobre apenas os anos de 1998 a 2013, o que torna mais difícil identificar tendências de longo prazo.

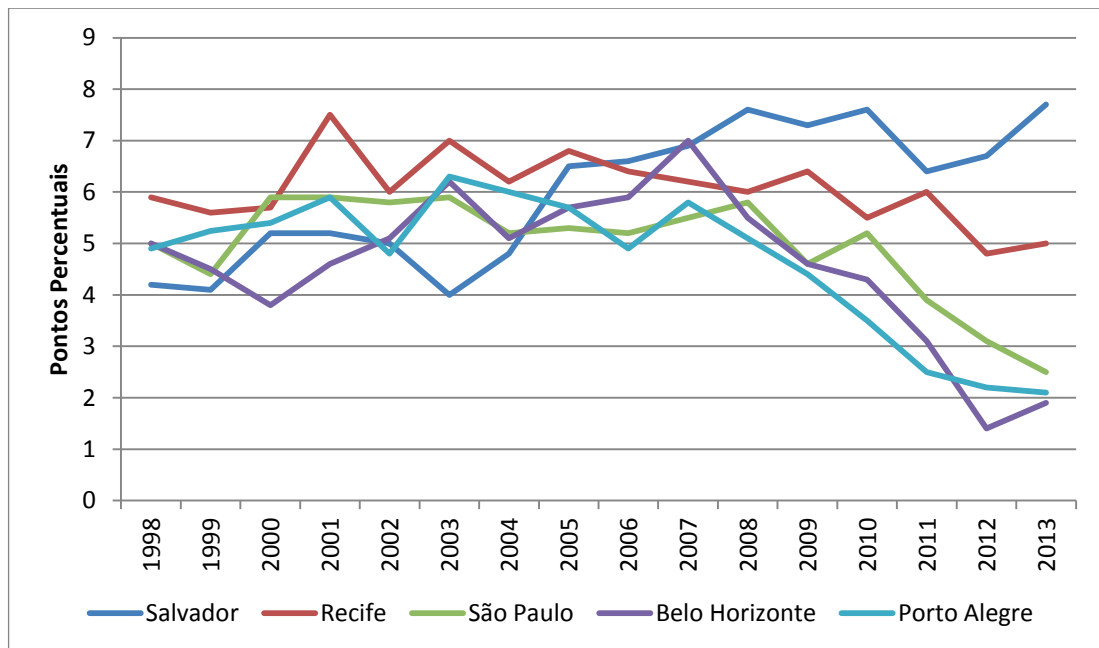
O primeiro grupo analisado são as mulheres. No período de 1998 a 2013 todas as regiões metropolitanas brasileiras, segundo o teste T utilizado para comparar as médias entre os grupos, apresentaram taxas de desemprego feminino estatisticamente superiores às dos homens. Isso sugere que, apesar dos avanços na busca pela igualdade de direitos entre homens

⁶ São elas: Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Fortaleza. Como a região Metropolitana de Fortaleza foi inserida na pesquisa somente a partir de 2009, optou-se nesse trabalho por analisar os dados apenas das cinco primeiras regiões. Vale destacar que além dessas regiões metropolitanas a PED também existe para o Distrito Federal, a cidade de Porto Alegre e a Região do ABC.

e mulheres, o mercado de trabalho brasileiro ainda sofre com algum tipo de discriminação de gênero, algo ainda mais evidente quando se consideram outras variáveis como a diferença de rendimentos (QUADROS, 2004).

No gráfico 9 é apresentada a evolução da diferença entre a taxa de desemprego feminino e masculino nas cinco principais regiões metropolitanas brasileiras. Nesse período, em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre diminuiu a diferença na taxa de desemprego entre homens e mulheres. Em Recife houve oscilação, mas a diferença na taxa de desemprego não saiu muito da média em todo o período, com exceção de 2001, 2012 e 2013, em que a diferença entre homens e mulheres diminuiu em mais de um ponto percentual. Salvador foi a única das cinco regiões que apresentou aumento na diferença entre as taxas de desemprego durante o período, saindo de 4,2% em 1998 para 7,7% em 2013.

Gráfico 9 - Diferença em pontos percentuais entre a taxa de desemprego das mulheres e dos homens - RMS - 1998 a 2013

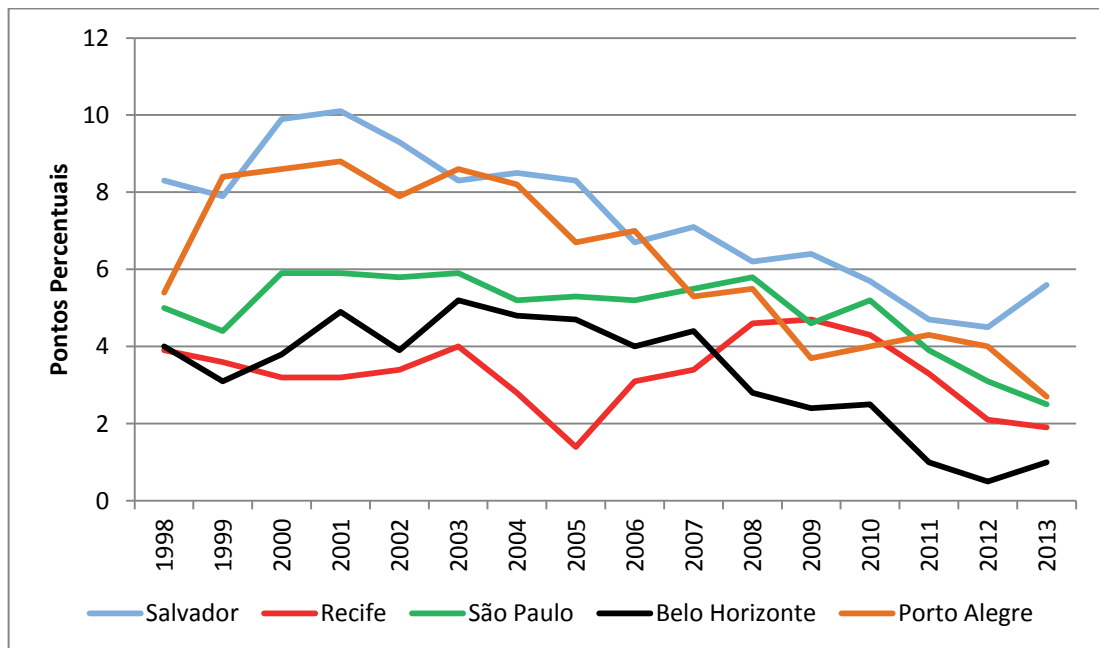


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PED (DIEESE, 1998-2013).

Quando é levado em consideração o elemento raça, as diferenças entre as taxas de desemprego de negros e não negros é visível graficamente (GRÁFICO 10) e confirmada pelos testes T realizados. Apesar da diminuição que ocorreu durante o período analisado, a diferença na taxa de desemprego desses dois grupos ainda é alta em algumas regiões, como em Salvador.

Comparando os resultados entre as regiões, cada uma delas apresentou dinâmicas diferenciadas quando se investiga quais as características dos trabalhadores estão associadas às taxas de desemprego maiores, se em termos de gênero ou em termos de raça. Com exceção dos anos de 2007 e 2009, em Porto Alegre a diferença na taxa de desemprego entre negros e não negros foi maior do que a diferença no desemprego entre mulheres e homens. Por outro lado, em Belo Horizonte e Recife o fator gênero foi responsável por maiores diferenças na taxa de desemprego do que o fator racial, na maior parte do tempo. Somente Salvador apresentou uma dinâmica própria. Entre 1998 a 2007 a diferença na taxa de desemprego era maior quando considerado o elemento racial. A partir de 2008, a diferença na taxa de desemprego foi maior quando considerado o fator gênero.

Gráfico 10 - Diferença em pontos percentuais entre a taxa de desemprego de negros e não negros - RMS - 1998 a 2013



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PED (DIEESE, 1998-2013).

Outra característica que gera diferenças na taxa de desemprego no mercado de trabalho brasileiro é a idade, não apresentada graficamente. Assim como nos EUA, os jovens de 16 a 24 anos têm as taxas mais altas de desemprego. Na medida em que o trabalhador brasileiro vai se tornando mais velho, vai também reduzindo a taxa de desemprego. Trabalhadores com 40 a 49 anos, por exemplo, têm em média taxas de desemprego 3 vezes menores do que os trabalhadores entre 16 a 24 anos, em todas as regiões metropolitanas analisadas no período de 1998 a 2013.

A duração média do desemprego no Brasil também indica que a heterogeneidade impõe dinâmicas diferenciadas para os grupos que compõem o mercado de trabalho (ANTIGO; MACHADO, 2006; CACCIAMALI, 2012). Contudo, diferente dos EUA, os órgãos oficiais brasileiros não disponibilizam os dados agregados da duração média do desemprego separados por características pessoais. Todas as informações disponíveis estão no formato de microdados e sua estimação exigiria um esforço que vai além dos objetivos deste trabalho. A fim de superar essa limitação, foram utilizados os resultados encontrados em uma parte da literatura que discute o tema.

Reis e Aguas (2014), em uma pesquisa sobre a duração do desemprego das RMS brasileira no período de 2006 a 2013 e tendo como base a pesquisa mensal de emprego (PME), concluem que as características dos indivíduos podem influenciar no tempo que eles ficam desempregados. O nível de escolaridade, a idade e o gênero, geralmente, determinam o tempo que os trabalhadores ficam desempregados. Pessoas com mais tempo de educação, mais novos e do sexo masculino mostram ter uma maior propensão de transitarem do desemprego para o emprego do que indivíduos com menos educação, mais velhos e do sexo feminino, segundo esses autores.

Menezes e Cunha (2012), utilizando a mesma base de dados (PME), mas para um período diferente (2002-2011), chegam a conclusões parecidas com as de Reis e Aguas (2014). Os resultados encontrados sugerem que a probabilidade é maior que mulheres, não brancos e não chefes de família permaneçam mais tempo desempregados. O único resultado que difere é em relação ao nível educacional. Segundo Menezes e Cunha (2012), níveis mais alto de escolaridade levam os trabalhadores a passarem mais tempo desempregados, resultado que é o inverso do encontrado por Reis e Aguas (2014).

De modo geral, os dados para o Brasil também evidenciam que a heterogeneidade dos trabalhadores é um elemento que se reflete no desemprego, tanto no que diz respeito à sua taxa quanto à sua duração. Como os dados utilizados são baseados na pesquisa de desemprego das RMS, a heterogeneidade regional também é um elemento que atua nessa diferenciação. No caso do Brasil, diferente dos EUA, as mulheres ainda ocupam uma condição no mercado de trabalho pior do que os homens. Mesmo aparentando uma tendência de redução na diferença percentual da taxa de desemprego entre os grupos quando se considera o gênero, em todas as regiões metropolitanas a taxa de desemprego é maior entre as mulheres. O mesmo se observa quando se trata da heterogeneidade racial: os negros apresentam taxas de desemprego superiores às dos não negros e por faixa etária, os jovens têm taxas maiores do que os adultos.

Outro resultado que difere do caso norte-americano é em relação à duração do desemprego. No Brasil, com base na literatura que discute o tema, em geral, a duração do desemprego é também maior nos grupos com maiores taxas de desemprego. Esse resultado pode indicar que o problema do desemprego é mais profundo no caso brasileiro do que nos EUA. Quando um determinado grupo sofre com taxas mais altas de desemprego, esse já é um indicativo que os problemas econômicos e sociais para esse grupo são maiores do que para aqueles grupos que possuem taxas menores. Caso a duração do desemprego também seja elevada, a condição desse grupo torna-se ainda pior, já que ele permanece mais tempo na condição de desempregado (BARROS; MENDONÇA, 1997).

2.4 SÍNTESE DA ANÁLISE

O objetivo principal deste capítulo foi apresentar a relevância da heterogeneidade dos trabalhadores dentro da análise econômica. Para isso, buscou-se entender qual a importância de estudar a heterogeneidade presente no mercado de trabalho, principalmente no que tange ao desemprego, e de que forma essa heterogeneidade é relevante no estudo da economia. As respostas para essas questões não são simples, mas durante o capítulo tentou-se identificar alguns argumentos que ajudam a entendê-las. As principais justificativas apontadas para inserir a heterogeneidade dos indivíduos são duas, sendo a primeira delas em função da própria história do capitalismo.

Alguns elementos históricos, analisados com base em uma leitura marxista, trazem evidências de que a composição do mercado de trabalho está relacionada ao desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, em alguns momentos, mesmo havendo resistência de setores da classe capitalista para a inserção de determinados grupos no mercado de trabalho, a ampliação da força de trabalho termina por contribuir aos objetivos centrais do capital, na medida em que aumenta a mão de obra disponível a ser utilizada de forma a gerar mais lucros. Um exemplo disso é a história do Brasil, que apresenta em seu desenvolvimento histórico uma tendência em tornar a sua força de trabalho mais heterogênea.

A segunda justificativa apresentada está relacionada à crítica ao método de análise neoclássico. Considerar que as diferenças entre os indivíduos podem influenciar o sistema econômico impõem limites ao uso do método reducionista. Pois, para usar esse método, é necessário que as diferenças entre os indivíduos sejam desprezadas ou minimizadas, a fim de que os trabalhadores possam ser tratados de forma agregada.

Além dessas justificativas, outras também poderiam ser apresentadas. Uma delas é a inconsistência que algumas teorias econômicas apresentam por não considerarem a heterogeneidade dos indivíduos. Na seção dois são apresentadas algumas dessas limitações que foram percebidas pela teoria neoclássica. A principal delas está relacionada às diferenças salariais observadas entre os diversos trabalhadores. Segundo a teoria neoclássica, o salário deve corresponder à produtividade marginal do trabalhador. Contudo, diversas evidências empíricas apontam que indivíduos com níveis educacionais diferentes apresentam salários diferenciados. Nesse sentido, a TCH, ramo da teoria neoclássica, passou a incorporar a educação como um fator que altera a produtividade dos trabalhadores. Em linhas gerais, a TCH argumenta que as diferenças nos salários dos trabalhadores seriam explicadas pelo nível educacional, que em última instância modificaria a produtividade marginal dos trabalhadores e os seus salários.

Apesar desses avanços trazidos pela TCH, a teoria neoclássica continua com muitas limitações em inserir a heterogeneidade. As diferenças educacionais só tentam explicar os motivos que levam os salários dos trabalhadores serem diferentes, sendo que a questão do emprego e desemprego não consegue ser satisfatoriamente explicada com base apenas nesse traço de heterogeneidade.

Seguindo somente a teoria ortodoxa, apenas a educação seria um fator de diferenciação, mesmo que não ajude a explicar totalmente o desemprego. Contudo, algumas abordagens ligadas à teoria do mercado dual apontam que outras diferenças entre os indivíduos, como o sexo, a idade, a raça, podem ser relevantes na forma como esses trabalhadores são inseridos no mercado de trabalho. Essas diferentes formas de inserção irão determinar as vantagens e os benefícios concedidos aos trabalhadores, como salários mais altos, mais estabilidade, maiores possibilidades de ascensão no emprego, treinamento interno etc. A dinâmica do mercado de trabalho seguiria o seguinte esquema: as características individuais determinam os setores que os trabalhadores são inseridos, e são esses setores que possibilitarão ganhos a esses trabalhadores. A teoria do mercado dual consegue, dessa forma, fornecer uma resposta mais ampla sobre o modo como as características individuais afetam a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Contudo a discussão da forma como essas diferenças afetam o desemprego é pouco aprofundada por essa escola.

Por fim, na seção quatro foram apresentadas algumas evidências estatísticas do desemprego na economia norte-americana e brasileira. Essas evidências indicam que alguns elementos que diferenciam os indivíduos são importantes na busca pelo emprego e no tempo

que os indivíduos ficam desempregados, o que gera algumas questões importantes para serem analisadas. Uma delas é tentar identificar se as diferenças são apenas no nível do desemprego ou também são em sua dinâmica, isso é, em sua trajetória ao longo do tempo.

Os dados do desemprego analisados nesse trabalho indicam que a taxa de desemprego entre os grupos que compõem o mercado de trabalho, em geral, possuem diferenças em relação ao seu nível. Por outro lado, quando se observa o movimento ao longo do tempo das taxas de desemprego, há indícios de que a dinâmica do desemprego na maioria dos grupos é parecida. A análise do gráfico 2 é um bom exemplo disso. Mesmo havendo uma diferença no nível da taxa de desemprego entre negros e brancos nos EUA, o movimento da taxa, aparentemente, segue uma mesma tendência, tanto nos momentos de elevação quanto de queda. Uma das exceções é observada quando se analisa a taxa de desemprego separada por gênero no mercado de trabalho norte-americano. Nesse caso, há uma mudança na tendência de longo prazo na taxa de desemprego das mulheres, que passou a se equiparar ao dos homens a partir dos anos de 1980.

Diante das evidências de que a heterogeneidade é um elemento importante para entender o mercado de trabalho, é importante agora entender a forma como a teoria macroeconômica que discute o desemprego trata o elemento da heterogeneidade dos trabalhadores. Nesse sentido, o próximo capítulo investiga a forma que cada teoria trata o desemprego, e busca identificar se elas fornecem elementos teóricos e metodológicos que possibilitem desagregar a análise do desemprego, de modo a inserir a heterogeneidade em suas análises.

3 DESEMPREGO E HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: ABORDAGENS MACROECONÔMICAS E APLICAÇÕES PARA O BRASIL

Como mostrado no capítulo anterior, existem evidências que indicam que a heterogeneidade entre os trabalhadores é uma variável que precisa ser levada em consideração quando se analisa o mercado de trabalho. Observando a taxa de desemprego entre os negros, por exemplo, tanto no mercado brasileiro quanto no norte-americano, observa-se que ele é superior ao desemprego entre os brancos, no caso dos EUA, e dos não negros, no caso do Brasil. Diferenças entre as taxas de desemprego também são observadas quando os trabalhadores são separados em grupos por idade, gênero e outras características. Além disso, os dados desses dois países mostram que o tempo de duração do desemprego também é influenciado pelas características dos trabalhadores.

Essas evidências indicam que o desemprego não pode ser tratado como um fenômeno que afeta todos os trabalhadores da mesma forma. Além das outras variáveis macroeconômicas, é importante que a teoria econômica leve em consideração algum grau de heterogeneidade entre os trabalhadores. Isso pode ajudar a compreender os fatores que levam os diferentes grupos de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho a apresentarem taxas de desemprego diferenciadas.

Diferente das teorias microeconômicas discutidas no capítulo anterior, as teorias macroeconômicas do desemprego não têm abordado a questão da heterogeneidade da força de trabalho de forma sistemática. O fato de as bases teóricas que fundamentam algumas das teorias do desemprego terem sido construídas em momentos históricos em que o mercado de trabalho era menos heterogêneo do que atualmente, pode ser considerada uma justificativa para que algumas dessas teorias não insiram o elemento da heterogeneidade em suas análises originais. Contudo, mesmo para as correntes teóricas que não incorporam diretamente a heterogeneidade, é importante tentar identificar quais dessas teorias possuem instrumentos teóricos e metodológicos que tornem possível incorporar as diferenças entre os trabalhadores dentro dos seus arcabouços teóricos. Diante disso, o objetivo principal deste capítulo é analisar o modo como algumas teorias macroeconômicas compreendem o fenômeno do desemprego e, dentro dessa análise, verificar a maneira como elas tratam a existência da heterogeneidade entre os trabalhadores.

Para alcançar esse objetivo, este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, de caráter mais introdutório, são discutidos alguns conceitos de desemprego utilizados na

literatura econômica e pelos órgãos estatísticos. Essa discussão se faz necessária pelo fato de que as teorias macroeconômicas, além de possuírem instrumentos e metodologias diferenciadas, possuem em alguns casos conceitos de desemprego diferentes. Por causa disso, em diversos momentos, duas teorias podem parecer chegar à mesma conclusão, mas estarem tratando de duas concepções diferentes de desemprego. Discutir qual o conceito de desemprego é tratado neste trabalho precede a análise dos diferentes modos como as correntes teóricas compreendem o desemprego. Assim, essa primeira parte do capítulo serve para esclarecer, entre outras definições, o conceito de desemprego involuntário.

Após a discussão sobre o conceito de desemprego, na segunda parte é apresentado o modo como algumas teorias macroeconômicas tratam esse fenômeno. Sem ser exaustivo, para o tratamento teórico foram selecionadas quatro abordagens: a taxa natural do desemprego, também chamada de NAIRU, proposta por Friedman (1968) e Phelps (1967); alguns modelos de rigidez salarial dos novos-keynesianos; a teoria pós-keynesiana do desemprego; e a teoria do desemprego baseada na contribuição de Marx. Além disso, também é analisado nessas teorias qual o tipo de heterogeneidade no mercado de trabalho elas identificam, explícita ou implicitamente, ao analisarem o desemprego. Por fim, após cada teoria é discutida a aplicação da mesma, quando for possível, ao caso brasileiro.

3.1 OS DIVERSOS CONCEITOS DE DESEMPREGO

Existem diversos conceitos dentro da teoria macroeconômica para tratar do desemprego: ele pode ser oculto por desalento, estrutural, aberto, entre tantos outros. Mesmo sendo todos tipos diferentes de desemprego, a presença do adjetivo que os acompanha pode alterar em parte o seu sentido, e com isso, modificar as explicações das causas econômicas que os provocam e das políticas públicas para a sua superação. Conhecer cada um desses conceitos é fundamental para que fique claro qual o tipo de desemprego esse capítulo analisa. Contudo, não faz parte dos objetivos desse trabalho explorar de forma aprofundada esses conceitos de desemprego, pois qualquer um deles que seja utilizado não altera a questão da distribuição do desemprego entre os grupos que compõem o mercado de trabalho. Por isso, nessa seção, eles são apresentados apenas de forma resumida. Por outro lado, antes de apresentar algumas particularidades que diferenciam os conceitos de desemprego, é necessário entender o desemprego de forma "pura", sem o uso de seus adjetivos.

Segundo Santos (2000), o conceito de desemprego é relativamente recente. Até o século XVIII, o termo "desempregado" não era utilizado. Podia-se fazer referência a indigentes, mendigos ou pobres para tratar das pessoas que dependiam de alguma forma de assistência por não possuírem atividade laboral e logo não terem nenhuma remuneração. A ideia aqui não é a de falta de emprego e sim falta de recursos para sobreviver. Somente a partir do século XIX surge a primeira noção de desemprego associado com a falta de trabalho involuntária e passageira (SANTOS, 2000).

O primeiro conceito de desemprego feito pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT) em 1925 tratava o desemprego como a condição em que o trabalhador, mesmo desejando estar empregado e submetido ao contrato de trabalho, encontrava-se sem emprego. O desemprego, tendo como base apenas esse conceito, era um fenômeno restrito apenas aos indivíduos que já tivessem trabalhado. Essa limitação fez com que a definição de desemprego fosse alterada em 1954 e, ao invés de tratar apenas "o trabalhador" em busca de emprego, passou a se referir a todo cidadão. Além disso, essa nova concepção inseriu no conceito de desemprego a ideia de aptidão e desejo. O desemprego seria, portanto, a condição em que um cidadão apto (idade mínima) e desejando trabalhar se encontrasse sem emprego (SANTOS 2000).

Os órgãos estatísticos responsáveis por coletar os dados de desemprego também possuem as suas próprias definições de desemprego, com o objetivo de tratar, principalmente, do desemprego involuntário. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego é entendido como a ausência de trabalho combinada à procura por trabalho e disponibilidade para trabalhar (GUIMARÃES, 2002).

Segundo o Departamento de Estatísticas de Trabalho dos EUA (*Bureau Labour Statistic* - BLS), o desemprego refere-se às pessoas acima de 16 anos de idade que estão disponíveis para o trabalho e não estiveram empregados na semana de referência da pesquisa. Além disso, é fundamental que essas pessoas tenham procurado algum emprego no período de 3 semanas anteriores à semana de referência da pesquisa. Também são incluídas as pessoas que estavam esperando serem chamadas de volta para um trabalho (BLS, 2014).

O conceito de desemprego utilizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) considera a condição dos indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Esse conceito de desemprego pode ser desagregado em três: desemprego aberto, oculto por desalento, oculto pelo trabalho precário (GUIMARÃES, 2002).

No desemprego aberto estão os desempregados que procuraram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos 7 dias anteriores ao da pesquisa. Esse é o conceito de desemprego utilizado pelo IBGE. A metodologia do cálculo da taxa de desemprego, nesse caso, é com base na porcentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas⁷.

O desemprego oculto pelo desalento inclui os desempregados que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias, causado por desestímulos do mercado de trabalho ou por outras circunstâncias, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses. Por fim, o desemprego oculto pelo trabalho precário inclui desempregados que, para sobreviver, exerceram algum trabalho, de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que muitas vezes não remunerado. Além disso, tentou de forma concreta conseguir um trabalho diferente desse nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou até doze meses anteriores.

Além da diversidade de adjetivos que acompanham o conceito de desemprego, ele também está diretamente associado a outras variáveis, como população economicamente ativa, força de trabalho etc. Com isso, a discussão sobre o desemprego passa a depender também da definição dessas outras variáveis, sendo que a má definição desses conceitos pode induzir a conclusões incorretas sobre as causas econômicas, e as consequências sobre a classe trabalhadora, do desemprego. Um exemplo claro disso é quando se fala do desemprego como o percentual da força de trabalho que se encontra sem trabalho e à procura de um.

Straussman (1977) traça em linhas gerais o desenvolvimento do conceito "força de trabalho", que define a condição de todos os trabalhadores que estão empregados ou em busca de emprego. Essa definição foi criada a partir da década de 1940 e passou a ser popularmente utilizado nas estatísticas oficiais dos EUA. Contudo, o autor destaca que em períodos de altas taxas de desemprego muitos trabalhadores deixam de procurar postos de trabalho, o que não significa que deixaram de ser uma força de trabalho disponível nos períodos de maior crescimento econômico. O uso desse conceito, portanto, deixa de fora das estatísticas oficiais muitos trabalhadores que, por não estarem procurando emprego, não são contados como "força de trabalho". Segundo Straussman (1977), o objetivo dessa definição de força de trabalho era minimizar o aparecimento do desemprego em massa, ao mesmo tempo em que parecia ser mais útil para a execução de políticas públicas.

⁷ Pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana da pesquisa

A lacuna que existe entre aqueles que precisam trabalhar e aqueles que são contados como trabalhadores ou à procura de trabalho abre espaço para a utilização de alguns conceitos de desemprego, como o oculto pelo desalento (usado pelo DIEESE), para dar conta de explicar a realidade dessa parte subutilizada da oferta de trabalho de um país.

Dentro da teoria macroeconômica o conceito de desemprego pode ser complementado por diversos adjetivos que alteram, em parte, o seu sentido "puro". Geralmente, o desemprego pode ser tratado como sendo estrutural, cíclico, friccional, voluntário ou involuntário, e quando se refere ao tempo, ele pode ser de curto ou de longo prazo. Para cada um deles há um conjunto de explicações, a depender da teoria econômica utilizada, que tentam esclarecer os fatores que o provocam e aqueles que reduzem os seus impactos.

O desemprego friccional, que se refere ao tempo em que o indivíduo fica sem trabalhar enquanto muda de um emprego para outro, e o voluntário, quando o trabalhador escolhe não trabalhar dado um nível salarial, são os tipos de desemprego mais simples na teoria macroeconômica. Esses dois casos não representam grandes desafios porque tratam de situações passageiras ou de escolha pessoal dos trabalhadores. O principal problema nesses conceitos surge apenas quando a teoria considera que o desemprego existe apenas nessas condições, como é feito por algumas linhas teóricas do *mainstream*.

A principal discussão dentro da teoria macroeconômica centra-se nas causas do desemprego involuntário, situação em que os trabalhadores estão dispostos a trabalhar ao salário corrente, mas não encontram emprego. Nessa situação estão os outros dois tipos de desemprego: estrutural e cíclico. O desemprego estrutural é um tipo específico de desemprego involuntário associado às mudanças tecnológicas ou às diferenças geográficas entre compradores e vendedores de força de trabalho. Quando um método mais avançado de produção ou novos equipamentos são criados, muitas funções deixam de existir dentro das empresas, o que impede que os trabalhadores demitidos sejam lucrativamente reempregados em suas antigas funções, já que estas são destruídas pela própria mudança técnica. Por outro lado, desemprego cíclico baseia-se principalmente na Lei de Okun, que define uma relação inversa entre o produto interno e o desemprego. Ele tanto pode ocorrer por causa dos ciclos de crescimento e de redução da atividade econômica de modo geral, como pode ser um tipo de desemprego específico de um setor da economia. Outro tipo é o desemprego sazonal, que resulta da variação do ritmo de atividade econômica ao longo de um período. Um exemplo é o desemprego que ocorre na agricultura no período de entressafra. Nesses dois últimos casos, cíclico e sazonal, quando a economia ou o setor se recupera ou as estações mudam, os

trabalhadores demitidos podem ser recontratados, o que é diferente do desemprego estrutural, em que as vagas de emprego deixam de existir (AMADEO; ESTEVÃO, 1994)⁸.

O que há de comum entre todos esses conceitos, tanto os teóricos quanto os desenvolvidos pelos órgãos estatísticos, é que todos eles são formas em que o desemprego se manifesta, apesar de serem diferentes entre si. Organizando esses diversos tipos de conceitos, é possível dividi-los em dois grandes grupos. No primeiro estão as formas de desemprego que não se caracterizam como problemas macroeconômicos relevantes, como o desemprego voluntário, friccional e sazonal. No segundo grupo estão os tipos de desemprego que se caracterizam como consequência mais séria dos problemas na dinâmica econômica, principalmente por não serem transitórios e nem dependerem da vontade do trabalhador, são eles: o desemprego involuntário nas suas formas estrutural e cíclica. Os conceitos de desemprego desenvolvidos pelos órgãos estatísticos se encaixam nesse segundo grupo.

Geralmente, longos períodos de desemprego tendem a desmotivar os trabalhadores a procurarem emprego (STRAUSMMAN, 1977). Por isso, utilizar apenas a procura por emprego como critério para definir um indivíduo como estando desempregado termina por excluir das estatísticas de desemprego diversos indivíduos que estão sem emprego. Como destacado por Santos (2000), um dos pontos de desenvolvimento do conceito de desemprego surgiu quando ele passou a ser associado ao desejo do trabalhador desempregado em encontrar emprego. É esse desejo que caracteriza, na metodologia de pesquisa de muitos órgãos estatísticos, como o DIEESE, a condição de desemprego involuntário.

Ao analisar o desemprego, além de considerar as diferentes formas em que ele se apresenta e os demais conceitos subordinados a ele, como o da força de trabalho, é importante também levar em consideração as transformações que aconteceram no mercado de trabalho. Como destacado por Santos (2000), o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais complexo na medida em que o capitalismo se desenvolve. Entre as diversas singularidades apontadas por ele estão a precarização do trabalho, a ampliação do setor informal, a impossibilidade de reemprego e a grande heterogeneidade da população ativa dos diversos países. Essa última singularidade, especialmente, é o principal elemento a ser analisado na dinâmica do desemprego, como apresentado no capítulo um.

As transformações no mercado de trabalho tornam a discussão do desemprego ainda mais complexa e exigem uma contínua atualização das teorias econômicas, a fim de inserir os

⁸ Existe também a histerese do desemprego. Com base nesse conceito, um choque temporário sobre o desemprego pode levar a um aumento permanente nessa variável mesmo depois do choque ter sido removido (MENEZES; UCHOA; MAIA, 2005; LEÓN-LEDESMA, 2002).

novos elementos que surgem. Em outros períodos da história, diversas questões que são consideradas problemas atualmente, não eram necessariamente desafios a serem resolvidos. Um exemplo disso é o desemprego feminino, que só se tornou um problema quando as mulheres passaram a ser inseridas de forma massiva no mercado de trabalho. Essas questões, entre outras, constituem desafios para as teorias econômicas que buscam entender o desemprego. Com base nesses elementos apresentados são discutidas na próxima seção as teorias macroeconômicas que tratam do desemprego, precisamente: a taxa natural do desemprego, também chamada de NAIRU, proposta por Friedman (1968) e Phelps (1967); alguns modelos de rigidez salarial dos novos-keynesianos; a teoria pós-keynesiana do desemprego; e a teoria do desemprego baseada na contribuição de Marx.

3.2 TEORIAS MACROECONÔMICAS E ANÁLISES EMPÍRICAS DO DESEMPREGO

Para facilitar a exposição, cada subitem destinado à descrição das teorias é dividido em duas seções. Em um primeiro momento, são apresentadas as linhas gerais da teoria abordada e alguns modelos baseados nela, juntamente com uma breve revisão de alguns trabalhos empíricos aplicados ao Brasil, quando existirem. Na segunda parte, é discutido o modo como cada teoria, ao analisar o desemprego, trata a questão da heterogeneidade da força de trabalho, além de uma síntese dos principais elementos presentes na teoria analisada.

3.2.1 A NAIRU

Um dos principais instrumentos de análise macroeconômica do *mainstream* para tratar do desemprego é a NAIRU (*Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*)⁹. Nela está contida a ideia da "taxa natural de desemprego" citada por Friedman¹⁰ em 1967, no seu discurso para o 8º Encontro Anual da *American Economic Association*. Segundo ele, o controle da taxa de desemprego por longos períodos de tempo é improvável utilizando-se os instrumentos de política econômica. Friedman (1968) afirma que haveria uma taxa natural que teria a propriedade de ser consistente com o equilíbrio geral walrasiano. Contudo, é fundamental que no sistema de equações walrasianas que definem a condição de equilíbrio, não sejam incorporados elementos como as imperfeições do mercado de trabalho, os custos de

⁹ Como apontado por Silva Filho (2010), em alguns trabalhos é feita uma diferenciação teórica entre a taxa natural de desemprego e a taxa de desemprego que não acelera a inflação (NAIRU). Neste trabalho, para simplificar, as duas expressões serão tomadas como sinônimos.

¹⁰ Esse texto foi publicado em 1968 na *American Economic Review*, com o título "The role of Monetary Policy".

mobilidade do trabalho, o custo na coleta de informações sobre a oferta de emprego e a disponibilidade de trabalho (SILVA FILHO, 2010). O conceito da NAIRU também foi desenvolvido ao mesmo tempo por Phelps (1967), embora ele tenha dado outro nome¹¹.

Os trabalhos de Friedman (1968) e Phelps (1967) surgiram em um período em que as análises do desemprego eram baseadas, principalmente, na relação proposta pela Curva de Phillips (CP), isto é, em uma relação inversa entre inflação e desemprego. A teoria de Friedman não procurava romper completamente com a CP, mas fornecia novos elementos que tornavam claros os limites teóricos para a utilização de tal relação para fins de política.

Apesar de não ser uma teoria e sim uma evidência empírica construída para o Reino Unido, a relação inversa entre o desemprego e os salários nominais, proposto por Phillips, foi aos poucos se popularizando. Samuelson e Solow (1960) ajudaram a tornar a CP ainda mais conhecida através de um artigo em que eles aplicam o modelo para a economia dos EUA. Nesse trabalho, os autores fizeram uma importante alteração no modelo original: ao invés de salários nominais, passaram a utilizar a inflação. Com base nesse *tradeoff* entre inflação e desemprego, os formuladores de política poderiam, teoricamente, escolher um determinado nível de desemprego tendo como contrapartida um patamar específico de inflação. Até a década de 1970 essa relação mostrou-se válida, mas o processo de estagflação, iniciado a partir do choque de petróleo na década de 1970, gerou diversos questionamentos sobre a aplicabilidade da CP. Nesse contexto, a NAIRU ganhou espaço como explicação teórica para entender a relação entre desemprego e inflação, ampliando as análises com base na CP.

Friedman (1968) considerava que a relação inversa entre o desemprego e a inflação só ocorria porque os trabalhadores sofriam com algum tipo de "ilusão monetária". O desemprego só era reduzido via aumento de inflação, como exposto na CP, porque os trabalhadores confundiam a variação nominal em seus salários como se ela fosse um ganho real. Os motivos para essa "confusão" eram basicamente dois: a falta de informação perfeita e a racionalidade limitada dos indivíduos. O *tradeoff* proposto pela CP só poderia ser mantido enquanto os trabalhadores estivessem "iludidos" pela variação de preços.

A partir da discussão de Friedman e do modelo desenvolvido por ele, a ideia da existência de uma "taxa natural" para o desemprego foi crescendo, tanto nos círculos acadêmicos quanto nos espaços políticos, principalmente por causa da influência dos livros-texto de Samuelson (GORDON, 1987). Com o "novo" consenso macroeconômico¹², principal

¹¹ Ele chamou de Taxa de Desemprego de Equilíbrio no Estado Estacionário (*Steady-State Equilibrium Unemployment Rate*).

¹² Teixeira e Missio (2011) analisam as principais características desse "novo" consenso.

guia para a condução da política econômica em diversos bancos centrais atualmente, o conceito da NAIRU passou a ser utilizado para ajudar a entender a relação entre o aumento do emprego e a inflação de demanda. Nesse caso, estaria implícita uma CP convencional apenas no curto prazo, pois no longo prazo a Curva seria vertical. A taxa de desemprego seria determinada pelas condições de oferta e pelas "condições" do mercado de trabalho, negligenciando os fatores de demanda (PHELPS, 1968).

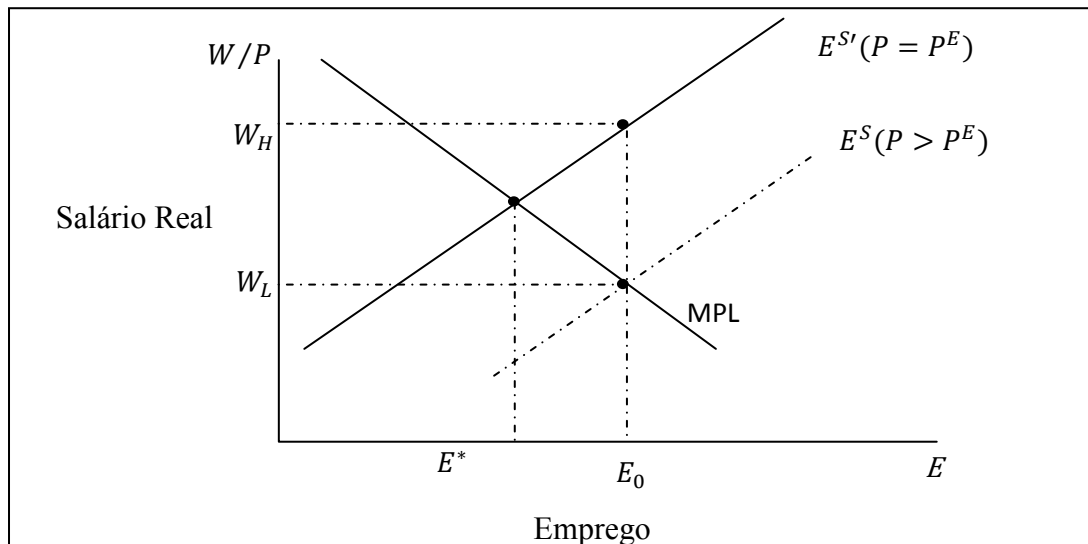
Silva Filho (2010), em um trabalho conjunto entre os Bancos Centrais do Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela, destaca que a NAIRU desempenha um papel crucial em dois conceitos importante na macroeconomia convencional: a neutralidade do dinheiro e o produto potencial. Além disso, ela ajuda a refletir sobre a estrutura do mercado de trabalho e suas relações com os indicadores de produtividade e salários.

No modelo proposto por Friedman, duas suposições principais são assumidas (CARLIN; SOSKICE, 1990). A primeira é que as firmas são perfeitamente competitivas e atuam com o objetivo de maximizarem seus lucros, de modo que os salários reais (W/P) sejam iguais ao produto marginal do trabalho ($PmgL$). A segunda é que existe a possibilidade, no curto prazo, de a economia atuar com desemprego que pode se manter no longo prazo, caso os trabalhadores não forneçam a quantidade de trabalho que as empresas demandam. É importante destacar que nessa situação o problema do desemprego é derivado apenas das preferências dos trabalhadores entre trabalho e lazer e independe do estado da economia, seja do ponto de vista do ciclo econômico e do desenvolvimento tecnológico. Com base nessas suposições, o modelo de Friedman gera alguns resultados, entre eles a NAIRU, que seria a taxa de desemprego capaz de manter o mercado de trabalho em equilíbrio.

Na figura 1, a curva MPL representa a demanda por trabalho e a curva $E^{S'}$ a curva de oferta de trabalho quando o preço de mercado é igual ao preço esperado pelos trabalhadores ($P = P^E$). Nessa situação o ponto E^* representa o nível de emprego de equilíbrio, ou a taxa "natural". Isso serve tanto para o modelo neoclássico básico do mercado de trabalho quanto o modelo de Friedman. Contudo, caso o governo se proponha a alterar o nível de emprego, usando uma política de expansão monetária, é possível que ele alcance esse objetivo, mesmo que por um curto período de tempo. Isso ocorre porque uma ampliação na quantidade de moeda aumenta o nível geral de preços. Como os trabalhadores sofrem de uma "ilusão monetária", eles estão temporariamente errados acerca dos seus salários, pois não conseguem observar a variação que houve nos preços. Assim, a sua curva de oferta de trabalho é deslocada para direita e para baixo (E^S), gerando um nível maior de emprego de equilíbrio

(E_0). O problema é que nessa situação o nível maior de emprego vem acompanhado do aumento geral nos preços. Essa condição de equilíbrio pode ser mais bem observada na figura 2, em que são colocados além do gráfico do mercado de trabalho, dois outros: um como uma função de produção e outro com a CP de curto e de longo prazo.

Figura 1 - Diagrama do mercado de trabalho em Friedman



Fonte: Adaptado de Carlin e Soskice (1990, p. 73).

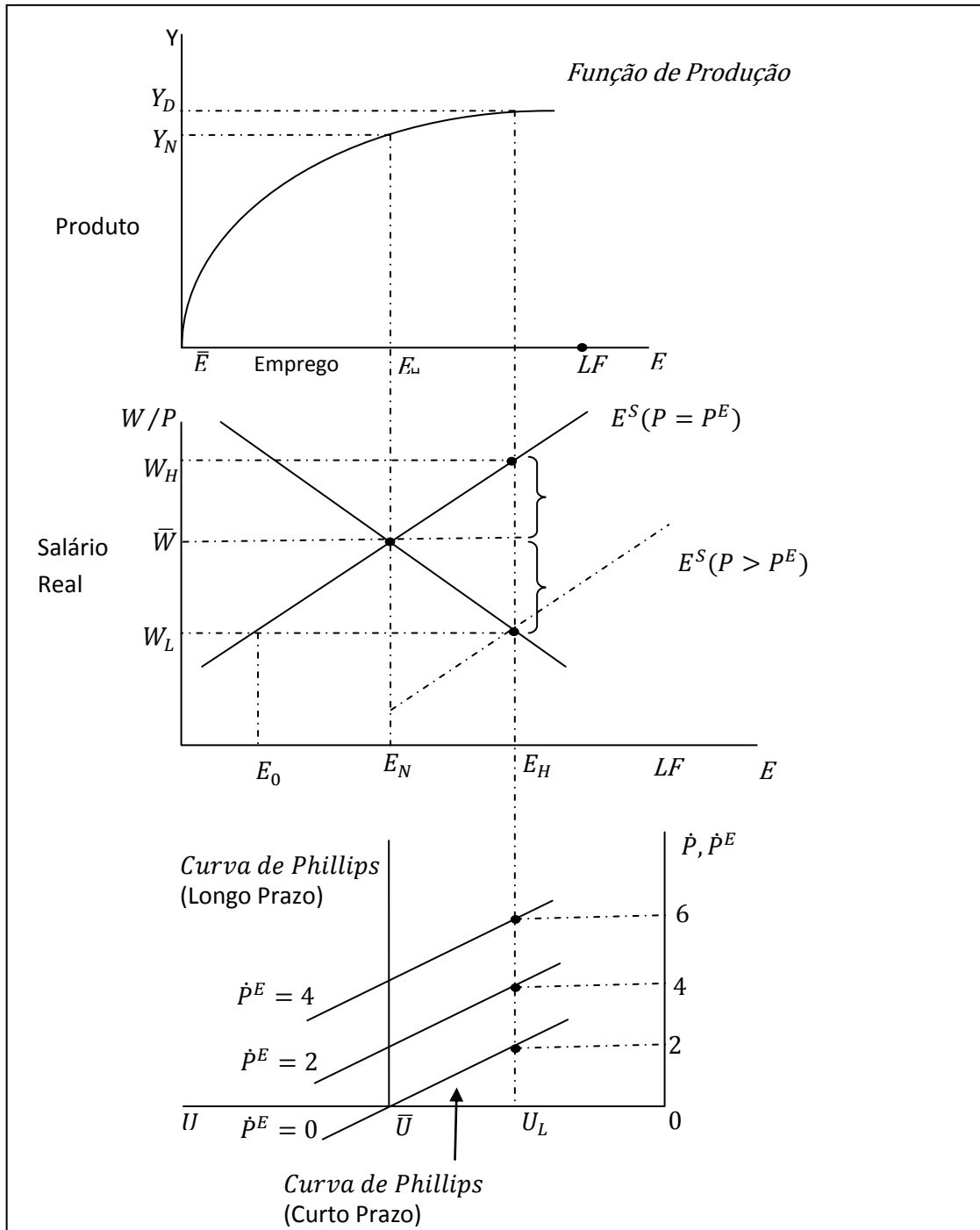
Assim, no modelo de Friedman o mercado de trabalho atua do mesmo modo que na visão neoclássica, com uma diferença fundamental: os trabalhadores podem sofrer de uma ilusão em relação aos preços (FIGURA 1). Isso significa que o pressuposto da informação perfeita, presente nos modelos neoclássicos, é abandonado, o que altera os resultados iniciais da análise neoclássica, que prevê o equilíbrio no mercado de trabalho independente de ser no curto ou no longo prazo.

Com base nessas suposições, o desemprego deixa de ser objeto de política econômica, já que ele converge para um nível de equilíbrio pelas forças do mercado. Nesse caso, só haveria desemprego voluntário, refletindo a escolha dos indivíduos em não procurarem emprego. Os esforços para mantê-lo em um nível abaixo do "natural" passam a ser a principal causa para a aceleração inflacionária.

Os mecanismos que geram o desequilíbrio, descritos na figura 2, atuam da seguinte forma. Assume-se que a economia em seu ponto inicial se encontre com o do produto em Y_N e o governo queira expandir a economia para Y_D . O nível de DA inicial (Y_N) é aquela que mantém o mercado de trabalho em equilíbrio (E_N), ou seja, é compatível com uma taxa de desemprego capaz de manter a inflação estável. Para que o nível de demanda seja atendido, é

necessário que as firmas contratem mais trabalhadores. Isso exige que o nível de salários saia de W e vá para W_H (gráfico do meio na Figura 2). Por outro lado, as firmas só aceitam contratar mais trabalhadores se os salários forem reduzidos para W_L .

Figura 2 - O modelo de Friedman



Fonte: Adaptado de Carlin e Soskice (1990, p. 71).

Para Friedman, o único elemento que faria os trabalhadores ofertarem uma quantidade maior de trabalho, mesmo que não ocorra um aumento salarial correspondente, é se o aumento da DA, ao elevar o nível dos preços, crie uma ilusão nesses trabalhadores. Apesar de o modelo tratar do salário real (W/P), ao definir o nível de emprego ofertado no curto prazo, os trabalhadores observam apenas o seu salário nominal (W). As firmas, por outro lado, estão atentas às variações nos preços e por isso aceitam variações nominais no salário, contanto que os salários reais não aumentem.

Quando os trabalhadores percebem o que realmente aconteceu, eles passam a ofertar a quantidade original de trabalho, mas agora a um nível de preços mais alto. O terceiro gráfico na figura 2 mostra como a mudança nas expectativas dos indivíduos passa a afetar o nível dos preços. Antes da tentativa do governo em ampliar a DA, o nível de emprego era consistente com uma taxa de inflação constante, nesse caso igual a zero. Na medida em que ocorre uma ampliação na demanda e o nível de preços se eleva, ocorre um aumento no nível de emprego. Nessa situação é válida a CP de curto prazo. Quando os trabalhadores percebem que o aumento foi apenas nominal, o nível de emprego volta para o nível inicial, mas dessa vez em um patamar maior de preços ($P^E = 2$). Se o governo continuar ampliando a demanda, segundo o modelo de Friedman, só irá aumentar a inflação, já que o nível de emprego tende, no longo prazo, para o nível "natural", e a CP no longo prazo tende a ser vertical.

A NAIRU é, portanto, a taxa de desemprego de equilíbrio capaz de manter a inflação em um nível estável. Sempre que a taxa real de desemprego estiver abaixo dela, a inflação tende a acelerar. Inversamente, se a taxa de desemprego se eleva acima da taxa natural, a inflação tende a diminuir.

Existem muitas críticas à NAIRU e as políticas propostas a partir dela (HOWELL, 2005). Outra crítica é proporcionada por Gordon (1987). O autor considera, em especial, dois problemas que surgem em consequência da aplicação da "taxa natural" à compreensão do desemprego. Um deles é o sentido conotativo que a expressão "natural" fornece ao modelo. Apesar do próprio Friedman (1968) discordar de seu uso literal, o termo traz uma ideia de valor imutável, aparentemente predestinado e irreversível. Como consequência dessa compreensão sobre o desemprego, diversos fatores que influenciam a dinâmica do mercado de trabalho são desprezados. O segundo problema, mais relacionado à dinâmica da economia norte-americana, é a dificuldade em explicar o porquê da variação na taxa "natural" nos EUA no período que vai da década de 1960 a 1980. Durante essas duas décadas, a taxa variou em dois pontos percentuais, saindo de 4 para 6 por cento da força de trabalho.

As explicações para essa variação são um tanto evasivas e em geral se baseiam em três argumentos. O primeiro são as mudanças demográficas na sociedade norte-americana, especialmente o aumento da participação das mulheres e de minorias na força de trabalho. Ou seja, a heterogeneidade impacta na tendência central do desemprego. Uma análise econométrica desse fenômeno é efetuada em Gordon (1988), e o autor conclui que esse argumento é incompleto e tautológico, já que não incorpora nenhum teste estocástico da ligação entre essa mudança demográfica e as mudanças na dinâmica de salários e determinação dos preços. O segundo argumento para explicar essa variação é ligado ao aumento dos gastos com a seguridade social, que modera o efeito disciplinador do desemprego, permitindo o aumento dos salários, dado um nível de desemprego. Por fim, o aumento do deslocamento industrial, que levou indústrias norte-americanas a se instalarem em diversas partes do mundo, seria uma das causas para a mudança da NAIRU no decorrer do tempo.

Apesar desses argumentos, os próprios proponentes da teoria reconhecem, segundo Gordon (1988), que esses não são problemas sem soluções, especialmente o primeiro e o último. Contudo, eles continuam argumentando que não é possível utilizar os instrumentos keynesianos para reduzir o desemprego abaixo da sua taxa natural, sem gerar os altos custos da aceleração da inflação.

Gordon (1987) reconhece que não há nenhum problema intrínseco na estrutura lógica das hipóteses da taxa natural, quando elas são utilizadas no que ele chamou de um "vácuo analítico". O problema não seria a lógica e a coerência interna e sim a ausência de fatores centrais na determinação da relação entre taxa de desemprego e inflação. O autor analisa criticamente as principais hipóteses em que a "taxa natural" se baseia. Uma delas é considerar que a taxa de inflação depende fundamentalmente da relação entre o crescimento do salário e da produtividade. Segundo o argumento dos defensores da NAIRU, uma taxa de aumento salarial que esteja acima do crescimento da produtividade leva ao crescimento inflacionário. O problema desse argumento é que o foco da análise é dado apenas às variações do salário, já que a produtividade é considerada um fator exógeno. Outra hipótese criticada por Gordon (1987), é que, seguindo o modelo da taxa natural, o desemprego resulta de um superávit de oferta de trabalho em relação à demanda, não levando em consideração os processos sociais endógenos que afetam a quantidade de trabalho ofertado.

Ao analisar a NAIRU, Pollin (1998) também reconhece os seus limites teóricos, mas alerta para o que seria o grande problema dessa abordagem: as implicações políticas

legitimadas através da "taxa natural". O governo da Primeira Ministra do Reino Unido Margareth Thatcher (1979 - 1990) e do presidente Norte-Americano Ronald Reagan (1981 - 1989) seriam exemplos disso. Tendo como principal diretriz governamental o Liberalismo Econômico, esses governos foram marcados por várias investidas contra a classe trabalhadora, já que o desemprego era interpretado como uma falha dos próprios trabalhadores e das suas instituições representativas, os sindicatos. Pollin (1999) não atribui à NAIRU toda a responsabilidade pelas políticas adotadas durante esta época, mas ele argumenta que através da "taxa natural" foi possível dar maior legitimidade aos ataques que os trabalhadores sofreram nesses países e, posteriormente, em outros lugares que passaram a utilizar as mesmas diretrizes políticas.

A literatura que surge partindo da contribuição da NAIRU fornece evidências estatísticas de que a rigidez salarial gerada pelas instituições do mercado de trabalho, especialmente os sindicatos, é o principal responsável por um padrão de desemprego em alguns países. Contudo, alguns trabalhos como o de Howell et al. (2007) questiona a direção da causalidade e criticam as evidências apresentadas nessa literatura. Segundo esses autores, existem evidências que indicam que uma variedade de modelos de mercado de trabalho, com tipos e níveis diferentes de instituições de proteção ao trabalho, podem ser consistentes com reduzidas taxas de desemprego.

3.2.1.1 Estimativas da NAIRU para o Brasil

Diversos trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de mensurar a taxa natural de desemprego para diversos países, inclusive para o Brasil. Nesta seção são apresentados sinteticamente três trabalhos que utilizam métodos diferentes para estimar a NAIRU brasileira, assumindo que a mesma existe. São eles: o de Ferreira, Aguirre e Gomes (2003), Silva Filho (2010) e, por fim, Portugal e Madalozzo (2000). Apesar dos esforços em estimar a NAIRU, em nenhum desses trabalhos considera-se a heterogeneidade entre os trabalhadores como forma de entender as diferenças nas taxas de desemprego entre os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho e as possíveis repercussões sobre a variação na taxa de inflação.

Ferreira, Aguirre e Gomes (2003) utiliza o método multivariado mais empregado para estimar a NAIRU, através da CP, utilizando a metodologia proposta por Ball e Mankiw (2002). Os dados de desemprego utilizados foram os fornecidos pelo IBGE para as seis

regiões metropolitanas brasileiras, e para os dados sobre a inflação foi usado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os dados são trimestrais e cobrem o período de 1982.3/2002.2.

Os resultados encontrados indicam que a NAIRU variou entre 6,2% em 1986.1 e um máximo de 8,7% em 1990.3. Comparando esses valores com a taxa de desemprego do período, constata-se que durante o período de 1982 a 1997, o desemprego ficou sempre abaixo da NAIRU. Resultado esperado pelo modelo, já que da década de 1980 até o início da década de 1990 foi um período marcado por uma alta inflação, e em alguns momentos por uma hiperinflação. A partir de 1998 a taxa real de desemprego subiu até superar a NAIRU e permaneceu acima dela até o quarto trimestre de 2000. Mais uma vez, segundo os autores, o resultado condiz com o modelo de Friedman, pois esse período foi marcado pela desaceleração da inflação. Contudo, o exercício parece ignorar as reformas monetárias do período e o papel da indexação em reproduzir a inflação. Além disso, não leva em consideração que nesse mesmo período as diferentes regiões metropolitanas analisadas e os grupos que compõem a força de trabalho apresentaram taxas de desemprego diferenciadas.

Silva Filho (2010) estimou a NAIRU para o Brasil, mas sua análise leva em conta outros fatores que atuam sobre a dinâmica do desemprego, em especial, a demografia e as mudanças estruturais na força de trabalho. Contudo, para conseguir aplicar uma metodologia que atendesse a esses objetivos, era necessária uma série estatística que fosse capaz de fornecer tais informações.

Segundo o autor, antes de buscar utilizar o método mais robusto, era necessário entender os determinantes do desemprego no Brasil, e confrontar essas evidências com os resultados empíricos encontrados no exercício econométrico. Por isso, foram utilizados dois modelos, um com base nos dados estatísticos da PME e um segundo com base nos dados da PED, fornecidos pelo SEADE/DIEESE. Apesar de tais estatísticas produzirem uma análise mais ampla da dinâmica do desemprego, o autor constatou que elas possuíam algumas limitações.

A base de dados da PME, utilizada no primeiro modelo, só está disponível para um período curto de tempo. Na pesquisa do SEADE/DIEESE utilizado no segundo modelo, apesar dos dados serem disponibilizados para um período mais amplo (desde 1985), só cobrem a região metropolitana de São Paulo. Por isso, para que possa ser utilizada como referência para todo o país, uma suposição básica é considerar que o desemprego no Brasil

segue a tendência dessa região metropolitana. Caso contrário, o autor estaria estimando a NAIRU da região Metropolitana de São Paulo e não a do Brasil.

Os resultados encontrados indicam que a taxa natural brasileira tem sido constante desde 1996, em uma média de 7,6%. Mesmo tendo como referência uma base de dados que fornece informações de desemprego entre os diversos grupos de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho, a pesquisa realizada por Silva Filho (2010) não leva em consideração essas diferenças.

Outro trabalho que busca analisar a NAIRU para o Brasil foi feito por Portugal e Madalozzo (2000). Esses autores fazem uma diferenciação conceitual entre a NAIRU e a taxa natural de desemprego, salientando que apenas quando a CP for linear os dois conceitos serão equivalentes, sendo esta uma das hipóteses do modelo. Os dados utilizados são trimestrais e vão do período de 1984.2 até 1996.2. Para o desemprego são utilizados os dados do desemprego aberto, da PME e da PED. No caso da PED, como em Silva Filho (2010), são utilizados apenas os dados para São Paulo. A inflação é medida pelo INPC.

As metodologias utilizadas foram duas: o modelo de função de transferência e os modelos estruturais. No primeiro modelo, os resultados encontrados são consistentes com a existência de uma NAIRU, mas apresentam valores diferentes quando utilizados os dados da PED ou da PME, com os dados da PED apresentando valores mais altos, como é de se esperar devido às diferenças de metodologia entre as duas pesquisas.

Já no segundo modelo, os resultados foram substancialmente diferentes do modelo de transferência. Em geral, a NAIRU estimada acompanhava o valor do desemprego do período. Isso difere das conclusões teóricas do modelo, que prevê em períodos de maior inflação uma taxa real de desemprego abaixo da NAIRU. Assim, somente o modelo de transferência foi considerado adequado para a condição de desemprego e inflação no Brasil. Em geral, a falta de robustez nos resultados levanta dúvidas quanto à existência de uma NAIRU para o Brasil.

3.2.1.2 A Heterogeneidade dos trabalhadores e a NAIRU

A visão do mercado de trabalho proposto por Friedman (1968) na sua construção do modelo da NAIRU é muito semelhante à da teoria neoclássica, com uma diferença importante: no mercado de trabalho neoclássico os indivíduos não sofrem da "ilusão monetária" porque possuem a informação perfeita e a racionalidade é ilimitada.

Como apresentado na figura 1 acima, o equilíbrio no mercado de trabalho neoclássico é formado pelo encontro entre duas curvas: a de oferta de trabalho pelos trabalhadores e a de demanda de trabalho por parte das firmas. Essas duas curvas agregadas são derivadas da oferta individual de cada trabalhador e a demanda de cada firma. Por isso, está implícita nesse modelo a ideia de que os indivíduos que vão ao mercado ofertar o seu trabalho são homogêneos, não existindo diferenças fundamentais entre tais ofertantes. Ao mesmo tempo em que essa simplificação auxilia na formalização do modelo, por outro, ela é um grande empecilho para entender a dinâmica do mercado de trabalho, quando se busca analisar os grupos diferentes que o compõem. Nessa situação, supõe-se que haveria uma taxa de desemprego igual para todos os diferentes grupos que compõem o mercado de trabalho. As situações apontadas no capítulo um, em que a taxa de desemprego é diferente entre os grupos de trabalhadores, não conseguem ser explicadas com base nesse arcabouço teórico.

Um dos únicos trabalhos encontrados nessa linha de pesquisa que busca inserir algum tipo de heterogeneidade no mercado de trabalho é apresentado por Madsen (1998). Ao discutir as várias teorias que procuram entender o desemprego, esse autor apresenta o modelo de desemprego estimado por Phelps, através de uma equação de forma reduzida. O modelo é dado pela seguinte equação:

$$u = u(\Delta p^u, pop^y, D^g, k, g, T^d, T^p, IR^w, or^w, mu^{ex}, b, b^{du}) \quad (1)$$

- + + - - + + + + + + + +

A taxa natural de desemprego (NAIRU) (u) é uma função da inflação inesperada (Δp^u), a proporção da população de 20 a 24 anos de idade (pop^y), a dívida pública real (D^g), o estoque de capital real (k), os gastos do governo real (g), o imposto direto (T^d), os impostos trabalhistas e outros custos indiretos do trabalho suportados pela empresa (T^p), a taxa real de juros (IR^w), o preço em dólares do petróleo (or^w), a influência da taxa de câmbio real sobre os custos marginais (mu^{ex}), relação de substituição¹³ (b) e a duração do seguro desemprego (b^{du}). Os sinais apresentados abaixo de cada variável indicam o modo como cada um dos fatores atua sobre o desemprego natural.

Dentro deste modelo desenvolvido por Phelps e apresentado por Madsen (1998), o único elemento que tenta captar a heterogeneidade dos trabalhadores é a variável da proporção da população de 20 a 24 anos de idade (pop^y). A sua função é tentar identificar a

¹³Também chamada de *Replacement Rates*, trata-se do percentual de renda pré-aposentadoria de um trabalhador que é pago por um programa de pensão por aposentadoria (MADSEN, 1998).

influência dos fatores demográficos sobre o desemprego, com base na hipótese de que a força de trabalho dos jovens é menos empregável do que os mesmos trabalhadores mais velhos (MADSEN, 1998). Todavia, mesmo quando é considerada apenas a realidade dos países centrais, essa única variável é insuficiente para captar todas as diferenças dentro do mercado de trabalho, como aponta Stockhammer (2004a). Tratando-se das economias periféricas o uso de modelos que incorporam apenas uma variável demográfica também é limitado para captar a realidade do mercado de trabalho.

Como apresentado na parte dois deste trabalho, economias como a do Brasil e a dos EUA apresentam uma forte heterogeneidade em seus mercados de trabalho, o que se reflete em taxas de desemprego diferenciadas quando são analisados diferentes grupos sociais. Diferenças que não são captadas apenas pelo nível da taxa de desemprego, mas, em muitos momentos, pela dinâmica de cada uma delas. O próprio Madsen (1998) conclui em seu trabalho que nenhum dos modelos discutidos por ele¹⁴ era capaz de explicar a tendência do agravamento do desemprego na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no período de 1973 a 1993. Todas as estimativas revelaram que os modelos são estruturalmente instáveis e que só conseguem explicar uma pequena parte do desemprego. O modelo de Phelps só conseguia explicar 1 a 2 pontos percentuais do desemprego, sendo que a taxa média de desemprego do período foi de 7,3%.

É preciso enfatizar que geralmente esses modelos que estimam a NAIRU, com a exceção de Madsen, tratam a oferta de trabalho como sendo exógena (ERNST; RANI, 2011). Com isso, os fatores demográficos não desempenham qualquer papel na análise. De um modo geral, pode-se considerar que o modelo da NAIRU proposta por Friedman e Phelps não possui instrumentos apropriados para uma análise precisa de como a heterogeneidade entre os trabalhadores atua na dinâmica do desemprego. Por basear os seus pressupostos em um modelo de mercado de trabalho neoclássico, tratar os trabalhadores como sendo homogêneos é uma condição fundamental para a aplicação do modelo, caso contrário, não seria possível agregá-los para a construção da curva de oferta e demanda de trabalho da economia como um todo, como foi discutido na parte dois, na seção sobre método.

Os trabalhos que estimam a NAIRU consideram, principalmente, outras variáveis macroeconômicas. Mesmo assim, alguns trabalhos, como os apresentados na última seção, tentam incorporar algum tipo de heterogeneidade nas análises. Contudo, os esforços em

¹⁴ Além do modelo de Phelps, são apresentados os trabalhos de Layard e Nickell, que também se enquadram no grupo de modelos de equilíbrio geral e o de Sarandis, que é um modelo de inspiração pós-keynesiana.

inserir esse tipo de variável, como apresentados em Madsen (1998), limitam-se a tratar de alguns poucos aspectos que diferenciam os trabalhadores.

3.2.2 Os Novos-keynesianos

O artigo de Mankiw intitulado *The reincarnation of Keynesian economics* pode ser considerado uma síntese da ideia central que está por trás da proposta dos novos-keynesianos: resgatar a visão econômica de Keynes, dando a ela fundamentos da microeconomia neoclássica. Passadas mais de duas décadas da publicação desse artigo, fica claro que os "fundamentos" foram construídos, mas é questionável o resgate da visão keynesiana que a escola se propõe a fazer. Nesse artigo, o autor chega a propor o uso da expressão ressurreição ao invés de reencarnação, mas ele reconhecia que, mesmo mantendo o "espírito" keynesiano, os instrumentos metodológicos utilizados eram completamente diferentes, o que tornava o termo reencarnação mais apropriado.

Apesar de existirem muitas diferenças entre as diversas correntes teóricas que utilizam o título de keynesianos (sejam eles os "velhos", os "neo", os "novos" ou os "pós"), analisar quais são essas divergências foge aos objetivos deste trabalho. O intuito desta seção é apenas apresentar os principais elementos da análise novo-keynesiana sobre o desemprego.

O ponto de partida da teoria novo-keynesiana é o reconhecimento de que a economia capitalista pode atuar com a existência de desemprego involuntário (HOLMES; HULTON, 1996). A principal causa para que isso aconteça é a rigidez do salário real, que pode ser causada tanto pelas firmas quanto pelos trabalhadores. Os fatores de rigidez do mercado de trabalho e de bens determinariam a taxa natural de desemprego.

À primeira vista, essa taxa natural poderia ser considerada como o modelo da NAIRU. Porém, Carlin e Soskice (1990) apontam diferenças fundamentais entre a NAIRU proposta por Friedman e a NAIRU desenvolvida em um ambiente de competição imperfeita em que os sindicatos barganham os salários junto às firmas, que é o caso dos modelos novos-keynesianos.

Na visão novo-keynesiana, a rigidez dos salários e dos preços é o fator que impede que a economia seja ajustada automaticamente diante dos choques econômicos exógenos (GONTIJO, 2009). O esforço dos autores dessa escola é identificar quais seriam os motivos que manteriam os salários rígidos, impedindo as firmas de ajustarem os salários reais nas situações que em houvesse trabalhadores desempregados (AMADEO; ESTEVÃO, 1994).

Apesar de existirem fatores sociais e institucionais que impedem os salários de caírem até certo patamar, também existem fatores econômicos que explicariam essa rigidez. E são esses últimos fatores que os autores dessa escola tentam identificar.

A tentativa de microfundamentar, com base na microeconomia neoclássica, os elementos que levam à rigidez salarial e conseqüentemente ao desemprego, gera uma quantidade imensa de trabalhos e modelos novos-keynesianos. Em geral, esses trabalhos apresentam diversas explicações e proposições de políticas públicas, algumas delas com hipóteses e/ou resultados contraditórios. Essa pletera de trabalhos cria algumas dificuldades quando é necessário apresentar as linhas gerais da pesquisa novo-keynesiana. Existem diversos artigos, além dos livros-texto de economia, que discutem as principais contribuições dos novos-keynesianos no que diz respeito à teoria do desemprego. Para facilitar a exposição, este trabalho se fixou nos pontos centrais de três grupos de modelos novos-keynesianos para o desemprego: a barganha salarial dos sindicatos; o modelo de conflito entre *insiders* e *outsiders*; e o modelo do salário-eficiência.

Vale ressaltar que, apesar de serem apresentados nesse trabalho de forma separada, esses modelos podem ser articulados de diversas formas. É possível, por exemplo, que o modelo de barganha salarial utilize-se da metodologia do conflito entre *insiders* e *outsiders*, ou que os argumentos do salário-eficiência sejam utilizados para explicar a barganha salarial dos sindicatos. Contudo, também existem situações em que os trabalhos pertencentes ao mesmo grupo de modelos apresentam resultados diferentes entre si.

Um modo de sistematizar esses três grupos de modelos novos-keynesianos é proposto por Amadeo e Estevão (1994). Os autores sugerem dividi-los em dois grupos: no primeiro estariam os modelos que sugerem que são os trabalhadores e suas instituições os responsáveis pela rigidez salarial. Nesse grupo estariam os modelos que tratam os sindicatos e o conflito entre *insiders* e *outsiders*¹⁵. O segundo grupo é composto pelos modelos que se fixam no papel das firmas em gerar a rigidez, nesse caso estariam os modelos de salário-eficiência.

A literatura que analisa o papel dos sindicatos em gerar rigidez no mercado de trabalho é ampla. Muitos trabalhos ligados à visão neoclássica relacionam o desemprego com a postura tomada pelos sindicatos em exigir salários acima do nível considerado de eficiência e monopolizar a oferta de trabalho. A maior parte dos modelos novos-keynesianos também analisa a relação que existe entre os sindicatos e o nível de desemprego. Os principais

¹⁵ Apesar de considerar dois modelos separados, barganha sindical e conflitos entre *insiders* e *outsiders*, alguns trabalhos podem unir os dois modelos em um só. Para isso, basta considerar que a força dos *insiders* é baseada na ação dos sindicatos.

resultados encontrados, apesar de não ser um consenso, indicam que a ação dos sindicatos dos trabalhadores é o principal responsável por gerar o desemprego.

O modelo de rigidez salarial proposto pelos novos-keynesianos analisa o processo de formação dos salários a partir da barganha salarial entre os sindicatos e as firmas. Nesse sentido, os salários não são definidos pelos mecanismos centralizados (no sentido de que um único nível salarial é definido pelo leiloeiro walrasiano) e impessoais (independente de trabalhadores, sindicatos ou firmas específicas) de mercado, mas os sindicatos é que são os responsáveis por negociá-los com os empregadores. Dado o nível de preços, a barganha salarial irá depender de uma variedade de fatores, sendo que dois mecanismos são centrais nesse processo: o estado do mercado de trabalho e a taxa de desemprego (CARLIN; SOSKICE, 1990).

A teoria prevê várias situações de barganha salarial entre os sindicatos e as firmas, mas duas delas são as mais comuns (AMADEO; ESTEVÃO, 1994). Em uma primeira situação, os modelos indicam que há monopólio total dos sindicatos na definição dos salários. Nesse caso, as firmas seriam responsáveis apenas por determinar o nível de emprego que maximizaria o lucro, dado o salário definido pelos sindicatos. Nas situações em que esse salário fosse definido acima do nível de eficiência, haveria desemprego. Em uma segunda situação, os modelos indicam que os salários e o emprego são definidos pela negociação entre o sindicato e a firma. Assim, os sindicatos podem abrir mão de um nível mais alto de salários em troca de haver mais trabalhadores empregados.

Em relação à responsabilidade dos sindicatos em gerar desemprego, dentro da pesquisa novo-keynesiana, nem todos os trabalhos chegam a essa conclusão. Segundo Greenwald e Stiglitz (1993), ao invés de gerar desemprego, é possível que algum grau de rigidez tenha exatamente o papel inverso: reduzir a magnitude das flutuações econômicas. Calmfors e Driffil (1988) também apontam evidências empíricas que mostram a existência de um grau de estrutura de determinação salarial que pode garantir a eficiência econômica. Segundo esses autores, mercados que possuam alta centralização dos sindicatos no processo de negociação coletiva, ou os mercados que a barganha é feita no nível das firmas, possuem um melhor resultado do que os mercados que apresentam um meio termo entre essas duas formas. Sendo assim, tanto os argumentos a favor da ação dos sindicatos quanto os argumentos que defendem a negociação direta entre trabalhadores e firmas sem nenhuma intermediação estariam corretos.

De acordo com a teoria econômica convencional, o desemprego não é um problema persistente porque há uma tendência dos salários serem reduzidos toda vez que houver trabalhadores desempregados. Um dos pressupostos por trás desse argumento é de que os trabalhadores empregados não são resistentes a reduções em seus salários. Contudo, o modelo *insiders* e *outsiders* questiona essa aparente cooperação entre os trabalhadores que estão empregados e desempregados, o que muda consideravelmente o comportamento do mercado de trabalho (CARNEIRO, 1997).

Nesse modelo existem dois tipos de trabalhadores: os empregados (*insiders*) que possuem algum grau de poder de barganha junto à firma, e os desempregados (*outsiders*) que possuem pouca ou nenhuma influência nas negociações de salários. Mesmo havendo pessoas dispostas a trabalhar com um salário mais baixo (*outsiders*), as empresas não conseguem reduzir o nível salarial porque as negociações se restringem aos trabalhadores *insiders*. Segundo Lindbeck e Snower (2001), as hipóteses centrais por trás desse modelo são:

- a) os *insiders* tem algum nível de poder de mercado;
- b) há o custo de rotatividade em trocar os trabalhadores;
- c) são as empresas que tomam a decisão do nível de emprego.

Os dois autores apresentam três motivos para que os *insiders* tenham um poder de barganha mais alto do que os *outsiders*. O primeiro motivo estaria relacionado às legislações trabalhistas que garantem um piso salarial básico acima do nível de mercado. Nessa situação, as firmas não podem pagar um salário menor, o que as impedem demitirem os *insiders* para contratar outros trabalhadores a níveis salariais mais baixos. O segundo motivo é baseado na relação positiva entre salários e produtividade, argumento parecido com o modelo de salário eficiência, que é apresentado logo a seguir. Nesse caso, as firmas podem contratar os *outsiders* por meio de um salário mais baixo, mas não fazem isso por reconhecer que haveria perda de produtividade ao reduzir os salários. Por fim, o terceiro motivo apontado por esses autores é o poder que os trabalhadores empregados têm em ditar as regras de contratação e influenciar os salários. Essa situação gera custos para as firmas toda vez que elas tentam demitir os trabalhadores internos para contratar os trabalhadores desempregados.

A ação dos *insiders* em garantir níveis salariais mais altos e criar barreiras para a entrada de novos trabalhadores (*outsiders*) seria uma das principais responsáveis pela permanência do desemprego (*histerese*), de acordo com Blanchard e Summers (1986). Nesse trabalho, os dois autores buscam entender quais os fatores que levam o desemprego a se tornar persistente. A principal conclusão é que o equilíbrio da taxa de desemprego depende da

sua própria trajetória. Nesse sentido, o campo de pesquisa aberto pelos modelos de salário-eficiência e do conflito entre *insiders* e *outsiders* possui grande potencial em explicar esse fenômeno. No artigo, os autores ilustram em um modelo formal o modo como os choques temporários que atingem a economia podem gerar um desemprego persistente em ambientes em que os salários são definidos pela negociação entre as firmas e os *insiders*.

O terceiro grupo de modelos são os de salário eficiência e foram inicialmente desenvolvidos por Solow (1979). Contudo, a primeira experiência prática foi com Henry Ford e a sua fábrica nos Estados Unidos no início do século XX (HOLMES; HULTON, 1996). Essa experiência trouxe um *insight* para alguns autores novos-keynesianos, que buscaram identificar especialmente duas coisas: primeiro, se haveria alguma relação entre o aumento salarial e algum grau de eficiência dentro da firma, e segundo, se haveria impactos macroeconômicos caso essa política salarial fosse praticada por muitas empresas. Foi dessa forma que se chegou aos modelos de salário-eficiência.

A ideia principal por trás desse grupo de modelos é a existência de uma relação positiva entre o salário real e a produtividade dos trabalhadores (LINDBECK, 1986). Quando uma firma contrata trabalhadores, o contrato estabelecido entre as partes define, entre outras coisas, o tempo de trabalho e o salário a ser pago, mas não há nada que trate da intensidade do trabalho. Com isso, dois grupos de trabalhadores com a mesma formação técnica, a mesma experiência e utilizando a mesma tecnologia, podem ter níveis diferentes de produtividade, dependendo do nível de esforço em cada grupo de trabalhadores. Ao pagarem um salário mais alto do que a média, essas firmas levam seus trabalhadores a se esforçarem mais, o que aumenta a produtividade.

O salário mais alto é uma forma de ampliar a produtividade dos seus empregados. Todavia, o nível de emprego que a firma passa a disponibilizar, dado um salário mais alto, é inferior à quantidade de trabalhadores disponíveis para o trabalho, gerando o desemprego involuntário. O fato de existirem pessoas oferecendo o seu trabalho a um salário menor não é incentivo para a empresa reduzir os salários que ela paga, já que ela prefere ampliar a sua produtividade ao pagar salários mais altos, mesmo que isso signifique menos trabalhadores contratados, já que a produtividade maior compensa a menor utilização da força de trabalho.

Os principais modelos de salário eficiência, não discutidos nesse trabalho em função do escopo do mesmo, são cinco (UHR; ZIERO, 2011):

- a) modelos de "corpo mole" (*shirking model*);
- b) modelo de nutrição (*nutrition model*);

- c) modelo de rotatividade (*labor turnover model*);
- d) modelo de seleção adversa (*adverse selection model*); e
- e) modelo de reciprocidade (*gift exchange model*). Cada um deles identifica uma motivação específica para que os salários sejam mais altos do que aquele definido pelo mercado.

3.2.2.1 Trabalhos empíricos de fundamentação Novo-Keynesiana aplicados ao Brasil

Barros e Mendonça (1997) aplicam o modelo de salário eficiência e barganha salarial para o Brasil para o período de 1982 a 1994, com o objetivo de desenvolver uma medida de flexibilidade salarial. Esse grau de flexibilidade é uma medida útil nessa classe de modelos para identificar a capacidade dos preços e das quantidades se ajustarem aos choques na oferta e na demanda. Essa é uma questão central na pesquisa novo-keynesiana, pois, como foi exposta na introdução desta seção, a análise dos autores dessa escola objetiva entender os mecanismos econômicos que geram rigidez no mercado de trabalho.

A metodologia utilizada nesse trabalho é baseada em um conceito derivado da curva de salários, desenvolvido em Blanchflower e Oswald (2005). O resultado encontrado revela que o Brasil possui um grau de flexibilidade salarial similar aos países desenvolvidos com elevada flexibilidade. Carneiro (1997) lista uma relação de trabalhos empíricos aplicados para diversos países desenvolvidos que analisam o modo como os fatores internos à firma e ligados aos trabalhadores empregados atuam na determinação dos salários. Uma das conclusões que o autor apresenta é de que, confirmando os resultados proposto pelo modelo *insider-outsider*, os trabalhadores desempregados, geralmente, desempenham baixa influência sobre os salários nesse setor. O autor cita o trabalho de Amadeo (1994), que analisa setores da indústria no Brasil para o período de 1976 a 1985, mas sem utilizar métodos econométricos. Segundo Carneiro (1997), os resultados para a economia brasileira seguem a mesma tendência da literatura que tem como base os países ricos. Os fatores internos à firma, especialmente a produtividade do trabalho e o poder de barganha dos sindicatos, são os principais responsáveis na determinação dos salários.

Uhr e Ziero (2011) aplicam o modelo de salário eficiência (*shirking model*) para a construção civil do Brasil¹⁶, utilizando para isso modelos econométricos. Uma das hipóteses

¹⁶ Uhr e Ziero (2011) apontam alguns outros trabalhos que aplicam o modelo *shirking* para o Brasil. São eles: Gatica et al (1995), Arbache (2001) e Esteves (2006, 2008). Todos eles, segundo Uhr e Ziero, corroboram as hipóteses do *shirking model*.

principais deste modelo é que existe um *tradeoff* entre supervisão e salários, causada por um grau de assimetria de informações entre trabalhadores e empregadores. Isso ocorre porque, ao contratar um trabalhador, o empregador não tem certeza do nível de esforço que ele irá aplicar ao realizar as suas tarefas. Os elementos definidos em um contrato de trabalho são as horas de trabalho e a remuneração, mas não é possível definir a intensidade despendida pelos trabalhadores (ESTEVES, 2008). Como o esforço também é um determinante da lucratividade, trabalhadores que se esforçam menos, geram perdas de lucros para as empresas, algo que o contratante deseja evitar.

Segundo o modelo de *shirking*, a possibilidade de "corpo mole" dos trabalhadores impõe ao empregador a necessidade de contratar supervisores. Mas é preciso que fique claro que, mesmo quando a empresa contrata supervisores, isso não impede que ela pague um salário acima da média do mercado, pressuposto central do modelo salário-eficiência. A empresa pode escolher premiar os trabalhadores mais produtivos e demitir aqueles que tentam fazer "corpo mole" (*shirking*) no trabalho e por isso a supervisão é necessária. Quanto melhor forem os mecanismos de supervisão, menos aumentos salariais a firma precisará conceder aos trabalhadores. A existência deste *trade-off* entre supervisão e salários permite que um determinado nível de aumento salarial seja substituído pela contratação de mais supervisores. Os resultados encontrados por Uhr e Ziero (2011) indicam que existe essa relação na indústria de construção civil brasileira, resultado também encontrado por Esteves (2008) ao analisar o mesmo setor.

Gomes e Gomes (2005) analisa o desemprego nas seis regiões metropolitanas do Brasil, comparando duas teorias do desemprego: a NAIRU, desenvolvida por Friedman e Phelps, e a histerese do desemprego, derivada do modelo *insiders* e *outsiders*. A conclusão que eles chegam é de que em todas as regiões, com exceção do Rio de Janeiro, ocorre o fenômeno da histerese, levando-os a rejeitar a hipótese da taxa natural de desemprego. Esse resultado contraria as conclusões de trabalhos que derivaram a NAIRU para o Brasil. O resultado de Gomes e Gomes (2005) também é observado por Menezes, Uchoa e Maia (2005), mas limitando a análise apenas à região metropolitana de Salvador. Os autores utilizam os dados da PED para o período compreendido entre Outubro de 1996 a Fevereiro de 2005.

3.2.2.2 *Heterogeneidade e os modelos novos-keynesianos*

Os novos-keynesianos reproduzem diversos pressupostos da teoria neoclássica, como as expectativas racionais e a ideia do agente maximizador. Contudo, um dos pressupostos que geralmente esses autores rejeitam é a existência do agente representativo, o Robinson Crusoe (MANKIWI, 1985). Teoricamente, isso significaria reconhecer a existência de algum grau de heterogeneidade entre os indivíduos, o que permitiria que os modelos novos-keynesianos não reproduzissem algumas simplificações excessivas da realidade, como ocorre nos modelos neoclássicos.

O primeiro grupo de modelos, que prevê a origem da rigidez salarial no comportamento dos trabalhadores, trata o mercado de trabalho de forma parecida. Nos dois modelos, barganha salarial dos sindicatos e conflito *insiders* e *outsiders*, os trabalhadores que ofertam o seu trabalho são separados em duas categorias: de um lado aqueles que estão submetidos à lógica estrita do mercado e do outro os trabalhadores que possuem algum tipo de vantagem ao negociar a sua força de trabalho.

Ou seja, nos modelos *insiders* e *outsiders* é considerado um tipo de heterogeneidade que não é baseada nas diferenças pessoais entre os trabalhadores que ofertam seu trabalho (CARNEIRO, 1997). O que é considerado nesses modelos são as diferenças entre o poder de barganha dos trabalhadores que estão empregados (*insiders*) e os que estão fora da empresa (*outsiders*), que podem em determinadas situações produzir diferenças de habilidades entre os trabalhadores, mas que não é o elemento central. O mesmo ocorre nos modelos de barganha salarial dos sindicatos. De um lado estão os trabalhadores que são sindicalizados e por isso possuem algum tipo de vantagem e poder de negociação e do outro, os que não estão sindicalizados. A semelhança no tratamento do mercado de trabalho nesses dois modelos é tão grande que, geralmente, assume-se que os trabalhadores *insiders* são aqueles que estão dentro do sindicato. Contudo, nos modelos de barganha sindical é possível haver níveis maiores de heterogeneidade do que nos modelos de conflito.

Em alguns modelos que analisam a ação dos sindicatos na determinação dos salários pode-se assumir que os trabalhadores sindicalizados possuem divergências em seus interesses. Isso ocorre porque pode se pressupor que existe algum grau de heterogeneidade entre os trabalhadores sindicalizados e por isso há uma dificuldade de os sindicatos representarem o interesse coletivo, já que cada grupo participante tem interesses próprios, nem sempre consensuais.

De modo geral, os novos-keynesianos conseguem trazer importantes avanços na teoria do desemprego quando comparados com outras análises do *mainstream*. Ao considerarem a possibilidade de haver desemprego involuntário, eles desenvolvem hipóteses mais realistas na construção de seus modelos teóricos, o que permite que eles se aproximem mais da realidade. Contudo, as bases neoclássicas de suas análises criam barreiras, muitas vezes intransponíveis, na tentativa de dar conta de outros fenômenos do mundo real.

O modelo *insiders e outsiders* é um claro exemplo de que alterar a hipótese de homogeneidade do mercado de trabalho pode modificar substancialmente a análise do comportamento do mesmo. Ao considerar os trabalhadores de dentro da empresa como diferentes daqueles que estão fora, mesmo que essas diferenças não sejam baseadas em características pessoais, esse último modelo consegue ampliar a compreensão dos novos-keynesianos sobre o funcionamento do mercado de trabalho.

Apesar de terem avanços em relação a outras análises convencionais, os modelos novos-keynesianos incorrem em diversos problemas. Ao polarizar o mercado de trabalho entre sindicalizados e não sindicalizados, pressupõe-se que todos os trabalhadores sindicalizados são iguais, o que não necessariamente é verdade. Além disso, os modelos de salário eficiência não conseguem explicar alguns tipos de aumentos salariais entre os trabalhadores que são tidos como iguais. O que pode significar que existem outras variáveis que atuam na determinação salarial e que não são considerados no modelo (AMADEO; ESTEVÃO, 1994).

Outro elemento observado nesses modelos é que os trabalhadores que não estão inseridos no processo produtivo são sempre colocados como homogêneos, sejam eles os *outsiders* ou os não sindicalizados. E a questão levantada por essa pesquisa é entender de que modo a teoria econômica trata os diferentes grupos que compõem o mercado de trabalho diante de variações no desemprego. Ao considerar esses trabalhadores homogêneos, a teoria novo-keynesiana impede que esse tipo de análise seja construído.

3.2.3 Os Pós-Keynesianos

Como o próprio nome da escola indica, os pós-keynesianos são fortemente influenciados pela visão de Keynes. Contudo, diferente dos novos-keynesianos, que tentam desenvolver os "fundamentos microeconômicos neoclássicos" da macroeconomia de Keynes,

os pós-keynesianos procuram desenvolver a teoria de Keynes, buscando uma aproximação maior às contribuições originais feitas por esse autor (LAVOIE, 2006).

Na Teoria Geral de Keynes (1983) o desemprego ocupa um espaço importante na análise e é entendido como o problema fundamental da economia moderna. Em contraposição à visão neoclássica, a teoria de Keynes assume que não é possível compreender o desemprego analisando apenas o mercado de trabalho, resumindo a discussão a questões microeconômicas. Ao invés disso, a determinação teórica parte do estudo da dinâmica econômica mais geral e seus impactos sobre o emprego, especificamente. Há uma constatação de que o pleno emprego em uma economia capitalista não é uma situação facilmente atingível ou permanente, sendo que as situações com desemprego involuntário existem e podem ter um caráter persistente. Sendo assim, as políticas econômicas contra o desemprego são justificadas, já que o livre mercado não leva automaticamente ao pleno emprego.

A Teoria Geral de Keynes (1983) oferece alguns elementos importantes para a análise pós-keynesiana sobre o desemprego. Segundo Davidson (1998)¹⁷, o principal deles é o fato de o desemprego involuntário ser compatível com a existência de equilíbrio no nível de produto tanto no curto quanto no longo prazo. Segundo a visão keynesiana, uma melhor compreensão do conceito de desemprego também pode ser feita a partir do entendimento do "princípio da demanda efetiva".

Um dos principais pontos que fundamentam a ideia pós-keynesiana de que a economia pode se afastar de um regime de pleno emprego é a presença da moeda. A existência de um ativo com as características que a moeda possui é um dos fatores que levam à persistência do desemprego nas economias capitalistas, já que ela está ligada diretamente à existência da incerteza (DAVIDSON, 1999). Nesse sentido, a moeda não pode ser considerada neutra nem no curto e nem no longo prazo, como propõe a teoria neoclássica.

Dessa forma, o desemprego não é causado por algum grau de rigidez no mercado de trabalho e do produto, como defendem os novos-keynesianos. A presença da moeda, um ativo com alta liquidez, tem a capacidade de alterar a dinâmica econômica no curto e no longo prazo. O raciocínio por trás desse resultado é simples. Considerando que um empresário tenha em suas mãos uma determinada quantidade de dinheiro, esta pode ser utilizada nas mais diferentes formas de investimento. Contudo, por estar em um ambiente em que o futuro é incerto, ele não sabe qual o retorno real dos investimentos. Surgem assim duas opções: ou assume-se o risco de fazer o investimento e com isso a possibilidade de não ter sucesso ou

¹⁷ Nesse texto Davidson (1998) aponta outros sete elementos da teoria de Keynes que foram incorporados pelos pós-keynesianos para compreender o desemprego.

decide-se ficar com o dinheiro na sua forma mais líquida, a moeda. Essa segunda alternativa, nesse contexto, faz com que a moeda cumpra uma função não produtiva, provocando alterações na direção da demanda efetiva e também no seu montante. Entender a moeda dessa forma é negar a lei de Say que considera que a moeda seja neutra em relação ao setor real da economia. Sendo assim, a incerteza que acompanha o investimento e a não neutralidade da moeda estariam por trás das flutuações na demanda efetiva, provocando o desemprego. (DAVIDSON, 1998)

A moeda consegue cumprir essa função no sistema capitalista porque ela possui duas propriedades fundamentais que garantem a sua liquidez: a elasticidade de produção e substituição iguais a zero (OREIRO, 2011). A primeira propriedade significa que a moeda não é produzida através do trabalho incorporado no processo produtivo. A segunda trata da impossibilidade de substituir a moeda por outros ativos, já que somente ela consegue exercer ao mesmo tempo as funções de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor (FERRARI FILHO; CONCEIÇÃO, 2001).

Na visão pós-keynesiana não há uma relação entre redução de salários e aumento no emprego (NICKELL; NUNZIATA; OCHEL, 2005; STOCKHAMMER, 2008). Para Davidson (1998), a curva de demanda por trabalho depende do nível de demanda efetiva, que por sua vez está relacionada com o nível de gastos do governo. Sendo assim, não é possível desenvolver uma curva de demanda por trabalho sem antes construir uma suposição sobre a demanda efetiva.

Dentro do debate pós-keynesiano, há também uma classe de modelos que incorporam o desemprego de longo prazo, o regime de crescimento e o poder de barganha dos trabalhadores (OREIRO, 2011). Assim, para Sasaki (2009), o aumento do poder relativo dos trabalhadores não necessariamente eleva, no longo prazo, a taxa de desemprego de equilíbrio, pois ela depende do regime em que ocorre o equilíbrio de longo prazo. Se, por exemplo, o equilíbrio de longo prazo corresponde a um crescimento econômico do tipo *wage-led*¹⁸, conforme sustentam alguns modelos (DUTT, 1992; KALDOR, 1960, 1978), um aumento relativo no poder de barganha dos trabalhadores não levaria a um aumento da taxa de desemprego (LAVOIE; STOCKHAMMER, 2013). Contudo, caso o equilíbrio de longo prazo seja caracterizado como *profit-led*¹⁹, o aumento do poder de barganha dos trabalhadores leva a um aumento na taxa de desemprego. O último resultado, como destaca Sasaki (2009), também

¹⁸ *Wage-led* é um regime de crescimento em que o aumento robusto dos salários é o principal responsável pela ampliação do investimento, via aumento do consumo (MARGLIN e BHADURI, 1990).

¹⁹ No regime de crescimento *profit-led* o crescimento dos lucros é o principal indutor do crescimento do investimento.

é encontrado nos modelos do *mainstream*. Todavia, através desses não é possível alcançar o primeiro resultado. Em um ambiente econômico em que o regime de demanda seja *wage-led*, as mesmas condições que permitem a estabilidade no curto prazo dos mercados de bens tornam impossível a existência de um equilíbrio no longo prazo (STOCKHAMMER et al., 2009).

Considerando um regime de demanda *wage-led*, Sasaki (2009) desenvolve um modelo kaleckiano de crescimento que incorpora a mudança tecnológica. Assim, a taxa de utilização da capacidade, a taxa de crescimento econômico, a distribuição de renda e a taxa de desemprego passam a ser determinados endogenamente. Esse não é o primeiro trabalho no esforço de considerar a determinação da taxa de desemprego explicitamente no modelo kaleckiano. Stockhammer (2004b) utiliza um modelo ampliado que incorpora equações que determinam o emprego e a distribuição de renda. Variáveis relevantes como as instituições do mercado de trabalho também são inseridas em outros modelos (CALDENTY; VERNENGO, 2013; CASSETI, 2003; STOCKHAMMER; ONARAN, 2004), com o objetivo de medir os impactos dessas variáveis na determinação do desemprego.

Ao desenvolver uma nova abordagem para o crescimento econômico, em que são introduzidas relações não lineares entre as variáveis macroeconômicas, de modo a enfatizar as propriedades dinâmicas da economia capitalista, Bhaduri (2005) também traz importantes contribuições para a compreensão dos ciclos econômicos e conseqüentemente do desemprego (HEIN; VOGEL, 2008; OREIRO, 2011). O autor insere o problema da demanda efetiva e do desemprego pelo lado da demanda, enquanto rejeita, do lado da oferta, o simplismo representado pela função de produção neoclássica. O modelo desenvolvido pelo autor possui três características básicas: em primeiro lugar, ele parte de um modelo de crescimento de Solow; em segundo, a demanda efetiva em sua análise não é usada para determinar a distribuição de renda no pleno emprego²⁰, mas apenas o produto; por fim, reconhece o papel da competição interclasses e intraclasses como a principal força para conduzir o progresso técnico²¹. Em geral, ele tenta mostrar as condições que levam a economia a convergir para um estado de subutilização da capacidade produtiva, baixo crescimento econômico e como conseqüência, alto desemprego (OREIRO, 2011).

²⁰ Dessa forma ele rejeita o enfoque kaleckiano em que a distribuição é resultado apenas do conflito de classes (BADHURI, 2005).

²¹ Essa relação também está presente em Marx (1983), mas nesse caso é enfatizado o papel das inovações que poupam trabalho e criam/mantém o "exército industrial de reserva".

3.2.3.1 Alguns trabalhos empíricos

Durante a pesquisa não foram encontrados modelos de desemprego pós-keynesianos aplicados para o Brasil, por isso, diferente das outras seções em que se busca analisar modelos teóricos aplicados para entender o desemprego brasileiro, nessa seção, serão apresentados apenas trabalhos empíricos aplicados para outros países.

Um dos modelos que buscam entender o desemprego partindo de uma análise pós-keynesiana é proposto por Sarantis (1993). Segundo Madsen (1998), dentro da contribuição dos pós-keynesianos para a análise do desemprego, esse trabalho seria um dos principais modelos, apesar do seu enfoque estar ligado a elementos mais kaleckianos do que keynesianos. Isso fica aparente em seu objetivo que é identificar qual o papel da distribuição de renda na determinação do desemprego. Para isso, Sarantis (1993) desenvolve um modelo teórico e o aplica para 10 países da OCDE no período que vai de 1976 a 1989. A base para o modelo são sete equações que descrevem as seguintes variáveis: o preço do produto, a taxa de lucro, a participação dos lucros e dos salários no produto total, a taxa de inflação, o equilíbrio do mercado de bens e, por fim, o equilíbrio do balanço de pagamentos. Com base nessas equações, ele chega a uma função que descreve a utilização da capacidade (u).

$$u = u(\tau, f, i, q) \quad (2)$$

+ + - -

Em que τ representa um *mark-up*, f são os gastos do governo, i é a taxa de juros e q a taxa de câmbio real. Dessas quatro variáveis, o *mark-up* (τ) é o que merece a maior atenção. Com base nas equações que tratam da participação dos salários (3) e dos lucros (4) sobre o produto total, quanto maior for o *mark-up* (τ) menor será a participação dos salários no produto total. As outras variáveis são: o preço do produto (P), custo do trabalho ($\alpha_1 W$), e o estoque de capital (K).

$$(\tau PK)/(PY) = \tau/(1 + \tau) \quad (3)$$

$$(\alpha_1 WY)/(PY) = (1 - \delta)/(1 + \tau) \quad (4)$$

A conclusão que Sarantis (1993) apresenta é que haveria uma relação negativa entre os ganhos salariais e o uso da capacidade (2). Isso ocorre, segundo ele, porque uma queda no

mark-up reduz a inflação, o que eleva os juros reais (efeito "Tobin") e, conseqüentemente, reduz a DA. Esse nível de utilização da capacidade irá gerar um nível de emprego, o que permite reescrever a função 2 em termos de desemprego (U):

$$U = U(\tau, f, i, q, ce) \quad (5)$$

- - + + -

Além das quatro variáveis presentes na equação (2), Sarantis (1993) acrescenta a variável que representa os investimentos em máquinas e equipamentos em relação ao PIB (*ce*). Essa variável é utilizada porque, segundo a visão pós-keynesiana, o uso total da capacidade instalada não garante pleno emprego para todos os indivíduos. Como consequência, poderia haver desemprego causado por uma inadequação do equipamento de capital, que nada tem a ver com o nível de utilização do capital. A equação estimada tem a seguinte forma (MADSEN, 1998):

$$u = (ok_j/ok)[u(\tau, ce - y, i, f, comp)] \quad (6)$$

- - + - +

Em que y é o PIB, *comp* o preço de importação e exportação e ok_j e ok são os coeficientes de Lei de Okun para o país j e para todos os países, respectivamente.

Quando aplicado aos países da OCDE para o período de 1976 a 1989, o exercício chegou a quatro importantes conclusões. A primeira delas é a de que as mudanças na distribuição de renda são transmitidas para o desemprego por intermédio de diversos canais, sendo que quando ela ocorre em favor dos trabalhadores, amplia-se o desemprego. Aparentemente, no período analisado, o crescimento foi *profit-led*, o que explicaria esse efeito que contradiz as versões "subconsumistas" dos pós-keynesianos, em que o aumento da renda dos trabalhadores aumenta o nível de emprego. A segunda conclusão confirma a hipótese kaleckiana da inadequação do equipamento de capital como uma importante fonte de desemprego. A terceira indica que as políticas fiscal e monetária exercem influência significativa sobre o desemprego, mas a competitividade externa tem um efeito pequeno. Por fim, a última conclusão é de que, apesar de haver sinais de persistência do desemprego, não se pode aceitar a hipótese de histerese completa.

Stockhammer também apresenta diversas contribuições para o estudo do desemprego partindo de uma análise pós-keynesiana. Em Stockhammer e Onaran (2004) os autores investigam a relação entre a demanda efetiva, a distribuição de renda e o desemprego, buscando avaliar as hipóteses keynesiana, neoclássica e kaleckiana sobre o mercado de trabalho. O propósito central do estudo é avaliar as teorias do desemprego. Para a estimação, são usados os dados de três países: EUA, França e Inglaterra, para o período de 1960 a 1990.

Na análise proposta, os autores buscam avaliar diversos efeitos que atuam sobre o emprego, incluindo alguns que não são keynesianas. Para isso, eles utilizaram um modelo VAR, pois a flexibilidade dessa metodologia permite que sejam comparadas diversas teorias. As bases para esse modelo VAR são um conjunto de cinco equações que retratam os seguintes elementos: a acumulação, a capacidade instalada, a participação dos lucros, o crescimento da produtividade e o desemprego. Os resultados apontam que a acumulação produz impactos significativos sobre a utilização da capacidade, e os dois juntos afetam o desemprego. As conclusões do modelo confirmam a hipótese keynesiana de que as variáveis do mercado de bens têm impacto relevante sobre o desemprego e a economia é impulsionada pelo investimento. Por outro lado, a hipótese neoclássica que aponta uma relação entre salários e distribuição de renda por um lado e desemprego por outro não foi verificada.

Em Stockhammer e Klar (2011) é analisado o desemprego médio em 20 países da OCDE, destacando especialmente o papel das mudanças autônomas na acumulação de capital e as instituições do mercado de trabalho. A base para a análise é a NAIRU, mas não aquela proposta por Friedman e Phelps. Segundo Stockhammer (2008), a NAIRU é plenamente compatível com argumentos de outras escolas do pensamento econômico, contanto que se diferencie a história da NAIRU da teoria da NAIRU. Esse autor afirma em seu artigo de 2008 que a NAIRU teórica é plenamente compatível com o argumento Novo-Keynesiano, pós-keynesiano ou marxista. Enquanto a teoria da NAIRU é uma estrutura flexível, a história da NAIRU é uma interpretação específica do modelo.

Os resultados encontrados apontam que as únicas instituições do mercado de trabalho que apresentam efeitos estatisticamente significativos sobre o desemprego, embora sejam pequenos, são a densidade sindical e a coordenação de negociação coletiva. As variáveis que foram significativas e tiveram um efeito maior sobre o desemprego foram a acumulação de capital e a taxa de juros real. De acordo com Stockhammer (2008), isso pode ser um indicativo de que o *animal spirit* é mais importante na determinação do investimento do que as variáveis econômicas, como já afirmava Keynes em seu livro A Teoria Geral.

3.2.3.2 Heterogeneidade e a visão pós-keynesiana

Com base nos trabalhos analisados, a teoria pós-keynesiana oferece instrumentos importantes para a análise do desemprego, mas, geralmente, não considera os elementos ligados à heterogeneidade dos indivíduos em suas análises. No geral, a análise é feita como se todos os trabalhadores, que sofrem com o desemprego involuntário, fossem iguais. Nessas condições, as políticas de demanda efetiva podem ser implementadas de forma geral, pois se entende que os trabalhadores serão atingidos da mesma forma. As diferenças entre os trabalhadores não representam uma variável relevante para a análise do desemprego. Contudo, não levar em consideração essa variável pode aprofundar o problema do desemprego em alguns grupos, mesmo diante de políticas de combate a esse problema.

Como discutido anteriormente, o objetivo da política econômica, na visão pós-keynesiana, é conduzir a economia para uma situação de equilíbrio de pleno emprego. Isso não significa que não haverá desemprego, mas que a um determinado salário todos os trabalhadores podem ser empregados. Aqueles que permanecerem desempregados estarão nessa condição de forma "voluntária", por não aceitarem o nível salarial estabelecido.

Um exemplo seria imaginar que a taxa de desemprego no nível de pleno emprego fosse de 5%. Considerando que a população seja homogênea, essa taxa pode refletir de forma mais precisa a condição real de pleno emprego dos trabalhadores. Mas se as taxas de desemprego são diferentes entre os grupos que compõem o mercado de trabalho, o grupo que tiver uma taxa de desemprego maior irá requerer que outro grupo tenha uma taxa de desemprego menor para manter a taxa de desemprego média compatível com o pleno emprego. Com isso, uma situação de aparente pleno emprego pode esconder altas taxas de desemprego involuntário entre alguns grupos.

Dessa forma, a heterogeneidade dos trabalhadores é um elemento que deve ser considerado quando se analisa a condição de pleno emprego, especialmente em economias como a do Brasil. Muitos autores argumentam que mesmo quando se alcança a condição de pleno emprego econômico, não há nada que possa garantir boas condições nos empregos que são ofertados (PEREIMA; NASCIMENTO, 2012). Subemprego, informalidade, baixos salários, condições precárias de trabalho, são elementos que em alguns momentos ficam ocultos por trás de uma possível condição de pleno emprego. Além disso, ao inserir a heterogeneidade dos trabalhadores dentro dessa análise, percebe-se que a condição do pleno

emprego em vários momentos é alcançada apenas para alguns grupos de trabalhadores, enquanto outra parte continua sofrendo com o desemprego e as suas consequências.

A contribuição pós-keynesiana para o entendimento dos elementos por trás do desemprego são inegáveis. Ao mostrar como as variáveis do lado da demanda afetam os níveis de emprego, a teoria pós-keynesiana constrói uma alternativa para o argumento neoclássico de que as instituições que representam os interesses dos trabalhadores é que são responsáveis pelo desemprego. Nesse sentido, o desemprego é plenamente compatível com uma situação de equilíbrio e, por isso, depende de intervenções do Estado para que a economia movimente-se para outro ponto de equilíbrio que seja de pleno emprego.

Os resultados da análise pós-keynesiana fornecem diversos instrumentos para o estudo e a redução dos efeitos do desemprego agregado. Contudo, por não considerar as diferenças entre os trabalhadores, as soluções propostas para reduzir o desemprego nem sempre atingem de forma igual à força de trabalho que se encontra desempregada. Nesse sentido, inserir a heterogeneidade dos trabalhadores na análise pós-keynesiana pode contribuir para a construção de políticas de estímulo à demanda efetiva mais eficientes de combate ao desemprego, além de ser um passo importante no desenvolvimento da agenda de pesquisa dessa escola.

3.2.4 A Teoria Marxista

Nos termos da Lei Geral da Acumulação Capitalista, desenvolvida por Marx (1983), o desemprego é uma engrenagem central da dinâmica econômica. Não se trata de uma "anomalia" do capitalismo, mas um elemento que faz parte da lógica intrínseca de seu funcionamento. Ao analisar o desemprego, Marx (1983) utiliza o conceito de "Exército Industrial de Reserva" (EIR) que, ao mesmo tempo em que inclui os trabalhadores desempregados, possui um sentido mais amplo do que o conceito de desemprego. Mas antes de tratar diretamente desse conceito, é importante apresentar alguns elementos do pensamento de Marx que fundamentam a sua compreensão sobre a dinâmica capitalista.

O ponto inicial para analisar a teoria marxista do desemprego é o Livro I Volume II de O Capital de Karl Marx (1983), especialmente o capítulo XXIII em que o autor apresenta a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Em resumo, o objetivo de Marx em escrever esse capítulo é descrever a influência que o crescimento do estoque e do valor do capital exerce sobre a vida dos trabalhadores. Para isso, ele analisa, em primeiro lugar, as situações que

levam a uma demanda crescente da mão de obra e, posteriormente, o que leva a uma redução nessa mesma demanda.

Para entender a primeira situação, Marx assume a hipótese de que a composição orgânica do capital seja constante, isto é, ele assume que a relação entre o capital variável (valor da força de trabalho) e o capital fixo (valor dos meios de produção) se mantenha na mesma proporção. Ao assumir essa suposição, Marx está excluindo do seu modelo o ganho relacionado à produtividade, para verificar o comportamento da demanda por trabalho nessas condições.

Tendo como base a hipótese de que a composição orgânica seja constante, Marx chega a algumas importantes conclusões. A primeira delas é a de que, mesmo que se mantenha a proporção de trabalhadores e meios de produção, a escala da acumulação de capitais continua a crescer, e, conseqüentemente, o número de trabalhadores inseridos na produção aumenta. Uma segunda conclusão, decorrente dessa primeira, é o fato de que, ao ampliar a demanda por trabalhadores, os salários deverão elevar-se, o que induz a uma melhora na vida dos trabalhadores. Marx ressalta, todavia, que essa melhora nas condições dos trabalhadores não significa que a relação de subordinação da força de trabalho ao capital tenha chegado ao fim. O que acontece nessas situações é que a exploração torna-se menos intensiva e mais extensiva, o que explicaria essa melhora.

A segunda situação é baseada na hipótese de que a composição do capital seja crescente. Ao invés da relação entre trabalhadores e meios de produção ser mantida constante, como na primeira hipótese, nessa segunda situação há uma tendência para um aumento maior dos meios de produção em relação ao número de trabalhadores. Essa hipótese é mais condizente com a ideia geral contida em *O Capital*, pois Marx considera que o desenvolvimento do capitalismo e da acumulação de capital gera uma tendência de aumento na quantidade do capital constante e redução do capital variável. Como consequência, há uma ampliação na extração da mais-valia relativa, via aumento da intensidade na exploração dos trabalhadores e avanço tecnológico dos meios de produção.

O aprofundamento da acumulação capitalista por meio dessa alteração na composição orgânica do capital leva à criação de uma massa de trabalhadores que não é aproveitada diretamente pelo capital. Nesse ponto é que Marx cria o conceito do EIR, para caracterizar esses trabalhadores que não estão inseridos no processo produtivo. Uma leitura apressada pode considerar que essa massa de trabalhadores são os desempregados, mas a teoria de Marx

coloca o Exército Industrial em uma condição mais ampla e complexa do que a situação de desemprego.

O EIR é uma força de trabalho que não é utilizada permanentemente na produção, mas que serve aos interesses do capital de diversas formas. Uma delas é o uso desses trabalhadores nos períodos de crescimento econômico e aumento da demanda por força de trabalho. A presença do EIR impede os trabalhadores que já estão inseridos na dinâmica econômica, diante de um aumento na demanda de sua mão de obra, sempre recebam aumentos salariais ou exijam outros tipos de benefícios. Isso ocorre porque os trabalhadores empregados na produção podem ser substituídos por aqueles que ficam à margem do sistema produtivo, caso passem a exigir benefícios que os que estão à margem não exigem. Sendo assim, apesar de não negar por completo a lei da demanda e da oferta de trabalho, Marx considera que a presença do Exército Industrial reduz o raio de ação dessa lei.

Na sua obra, Marx descreve algumas formas em que o EIR pode se manifestar: a forma líquida, latente e estagnada. Essa divisão é utilizada não apenas para categorizar esses trabalhadores, mas também organizá-los de acordo com a disponibilidade para o uso do capital (GRANATO NETO, 2013). A primeira forma diz respeito aos trabalhadores que já foram inseridos no sistema produtivo e que estão temporariamente fora dele. Esse é o subgrupo do EIR que mais rapidamente pode ser inserido de volta no sistema produtivo. Já a forma latente são os trabalhadores que estão em setores econômicos que não estão diretamente relacionados com a produção do capital, no caso específico, Marx cita o setor agrícola. Esses trabalhadores são inseridos na indústria somente em casos excepcionais. Por fim, na terceira forma, a estagnada, estão os trabalhadores que possuem ocupações irregulares. Na época em que Marx escreveu *O Capital*, o melhor exemplo que ele possuía era o trabalhador doméstico. Além de não haver uma regulação para o serviço, existem mais duas características para a forma estagnada: o tempo de trabalho é o máximo possível e a remuneração é a mínima. Observando o capitalismo do final do século XX e início do século XXI, especialmente em países subdesenvolvidos como o Brasil, essa caracterização também permite inserir diversos setores da economia informal, em situações de emprego, dentro do conceito de EIR.

Apesar de não diferenciar os trabalhadores que fazem parte de cada uma dessas subcategorias do EIR, fica claro que Marx não estava lidando com os trabalhadores como se fosse uma classe homogênea (GRANATO NETO; GERMER, 2013). Ao separar conceitualmente os trabalhadores inseridos na dinâmica econômica daqueles que ficam à

margem do processo produtivo, a teoria marxista passa a tratar de dois tipos diferentes de trabalhadores. Sendo que ao dividir o EIR em mais três camadas, um grau mais profundo de heterogeneidade passa a ser considerado. Obviamente, a análise de Marx centra-se na diferenciação dos trabalhadores com base na forma em que são inseridos no sistema capitalista de produção e não nas suas características pessoais. Contudo, como apresentado nas próximas seções, é possível trabalhar com a heterogeneidade dos trabalhadores com base nessas categorias.

Ao utilizar a categoria do EIR, Marx amplia a noção de desemprego ao mostrar como ele se insere dentro de uma dinâmica mais ampla, que é a da acumulação de capital. Além disso, permite uma compreensão mais precisa da utilidade que os trabalhadores que ficam à margem do sistema produtivo têm para garantir os mecanismos de acumulação. Sendo assim, a teoria de Marx (1983) sobre o desemprego pode ser sintetizado da seguinte forma. Marx considera que o salário real pago aos trabalhadores é uma função da demanda por trabalho. Na medida em que ocorre um aumento no emprego efetivo, há uma tendência de o salário real também aumentar, reduzindo o excedente dos capitalistas. Quando o nível salarial pago aos trabalhadores passa a ameaçar o excedente, os capitalistas reduzem o seu investimento, provocando uma queda no emprego efetivo. Para Marx (1983), no curto prazo a oferta de força trabalho é relativamente inelástica. Com isso, a função do EIR seria de tornar a oferta de força de trabalho mais elástica ao salário, isto é, tornar o salário menos suscetível a aumentar na medida em que o emprego efetivo crescesse.

Segundo Straussman (1977), além de servir para regular os salários e controlar a militância dos trabalhadores, especialmente em períodos de crise econômica, o "Exército Industrial" também é útil para desconstruir as estatísticas oficiais referentes à quantidade real de trabalhadores desempregados. Através desse conceito, é possível ampliar a compreensão do que é o desemprego, além de criar mecanismos capazes de reduzir o seu impacto à classe trabalhadora.

Com base na teoria de Marx sobre o desemprego, diversos autores desenvolveram modelos teóricos que ajudam a ampliar a contribuição da obra *O Capital*. Diferente das análises de outras escolas feitas nesse capítulo, na próxima subseção não são apresentados apenas modelos marxistas, mas modelos que são condizentes com os argumentos de Marx. É importante fazer essa ressalva porque, apesar de alguns autores citados abaixo se intitularem marxistas (ou neomarxistas), outros apenas utilizam as categorias de Marx.

3.2.4.1 Evidências empíricas e modelos baseados na teoria do desemprego de Marx

A teoria de Marx referente ao desemprego abriu espaço para diversas análises sobre essa questão. Através de uma análise microeconômica entre o nível de salários e a taxa de desemprego local, Blanchflower e Oswald (2005) desenvolvem uma curva de salários, com base em dados de 40 países, que os levam a algumas importantes conclusões que também podem ser derivadas da análise de Marx (1983). A principal implicação dessa curva, que os autores consideram uma lei empírica da economia, é de que os níveis de salários estão inversamente relacionados com as taxas locais de desemprego. Isso é plenamente condizente com a teoria marxista, especialmente quando se considera que os trabalhadores desempregados são um grupo importante dentro do EIR. A redução no número de desempregados aumenta a capacidade de barganha dos trabalhadores dentro da empresa, o que possibilita ampliação dos benefícios e ganhos salariais. Apesar dessa conclusão, o trabalho de Blanchflower e Oswald (2006) em nenhum momento utiliza a categoria marxista do EIR, mas existem outros autores que utilizam essa categoria para compreender a dinâmica do desemprego no capitalismo moderno.

Basu (2013), ao analisar o mercado de trabalho dos Estados Unidos no período do pós-guerra, ressalta algumas mudanças na dinâmica econômica mundial que contribuíram para disciplinar a classe trabalhadora e ampliar o EIR. Analisando o padrão dos dados coletados, o primeiro elemento observado por ele foi a realocação da produção industrial norte-americana para a periferia global, fenômeno também observado por Gordon (1988) e Foster, Mcchesney e Jonna (2011). Através desse mecanismo foi possível garantir os níveis de lucratividade ao mesmo tempo em que aprofundava os mecanismos de exploração dos trabalhadores, já que os países para onde essas indústrias eram deslocadas não ofereciam as mesmas condições de trabalho presentes no território norte-americano. Outro fator estava ligado às mudanças técnicas que ocorreram no processo de produção de mercadorias. Como as novas tecnologias eram poupadoras de mão de obra, mais trabalhadores passaram a ocupar as filas do Exército Industrial. Segundo Basu (2013), esses dois mecanismos, ao ampliar o EIR, viabilizam a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que infligem custos consideráveis à classe trabalhadora.

Ao invés de analisar os mecanismos de mercado que geram o EIR, Russell (2001) concentra a sua análise no papel do Estado norte-americano em aumentar a quantidade desses trabalhadores. A política monetária realizada pelo *Federal Reserve* (FED) é um exemplo

disso. Desde os anos 1970 o FED assumiu de vez o objetivo de conter a inflação, aumentando a taxa de juros para manter a taxa de emprego em um determinado patamar. Com isso, nos momentos em que ocorrem quedas no desemprego, o FED automaticamente ajusta a taxa de juros para um valor mais elevado, a fim de desencorajar o crescimento (leia-se emprego), que é tido como uma fonte inflacionária, quando alcança determinados níveis. Outro elemento apontado pela autora como um indicador da ação do Estado na formação do Exército Industrial é a ausência de políticas públicas voltadas para a criação de postos de trabalhos, refletindo o interesse do Estado em proteger os ganhos do setor capitalista, especialmente o financeiro.

Centrando a sua análise no século XX, Duménil e Levy (1999) analisam o desemprego estrutural nas crises que ocorreram durante esse período, em especial a crise na década de 1970, comparando a experiência norte-americana com a dos países europeus. Em seu trabalho são combinadas duas abordagens distintas: a primeira é baseada no uso de dados referentes à contabilidade nacional, disponibilizados pela OCDE. Já a segunda abordagem se baseia na história, mas dessa vez centrada apenas nos EUA. Uma das principais conclusões trazidas por essas duas abordagens, e que dialoga diretamente com as conclusões trazidas em Basu (2013), foi a relação do desemprego, especialmente durante a crise da década de 1970, com um padrão desfavorável de evolução da tecnologia. Segundo Duménil e Levy (1999), durante o século XX foi difícil desenvolver um equilíbrio entre o progresso técnico e a distribuição de renda, isto é, uma forma de desenvolvimento tecnológico em que a produtividade do trabalho e do capital crescesse simultaneamente, o que resultou no aumento do desemprego.

Com base na contribuição de Marx, alguns modelos matemáticos também foram desenvolvidos com o objetivo de ampliar o entendimento da dinâmica econômica, entre eles o mais citado pela literatura é o de Goodwin (1967). Goodwin desenvolve um modelo para tratar dos ciclos econômicos na economia capitalista. Seus principais pressupostos teóricos são os seguintes: i. O progresso técnico e o crescimento da mão de obra são constantes; ii. O produto e o trabalho são homogêneos; iii. As quantidades são reais e líquidas; iv. Os salários são consumidos e os lucros poupados e reinvestidos. Outros dois pressupostos também são utilizados, mas o próprio Goodwin reconhece a controvérsia em assumi-los: v. Razão capital produto constante; vi. Taxa de salário real aumenta quando a economia se aproxima do pleno emprego.

Com base nessas hipóteses, Goodwin (1967) chega a duas equações, que também se baseiam no modelo de interação presa-predador proposta por Lotka-Volterra:

$$u' = [-(\alpha + \beta) + \rho v]u \quad (7)$$

$$v' = [((1/\sigma) - (\alpha + \beta)) - (1/\sigma)u]v \quad (8)$$

A equação 7 refere-se à parcela salarial (u') e a 8 a taxa de emprego ou utilização da capacidade (v'). Com exceção de casos excepcionais em que os valores de u' podem ser maiores do que 1, especialmente nas situações em que os salários e o consumo são maiores do que o produto, as duas variáveis serão quase sempre menores que 1.

Na equação 7 a primeira expressão $[(\alpha + \beta)u]$ serve para indicar os fatores que têm um impacto negativo na participação dos salários no produto. A variável α representa o progresso técnico. Nesse caso, quando o valor do parâmetro aumenta, diminui a barganha salarial dos trabalhadores, o que leva a uma redução dos salários. O β é o intercepto linear da Curva de Philips, que indica que há um *tradeoff* entre a barganha salarial e o desemprego. A segunda expressão da equação ($\rho v u$) mostra que o crescimento da participação salarial é proporcional à taxa de emprego e a elasticidade do salário em relação ao emprego.

Na equação 8, referente à taxa de emprego, a primeira expressão $[((1/\sigma) - (\alpha + \beta))]$ indica a taxa de crescimento do emprego, caso a parcela salarial (u) seja igual a zero. Sendo que $(1/\sigma)$ é o crescimento da produtividade do capital e $(\alpha + \beta)$ a taxa natural de crescimento. Para que haja crescimento do emprego, basta que o crescimento da produtividade seja maior do que a taxa natural de crescimento. A segunda expressão da equação 8 $[(1/\sigma)u]$ é onde aparecem os fatores que provocam o desemprego, sendo que σ é a razão capital produto (k/y). Nesse caso quanto menor for a razão capital produto (σ), maior será o impacto negativo da participação do salário no produto (u) sobre o emprego.

A contribuição de Goodwin representou um passo importante na compreensão dos ciclos econômicos. Contudo, diversos autores propõem alterações no modelo para que o mesmo se torne mais próximo da contribuição de Marx. Dois trabalhos merecem especial atenção: Shaikh (2004) e Drummond (2011).

Ao tratar a dinâmica econômica, Shaikh (2004) analisa algumas proposições heterodoxas para entender a maneira com que quadros macroeconômicos alternativos retratam a dinâmica do mercado de trabalho, em especial, o modo como os salários e o emprego respondem aos desequilíbrios nesse mercado. Para isso, ele analisou quatro abordagens específicas referentes ao crescimento: o modelo neoclássico básico, o keynesiano, o harrodiano e o de Marx, esse último baseado na análise feita por Goodwin (1967). Cada uma

dessas abordagens possui uma forma específica de analisar a realidade, mas Shaikh (2004) observou um elemento em comum entre elas: todas as análises possuem um padrão de formulação que implica que os fatores sociais não têm nenhuma influência sobre o equilíbrio de longo prazo na relação entre lucros e salários.

No modelo original de Goodwin (1967), uma das principais conclusões é que a taxa de desemprego estável requer uma relação lucro-salário que é única e completamente independente da força de trabalho. O modo como Goodwin formalizou as proposições de Marx faz com que a resistência dos trabalhadores a uma redução em seus salários, por intermédio da "luta de classes", só gere como resultado um aumento no desemprego e não tenha nenhum efeito sobre a taxa de mais valia. Em seu trabalho, Shaikh (2004) incorpora algumas modificações no modelo de Goodwin (1967), alterando as conclusões gerais desse modelo, fazendo com que a participação dos salários passe a depender também da força de trabalho e conseqüentemente da luta de classes.

Drummond (2011) destaca que o modelo proposto por Goodwin (1967) é apenas um caso particular daquele proposto por Marx. Como apresentado na introdução dessa seção, Marx utiliza duas suposições em relação à composição orgânica do capital. A primeira baseia-se em uma composição constante e a segunda em uma composição crescente. O modelo original de Goodwin utiliza a primeira suposição, pois assume que o progresso técnico e o crescimento da mão de obra são constantes. A alteração feita por Drummond (2011) é para que o modelo de Goodwin possa incorporar a suposição mais geral de Marx, representada pela segunda suposição, em que a composição orgânica é crescente.

3.2.4.1.1 Trabalhos Empíricos para o Brasil

São poucas as aplicações de modelos marxistas para entender o desemprego no Brasil, um deles é o trabalho de Miebach e Marquetti (2013). Os autores aplicam o modelo de Goodwin (1967) para o período entre 1952 a 2008 e concluem que nesse recorte histórico houve momentos em que a dinâmica proposta por Goodwin está presente (1952-1964 e 1981-1992) e outros em que os resultados vão contra o modelo (1965 - 1980 e 1993-2003). A partir de 2008, segundo os autores, há sinais de que a economia brasileira voltou a ingressar em um novo ciclo de Goodwin.

Como argumentado anteriormente, o modelo de Goodwin defende que há uma relação negativa entre o nível de emprego e a participação dos trabalhadores no produto. A

alternância entre períodos consistentes com o modelo de Goodwin e outros que não são, podem indicar, segundo os autores, momentos de transição das estruturas econômicas e das forças sociais que estão por trás do conflito distributivo. E esse é o argumento utilizado para justificar os motivos do modelo não ser plenamente condizente com a realidade brasileira no decorrer do período estudado. Nos momentos em que existe liberdade sindical e de organização dos trabalhadores, a dinâmica se aproxima do modelo expresso em Goodwin. Como em alguns períodos da ditadura a repressão aos trabalhadores foi maior, a evidência empírica encontrada confirma a hipótese de que nesse período o governo brasileiro esteve mais inclinado aos interesses dos capitalistas no processo de conflito distributivo. No período de 1993 a 2003, a explicação dos autores é que, apesar de não ter ocorrido uma repressão aos trabalhadores como na ditadura, dessa vez, o governo brasileiro tomou partido dos interesses da classe rentista no conflito distributivo.

Granato Neto e Germer (2013) também utilizam as categorias marxistas para analisarem o desemprego no Brasil. Em seu trabalho, os autores desenvolvem o conceito de EIR desenvolvido por Marx e, a partir dele, fazem um experimento empírico na tentativa de mensuração do Exército Industrial no Brasil na década de 2000, tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esse tipo de pesquisa também é feita por Foster, Mcchesney e Jonna (2011), que utiliza as informações das pesquisas estatísticas da OIT para mensurar o EIR mundial.

Utilizando as três formas que o EIR se manifesta (latente, estagnada e flutuante), Granato Neto e Germer (2013) transpõem essas categorias de análise para as classificações usadas na pesquisa do IBGE. A principal dificuldade para esse tipo de trabalho, segundo os autores, é adaptar e interpretar dados que foram medidos com metodologias e referenciais teóricos diferentes do marxismo. Para que os conceitos marxistas sejam aplicados com uma maior precisão teórica seria necessário que os dados fornecidos pelo IBGE fossem mais desagregados. Dessa forma, seria mais fácil aproximar as definições estatísticas das categorias teóricas fornecidas por Marx. Apesar desses problemas, foram encontrados alguns resultados importantes.

Tabela 2 - Composição do Exército Industrial de Reserva - Brasil - 2001 a 2009

| Ano | Exército Ativo | EIR (Total) | EIR (Flutuante) | EIR (Latente) | EIR (Estagnado) |
|------|----------------|-------------|-----------------|---------------|-----------------|
| 2001 | 39,8% | 57,3% | 6,9% | 31,7% | 18,7% |
| 2002 | 40,4% | 56,5% | 6,7% | 30,8% | 19,0% |
| 2003 | 40,4% | 56,7% | 7,3% | 30,6% | 18,8% |
| 2004 | 41,7% | 55,3% | 6,7% | 29,7% | 18,9% |
| 2005 | 42,0% | 54,9% | 7,0% | 29,3% | 18,7% |
| 2006 | 42,9% | 53,9% | 6,4% | 29,5% | 18,0% |
| 2007 | 43,7% | 53,6% | 6,1% | 29,6% | 17,8% |
| 2008 | 45,4% | 51,3% | 5,4% | 29,1% | 16,8% |
| 2009 | 45,0% | 51,9% | 6,4% | 28,8% | 16,7% |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Granato Neto e Germer (2013)

As conclusões do trabalho indicam que o EIR no Brasil variou entre 57% e 51% da força de trabalho com 18 a 60 anos durante os anos 2000, sendo formada em sua grande maioria pelas camadas latentes e estagnada. Outro elemento observado pelos autores são as diferenças na composição do EIR. Os resultados indicam um grau de heterogeneidade quando se analisam as três categorias que compõem o EIR em termos regionais, de gênero e de faixa etária. O Exército Industrial é composto na sua maior parte por mulheres, sendo que apenas na camada estagnada os homens estão em maior número. Nas outras duas, latente e flutuante, as mulheres são a grande maioria. A tabela 2 mostra a composição do EIR do Brasil e a sua dinâmica entre 2000 a 2009.

Em termos geográficos, as regiões mais desenvolvidas apresentam uma camada flutuante maior, enquanto que as regiões menos desenvolvidas, as camadas estagnada e latente que estão em maior quantidade. Tratando-se da faixa etária, os trabalhadores mais jovens estão concentrados na camada flutuante e os trabalhadores mais experientes na estagnada. Outra importante conclusão apontada por Granato Neto (2013) é de que na divisão de classes e na segmentação da classe trabalhadora, observa-se que os homens são os que compõem majoritariamente a classe capitalista e o exército ativo. Por outro lado, as mulheres são a maior parte do EIR total, apesar de algumas camadas elas serem relativamente menores do que os homens.

Esses dados mostram que durante os anos 2000 houve uma redução do EIR (Total) no Brasil em mais de cinco pontos percentuais. Esse resultado é coerente com a teoria marxista, pois nesse período o Brasil experimentou um grande crescimento econômico, o que levou uma parte dos trabalhadores a serem incorporados no exército ativo (GRANATO NETO; GERMER, 2013).

3.2.4.2 A heterogeneidade dos trabalhadores e a visão marxista

Tomando como base apenas o trabalho de Goodwin (1967), pode se concluir, erroneamente, que a análise marxista sobre o desemprego não considera os fatores que tornam o mercado de trabalho um espaço heterogêneo, pois uma das hipóteses assumidas pelo modelo é o da homogeneidade do produto e do mercado de trabalho. Mesmo nos trabalhos que buscam ampliar o modelo de Goodwin, como em Drummond (2011) e Shaikh (2004), essa hipótese sempre é mantida. Contudo, não é possível analisar o modo que a teoria do desemprego em Marx trata a heterogeneidade dos trabalhadores tomando como base apenas o modelo de Goodwin.

Nas contribuições de alguns autores marxistas, como Mariátegui (2007), é possível perceber que a teoria marxista possui elementos compatíveis com uma análise do desemprego que incorpore os elementos que tornam os indivíduos heterogêneos. Esse autor buscou construir em seus estudos sobre a realidade do Peru uma análise marxista que conseguisse explicar as condições de alguns grupos sociais que possuíam características específicas, em especial os povos indígenas que ocupavam o país. Segundo Chadarevian (2007), isso é possível porque a teoria marxista possui instrumentos teóricos que auxiliam na compreensão da dinâmica econômica de modo mais amplo. Além disso, essa teoria leva em consideração os fatores históricos, políticos, institucionais, não se atendo à apenas um olhar meramente econômico dos fatos. Mas entre todos os fatores, um dos principais elementos que torna a teoria marxista do desemprego compatível como uma análise que considere a heterogeneidade entre os trabalhadores é o próprio conceito do EIR (CHADAREVIAN, 2009).

Granato Neto (2013) destaca que o EIR é formado por grupos heterogêneos, apesar de não se referir à heterogeneidade como sendo relativa apenas às características pessoais dos trabalhadores. O que o autor chama de heterogeneidade diz respeito, principalmente, às condições de vida média, as origens e o tempo médio em que os trabalhadores permanecem no EIR. Por ser composta por três camadas diferentes (latente, estagnada e flutuante), essa categoria marxista assume a existência de formas diferenciadas de inserção dos trabalhadores na dinâmica econômica capitalista, lembrando a abordagem do mercado segmentado. Ao associar essas categorias teóricas às definições presentes nas pesquisas estatísticas de órgãos oficiais, autores como Granato Neto e Germer (2013) e Foster, Mcchesney e Jonna (2011) contribuem para que a teoria marxista do desemprego seja utilizada para entender o modo

como os diferentes grupos de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho são afetados pelo desemprego.

Usando dados estatísticos interligados com as categorias marxistas, Granato Neto (2013) aponta que algumas características dos trabalhadores desempenham um papel importante na determinação da camada do EIR que será ocupada por cada grupo de trabalhador. Características como gênero, idade e posição geográfica, no caso do Brasil, alteram o modo de inserção e exclusão dos trabalhadores no sistema produtivo. Analisando o EIR, o autor conclui que os trabalhadores que sofrem com preconceitos sociais, como as mulheres, os negros, os com baixo nível de escolaridade, por exemplo, tendem a ficar mais tempo no EIR do que os trabalhadores brancos, com nível de escolaridade média ou alta. É comum também que os trabalhadores com essas características ocupem as camadas do EIR com maiores dificuldades de serem reintegradas na produção capitalista, como o EIR Estagnado (FERRAZ, 2010).

De modo geral, não há como entender a teoria marxista do desemprego sem antes compreender diversas outras categorias desenvolvidas por Marx, em especial o EIR. Com base nesse conceito, os desempregados estão inseridos dentro de um conjunto mais amplo de trabalhadores que não é empregada pelo capital, mas que está disponível para ser empregada por ele dependendo das circunstâncias. Sendo que a formação desse Exército está diretamente relacionada com a dinâmica capitalista.

Ao entender a forma como Marx descreve o sistema capitalista, é possível entender o modo como o capital vai produzindo uma massa de trabalhadores que não são incorporados no processo produtivo, mas que são úteis aos seus interesses. Por se tratar de um conceito mais amplo do que o do desemprego, a categoria marxista do EIR permite uma análise mais completa do modo como a dinâmica econômica afeta a vida dos trabalhadores, tanto os que estão dentro quanto os que estão fora do sistema produtivo. Além disso, através dele, é possível identificar de que forma os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho são afetados pelo desemprego.

Um dos principais avanços ao tratar da heterogeneidade dos trabalhadores, tendo como base as categorias marxistas, ocorre quando se busca identificar nas estatísticas oficiais os conceitos que são equivalentes aos da teoria marxista como observado em Granato Neto, 2013; Granato Neto e Germer, 2013; Foster, Mcchesney, Jonna, 2011. Através da metodologia utilizada por esses autores, é possível instrumentalizar uma análise que já possui

um referencial teórico relevante, de modo a contribuir na compreensão dos fenômenos econômicos.

Com base nos trabalhos pesquisados nessa dissertação, fica claro que a teoria marxista apresenta relevantes contribuições para uma análise sobre a incidência do desemprego dentre os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho.

3.3 SÍNTESE DA ANÁLISE

Nesse capítulo foi apresentado, resumidamente, o modo como quatro teorias macroeconômicas tratam o fenômeno do desemprego involuntário. Algumas diferenças fundamentais podem ser apontadas entre essas diversas vertentes do pensamento econômico. A principal delas é o modo como cada uma dessas escolas compreende a relação do desemprego com a dinâmica econômica do capitalismo. A análise baseada na NAIRU e na maior parte dos modelos novos-keynesianos entendem o desemprego como um distúrbio provocado pelos mecanismos que impedem o mercado de agir de forma livre. Os trabalhadores, as suas instituições e o Estado interventor seriam os principais responsáveis por manter o desemprego em um nível prejudicial aos trabalhadores e às empresas. Somente quando o mercado é deixado livre para regular os salários é que o desemprego deixa de ser um problema, já que o mercado sozinho tem a capacidade de garantir o nível de equilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho, segundo essas visões.

Como o desemprego agregado é visto dessa forma, não se pode esperar um enfoque muito diferente quando essas teorias analisam o desemprego entre os diferentes grupos que compõem o mercado de trabalho. Geralmente, as análises centram-se apenas em aspectos macroeconômicos, no caso da NAIRU, ou em fundamentos microeconômicos, nos modelos novos-keynesianos, mas pouca ênfase é colocada nos aspectos que diferenciam os indivíduos. Além disso, por se basearem no método reducionista, como argumentado no capítulo um, assumir a hipótese da homogeneidade entre os trabalhadores é fundamental para chegar às principais conclusões em seus modelos.

Nas visões marxista e pós-keynesiana o desemprego é tratado de outro modo. Dentro dessas duas vertentes, guardadas as suas devidas diferenças, o desemprego é tratado como um fenômeno intrínseco ao capitalismo, sendo em muitos momentos necessário para o seu funcionamento. Contudo, apesar de apontarem elementos que ajudam na compreensão do desemprego, essas análises não incorporam diretamente a heterogeneidade presente no

mercado de trabalho em seus constructos teóricos. Em todos os modelos baseados nas abordagens que esse trabalho analisou, em nenhum deles é considerado que o desemprego pode apresentar diferenças a depender das características pessoais dos trabalhadores, como gênero e raça.

Essas duas últimas escolas trazem importantes contribuições para a análise das características do desemprego agregado, mas são limitadas em explicar que os mesmos fenômenos macroeconômicos e em seu movimento ao longo do tempo, afetem os trabalhadores de formas diferentes. A crise de 2008 é um exemplo disso. A desregulamentação do sistema financeiro, as políticas neoliberais, a redução no raio de ação do Estado são algumas das variáveis que ajudam a explicar os fatores que levaram a essa crise econômica. As altas taxas de desemprego que sucederam esse período atingiram os trabalhadores de um modo geral, mas observando grupos específicos, como o trabalhador negro norte-americano, fica explícito que a mesma crise econômica não afetou a todos os trabalhadores da mesma forma. Mesmo reconhecendo o papel das demais variáveis macroeconômicas na determinação do desemprego, existem alguns fatores que caracterizam os indivíduos, como gênero e raça, que também podem ser responsáveis por fazer os trabalhadores ficarem desempregados.

Com base nisso, o primeiro objetivo desse capítulo foi identificar se as teorias econômicas reconhecem a heterogeneidade dos indivíduos em suas análises do desemprego. A principal conclusão é que, em geral, elas não tratam diretamente desses elementos. Isso pode ser percebido quando se observa os pressupostos que fundamentam cada análise e os trabalhos empíricos com base nessas teorias, que, geralmente, não tratam dessas questões. Como não apresentam aplicações diretas para a análise da heterogeneidade é necessário identificar se essas teorias oferecem algum tipo de instrumento teórico e metodológico para inserirem esses elementos nas suas análises.

O que se percebe, com base no que foi discutido, é que as teorias da NAIRU e dos novos-keynesianos apresentam uma dificuldade maior para inserirem esses elementos. Isso ocorre por dois motivos principais: o primeiro é por causa do método utilizado, o reducionismo. Como discutido no capítulo um, esse método pressupõe que os trabalhadores sejam homogêneos, para que, assim, eles sejam agregados, impondo limites para tratar das diferenças entre os trabalhadores. O segundo motivo, é por elas não considerarem com o desemprego como um fenômeno pertencente à dinâmica do próprio capitalismo, o que torna

mais difícil tratar de algumas especificidades da dinâmica do desemprego, como é o caso do desemprego separado por características.

As teorias heterodoxas analisadas nesse trabalho, o marxismo e o pós-keynesianismo, também não tratam diretamente das questões referentes ao modo como o desemprego atinge grupos específicos de trabalhadores. Contudo, por tratarem o desemprego como um fenômeno pertencente ao capitalismo, é possível acrescentar as diferenças dos indivíduos na agenda de pesquisa dessas escolas.

No marxismo, os esforços em relacionar as categorias desenvolvidas por Marx, em especial o EIR, com os dados estatísticos, possibilitam uma análise do desemprego que leve em consideração as diferenças entre os trabalhadores. Essa escola fornece instrumentos teóricos para compreender o desemprego nos diversos grupos que compõem a classe trabalhadora, sem, todavia, reduzir a importância dos determinantes gerais do desemprego. Nesse sentido, mesmo inserindo a heterogeneidade dos trabalhadores na análise, a acumulação de capital continua sendo a variável mais importante para compreender a dinâmica econômica capitalista e a formação do EIR.

Na teoria pós-keynesiana, a heterogeneidade entre os trabalhadores deve ser levada em consideração, principalmente, no momento em que são construídas as proposições de política econômica para levar a economia ao pleno emprego. Como discutido, propor políticas de pleno emprego que não consideram as diferentes taxas de desemprego existentes no mercado de trabalho podem ser ineficazes em seus objetivos. Os grupos que sofrem com taxas mais elevadas precisam de políticas específicas, que muitas vezes podem diferir das políticas gerais de combate ao desemprego.

Além disso, os métodos utilizados por essas duas escolas, especialmente o marxismo, permite uma análise mais plural e que dialogue com outras áreas do conhecimento. Isso é fundamental quando se procura construir uma abordagem que consiga incorporar outros elementos que não fazem parte do "núcleo duro" da economia, como o preconceito racial e de gênero. Tais variáveis podem ajudar a explicar as diferenças no nível do desemprego entre os diversos grupos que compõem a classe trabalhadora.

4 DESEMPREGO E HETEROGENEIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: UM MODELO VEC PARA O PERÍODO 1990-2013

Como analisado no capítulo anterior, as diferentes vertentes que compõem o pensamento macroeconômico possuem formas específicas de tratar o desemprego. Cada teoria apresenta aspectos teóricos e metodológicos que buscam explicar como as variáveis macroeconômicas afetam a dinâmica da economia, especificadamente, o desemprego. Tomando como referência as contribuições teóricas dessas escolas e os dados sobre a economia brasileira para o período de 1990 a 2013, o principal objetivo deste capítulo é utilizar a modelagem econométrica para verificar alguns dos argumentos das teorias estudadas neste trabalho e, dentro desse contexto, analisar a relação que existe entre o desemprego e a heterogeneidade dos trabalhadores.

Um dos pontos que fundamentam a argumentação desenvolvida nesta dissertação é de que a heterogeneidade presente na classe trabalhadora também precisa ser levada em consideração quando se analisa o desemprego. As características dos trabalhadores seriam, em parte, responsáveis, a partir da inserção dos mesmos no mercado de trabalho, por produzir dinâmicas diferenciadas de desemprego entre os diferentes grupos. Evidências preliminares acerca dessa relação foram apresentadas no capítulo um. Dessa forma, além das variáveis macroeconômicas que atuam na determinação da dinâmica econômica e conseqüentemente do desemprego, existem características dos trabalhadores que ajudam a entender o porquê do desemprego apresentar dinâmicas diferentes quando se analisam os diversos grupos que compõem a força de trabalho.

Após verificar a importância empírica e teórica da heterogeneidade, no segundo capítulo foi analisada a forma como as teorias macroeconômicas do desemprego tratam dessa questão. Apesar de algumas teorias, especialmente a marxista e a pós-keynesiana, tratarem o desemprego como um fenômeno intrínseco à dinâmica econômica e buscarem encontrar os fatores que levam à sua ocorrência, em geral, a heterogeneidade não é tratada diretamente nesses trabalhos. Nessas análises teóricas existem várias explicações para a ocorrência do desemprego, mas nem sempre é possível identificar se as variáveis macroeconômicas que geram o desemprego atingem todos os grupos que compõem a classe trabalhadora com a mesma intensidade.

Diante disso, para verificar a relação da heterogeneidade dos trabalhadores com o desemprego, neste capítulo foram construídos alguns indicadores com base nas taxas de

desemprego de alguns grupos que compõem o mercado de trabalho. O intuito é utilizar esses indicadores como uma forma de mensurar, mesmo que imperfeitamente, a heterogeneidade do mercado de trabalho. Além disso, objetiva-se verificar como a dinâmica macroeconômica responsável pelo desemprego agregado ajuda a explicar as diferenças nas taxas de desemprego entre alguns grupos de trabalhadores.

A metodologia econométrica utilizada neste capítulo é a das séries temporais, precisamente, a análise da Função Impulso-Resposta (FIR) em um Modelo de Vetores de Correção de Erros (VECM). Essa metodologia é útil tanto para comparar os argumentos das teorias do desemprego estudadas, em especial as hipóteses baseadas nas teorias neoclássica, pós-keynesiana e marxista²², quanto para identificar o modo como o desemprego impacta os diferentes grupos que compõem o mercado de trabalho. A análise desenvolvida aqui não pretende ser utilizada para refutar ou aceitar as hipóteses das teorias analisadas, mas apenas verificar a capacidade que essas teorias possuem em ajudar a explicar a dinâmica do desemprego no Brasil no período que vai de 1990 a 2013. Como colocado na introdução, a análise de séries temporais desenvolvida nesta parte da dissertação possui uma importante limitação. Apesar de o método ser consistente para analisar os objetivos propostos, a base de dados para a economia brasileira só está disponível para um período curto de tempo. Essa limitação impõe um cuidado ainda maior no momento de interpretar os resultados, mas que não impede que a análise nesse capítulo seja desenvolvida.

Além dessa introdução e da última seção, em que são resumidos os principais resultados encontrados, o capítulo está organizado da seguinte forma. Na seção 4.1 são discutidos os fundamentos teóricos do modelo econômico utilizado neste trabalho e as hipóteses teóricas que o trabalho busca analisar econometricamente. Na seção 4.2 são apresentadas as variáveis que foram utilizadas no modelo e a fonte dos dados para a economia brasileira. Na seção 4.3 é apresentado o modelo econométrico utilizado, e, por fim, na seção 4.4 são sumarizados os principais resultados do modelo estimado.

4.1 O MODELO TEÓRICO

A teoria econômica apresenta diversos argumentos referentes ao modo como as variáveis macroeconômicas afetam o desemprego. Para a teoria neoclássica, em um mercado livre de intervenções externas, o que determina o salário dos trabalhadores em última

²² Das teorias apresentadas no capítulo dois, apenas a teoria novo-keynesiana não teve argumentos testados neste capítulo.

instância é a produtividade marginal. Por sua vez, os salários são os responsáveis em manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho. Na situação em que ocorre uma pressão dos trabalhadores por aumento dos salários reais acima do equilíbrio, a oferta de emprego por parte das firmas é reduzida, o que gera o desemprego involuntário. Segundo a teoria neoclássica, portanto, o desemprego é uma situação anormal em uma economia que seja movida apenas pelas forças de mercado. Além disso, o resultado macro é uma simples agregação do resultado micro. Essa leitura do funcionamento do mercado de trabalho também é a base para a abordagem da NAIRU e de algumas vertentes do pensamento novo-keynesiano (DATHEIN, 2005).

Ao contrário da teoria neoclássica, a teoria pós-keynesiana parte da constatação de que o desemprego involuntário pode ser uma situação que se estende por um longo período. O pleno emprego não é, portanto, uma situação permanente ou única de equilíbrio. Além disso, o mercado de trabalho não possui uma dinâmica desassociada do mercado de bens. Ao contrário, as forças que atuam no mercado de bens determinam a oferta e demanda no mercado de trabalho. Isso ocorre porque o emprego dos fatores de produção é definido pela demanda efetiva, que é influenciada pela incerteza e instabilidade endógenas de uma economia monetária de produção (NERY, 2012).

A teoria marxista também compreende o desemprego involuntário como um elemento pertencente à dinâmica do capitalismo. Tomando como referência o conceito do EIR, o desemprego pode ser entendido como um mecanismo utilizado pelo capital para garantir a expansão dos níveis de acumulação. Sempre que os lucros estiverem sendo ameaçados, o EIR servirá como instrumento de pressão para que os salários sejam reduzidos, garantindo que a lucratividade não seja comprometida (CAMPOS, 1991). Considerando que uma parte do EIR é formada por trabalhadores desempregados, espera-se que um aumento do desemprego venha também acompanhado de um aumento na participação dos lucros (STOCKHAMMER; ONARAN, 2004).

Com base nos argumentos presentes na abordagem neoclássica, pós-keynesiana e marxista, Stockhammer e Onaran (2004) propõem uma função de desemprego, modelada de forma geral, com o objetivo de captar os efeitos ligados a cada uma dessas vertentes teóricas. A função desenvolvida por esses autores tem a seguinte forma:

$$u_t = e_0 - e_1 g_t - e_2 \Delta z_t + e_3 u_{t-1} + e_4 x_t + e_5 w_t \quad (9)$$

Na função estimada pelos autores, o desemprego depende negativamente do investimento (g) e da variação da capacidade utilizada (Δz), e positivamente do desemprego defasado (u_{t-1}), da produtividade (x) e da participação dos salários na renda (w).

Para este trabalho, além de verificar como algumas dessas variáveis macroeconômicas ajudam a explicar o desemprego no Brasil, também foram criados alguns indicadores para tentar mensurar a relação que existe entre a heterogeneidade dos grupos que compõem o mercado de trabalho e o desemprego. O objetivo dos mesmos é ajudar a entender o que leva o desemprego a se manifestar de forma diferenciada quando se analisa o mercado de trabalho, partindo das diferenças pessoais dos trabalhadores.

As teorias discutidas no capítulo um e dois dessa dissertação apresentam certa dificuldade em apontar os fatores que poderiam explicar as causas de o desemprego atingir os trabalhadores de forma diferenciada, quando separados por características pessoais, como gênero, raça, faixa etária, entre outras, mas sem aprofundar. As vertentes que compõem a teoria do mercado dual buscam explicar essas diferenças pela forma como os trabalhadores são inseridos no mercado. Segundo essa teoria, haveria dois tipos de mercados: o primário e o secundário. No primário, estão as firmas com melhores condições de trabalho, mais benefícios, melhores oportunidades de treinamento, maior estabilidade no emprego e, conseqüentemente, menores taxas de desemprego. Já no mercado secundário estão as firmas que oferecem empregos com as características opostas a essas. Relações precárias de trabalho, poucas possibilidades de crescimento na empresa, baixos salários etc., são as condições oferecidas para os trabalhadores que são incorporados nesse mercado.

Com base nesses dois conceitos, mercado primário e secundário, as diferentes vertentes da teoria do mercado dual tentam explicar como ocorre a segmentação do mercado de trabalho. Negros, mulheres, jovens, imigrantes e pessoas com menores níveis de escolaridade são incorporados, em geral, no mercado secundário. Por outro lado, no mercado primário estariam inseridos os homens, os adultos, as pessoas com nível educacional mais alto (DOERINGER; PIORE 1968). Uma vez inseridos em um dos dois mercados, as características das firmas em cada mercado determinarão as condições de emprego e as possibilidades de desemprego dos trabalhadores (LIMA, 1980).

Nesse sentido, os motivos que levam o desemprego a incidir de forma diferente sobre os diversos grupos seria esse modo diferenciado de inserção no mercado de trabalho. Considerando-se que o mercado secundário possui taxas de desemprego mais altas, essa seria a explicação para que os trabalhadores negros e mulheres, por exemplo, tenham maiores taxas

de desemprego do que os outros grupos de trabalhadores que forem inseridos no mercado primário.

Outras vertentes da teoria do mercado dual, ao invés de enfatizar as características pessoais dos trabalhadores como principais determinantes do mercado em que as pessoas são inseridas, enfatizam o papel das firmas nessa diferenciação. De acordo com uma delas, no capitalismo monopolista as firmas têm um interesse em segmentar a classe trabalhadora. Não haveria interesses dos capitalistas em fornecerem as mesmas condições para todos os empregados, já que isso tornaria a classe trabalhadora mais unida e forte, por terem os mesmos interesses. Contudo, a estratégia de segmentar, oferecendo condições diferenciadas aos trabalhadores, não necessariamente se baseia em uma característica pessoal dos trabalhadores, como gênero, raça, faixa etária. A segmentação também pode ser baseada em setores econômicos, localização geográfica, entre outras formas (REICH; GORDON; EDWARDS, 1973).

Além das vertentes da teoria do mercado dual, também foi analisada a forma como as teorias macroeconômicas do desemprego tratam da heterogeneidade dos trabalhadores. Em geral, nessas teorias são apresentados poucos elementos que ajudam a explicar os motivos da taxa de desemprego incidir de forma diferenciada entre os grupos de trabalhadores que compõem o mercado. Uma exceção é a teoria marxista. Utilizando o conceito do EIR, é possível perceber que o capital impõe dinâmicas diferenciadas aos trabalhadores que estão fora do Exército Ativo. Ao dividir o EIR em três subcategorias - Estagnado, Flutuante e Latente - Marx constrói uma análise do mercado de trabalho em que os trabalhadores enfrentam situações específicas. Mesmo não levando em consideração diretamente as diferenças pessoais dos trabalhadores como um dos determinantes para a subcategoria em que eles são inseridos no EIR, essa análise, como apresentado no capítulo anterior, pode ser compatível com um enfoque que considere a heterogeneidade dos trabalhadores (GRANATO NETO, 2013). Nesse sentido, o desemprego incidiria de forma diferenciada sobre os grupos de trabalhadores a depender da subcategoria do EIR que eles estiverem incorporados. Apesar desses elementos, O Capital oferece poucos elementos para analisar o desemprego e a heterogeneidade dos trabalhadores, o que abre espaço para futuras pesquisas nesse campo.

Outra forma de entender a relação entre a heterogeneidade dos trabalhadores e o desemprego é interligar a teoria do mercado dual com as teorias macroeconômicas do desemprego, inclusive aquelas que não tratam diretamente a questão das diferenças dos trabalhadores. Nesse sentido, as teorias do desemprego ajudariam a entender a dinâmica do

desemprego no mercado primário e secundário, e a teoria do mercado dual, o modo de inserção dos trabalhadores. Com isso, seria possível entender a relação entre a heterogeneidade do mercado de trabalho e o desemprego.

Todavia, mesmo que se identifiquem padrões de comportamento sobre a inserção de alguns grupos no mercado de trabalho, e os determinantes macroeconômicos do desemprego, outros questionamentos continuam sem serem aprofundados. Um deles é entender o porquê dos negros, das mulheres, dos jovens, por exemplo, estarem inseridos no mercado de trabalho em piores condições que os brancos, homens e adultos.

Nos trabalhos pesquisados para essa dissertação, não foram apontados, sistematicamente, os fatores que levam determinados grupos de trabalhadores a serem inseridos de forma diferenciada no mercado de trabalho. Entretanto, essas teorias podem apresentar pontos de partida válidos para a pesquisa econômica. Uma delas é que existe no mercado de trabalho algum grau de discriminação, especialmente no que se refere ao gênero e à raça, mas que também pode ser em relação à idade, à origem nacional, ou outras características. Nesse sentido, alguns trabalhadores não conseguiriam ocupar empregos mais estáveis porque o próprio mercado de trabalho não torna isso possível. As variáveis macroeconômicas determinariam o desemprego agregado e os fatores ligados a algum tipo de discriminação explicariam as diferenças de nível e dinâmica do desemprego entre os diversos grupos que compõem o mercado de trabalho.

Diante dessas questões, neste capítulo buscou-se construir alguns indicadores que ajudem a identificar a existência da heterogeneidade do mercado de trabalho e sua relação com o desemprego, de modo a ser mensurado econometricamente. Para isso foram utilizados três indicadores como medida parcial da heterogeneidade do mercado de trabalho: a razão entre as taxas de desemprego de negros e não negros, de homens e mulheres, e de jovens (16 a 25 anos) e adultos (26 a 39). A justificativa para utilizar indicadores diferentes para medir a heterogeneidade é dada pela dificuldade que existe em construir apenas um indicador capaz de agregar as diferenças dos trabalhadores de modo mais geral.

Tomando como referência a discussão desenvolvida até aqui, espera-se que um choque na taxa de desemprego não se distribua de forma homogênea entre todos os trabalhadores, o que leva a uma variação nos indicadores que mede a diferença do desemprego entre esses grupos. Um aumento na taxa de desemprego agregada pode incidir de forma mais intensa sobre um grupo de trabalhadores do que outro, o que alteraria a razão do desemprego entre os grupos.

Diferente da análise do desemprego feita por Stockhammer e Onaran (2004), que buscam também identificar os coeficientes estimados, neste capítulo o estudo se concentra apenas na análise da FIR dentro de um VECM. Nesse sentido, não há interesse em verificar os valores estimados para os coeficientes, mas o sentido que o efeito possui quando se relaciona com as demais variáveis do modelo.

Com base nessa metodologia, as hipóteses (H) a serem verificadas são as seguintes:

H1: O emprego é reduzido quando há um aumento nos salários.

H2: As variáveis do mercado de bens determinam a dinâmica do emprego.

H3: Um aumento no desemprego eleva a participação dos lucros na renda.

H4: Um aumento na taxa de desemprego se distribui de forma diferenciada entre os grupos que compõem o mercado de trabalho.

As três primeiras hipóteses têm como referência os argumentos das escolas do pensamento macroeconômico analisados no capítulo anterior. A H1 é baseada no argumento neoclássico, a H2 tem como referência a contribuição pós-keynesiana e a H3 fundamenta-se na teoria marxista do EIR. Por fim, a H4 é baseada na hipótese levantada por este trabalho e nas evidências preliminares apresentadas no capítulo um, de que o desemprego incide de forma diferenciada nos grupos de trabalhadores que compõem o mercado de trabalho.

4.2 BASE DE DADOS

Para a análise desenvolvida neste capítulo foram utilizadas seis variáveis da economia brasileira: a participação dos lucros (PL), a utilização da capacidade instalada (UCI), a taxa de desemprego (TD), a taxa de investimento (TI), a produtividade do trabalho (P) e alguns indicadores da heterogeneidade entre os trabalhadores (IH). A maior parte dos dados foi obtida a partir das estatísticas fornecidas por órgãos públicos oficiais: IBGE, Sistema de Contas Nacionais (SCN), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e PNAD. Além dessas, também foram usados os dados de pesquisa de outros órgãos, como o da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para as variáveis não disponíveis, como a produtividade, foram utilizadas as metodologias de cálculo propostas pela literatura que as discutem.

4.2.1 Participação dos Lucros

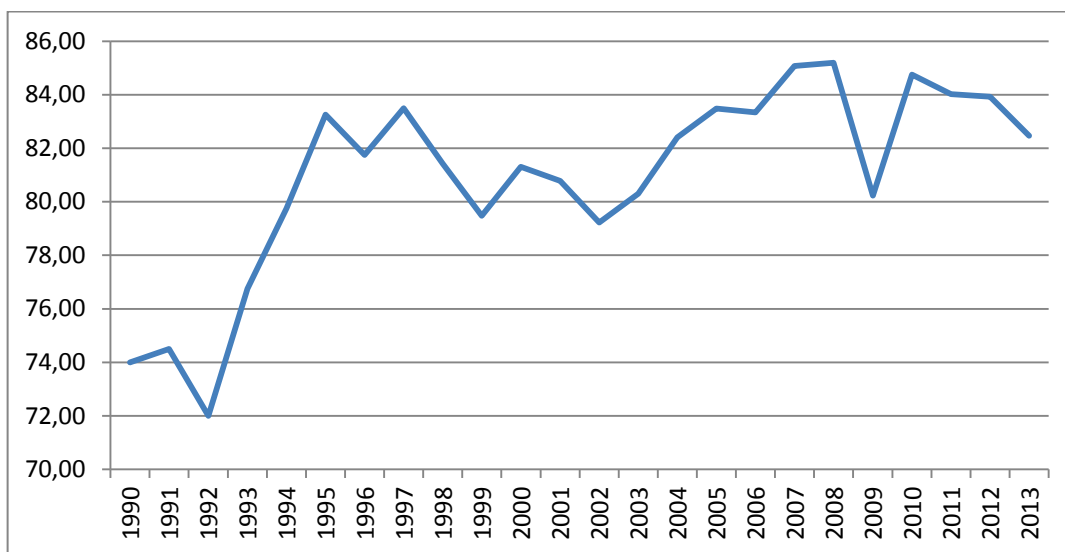
A estimativa da PL foi feita de forma indireta, com base na participação dos salários (PS). Para calcular a PS foram utilizadas as informações do SCN (MARQUETTI; MALDONADO FILHO, 2010). A estimativa da PS no PIB foi encontrada dividindo a massa salarial, representada nas contas nacionais pela Remuneração dos Empregados, pelo Produto Interno Bruto. A partir daí, a PL²³ é estimada subtraindo o valor da Participação dos Salários ($PL = 1 - PS$) (STOCKHAMMER E ONARAN, 2004).

4.2.2 Utilização da Capacidade Instalada

Feijó (2006) aponta algumas dificuldades na avaliação quantitativa e qualitativa do grau de utilização da capacidade instalada. Segundo a autora, em primeiro lugar estaria o problema em construir um conceito que não possui uma interpretação teórica única. Haveria, dessa forma, pelo menos duas formas de interpretar a utilização da capacidade instalada (UCI), uma centrada nos aspectos técnicos da produção e outra com ênfase nos aspectos econômicos. Em segundo lugar estão as dificuldades na escolha da metodologia empírica a ser utilizada para mensuração desses dados. Feijó (2006) destaca que podem existir diversas metodologias para investigar empiricamente o grau de ocupação ou capacidade, influenciada pelas definições e interpretações que são dadas para esse conceito.

Além dessas dificuldades, que impõem determinadas limitações na interpretação dos dados, no Brasil não existe uma pesquisa de utilização da capacidade feita por um órgão público. Todos os dados disponíveis são fornecidos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ao colocar essa ressalva, não se pretende diminuir a importância da pesquisa que é feita por essas entidades. Apenas se tenta destacar que, por não ser feita por um órgão público oficial, não existe um controle público maior para a construção desses dados (FEIJÓ, 2006). Para este trabalho, os dados para mensurar a Capacidade Utilizada foram baseados na pesquisa realizada pela FGV, referentes apenas à indústria.

²³ A medida utilizada nesse trabalho para calcular a PL possui algumas limitações. Uma delas é que ela considera que a renda é dividida apenas entre trabalhadores e capitalistas. Nesse sentido, a renda da propriedade da terra é contada junto com os lucros. Um dos fatores que dificultam a divisão da renda em suas diferentes formas é o modo como os dados são apresentados pelo IBGE (HOFFMANN; NEY, 2008).

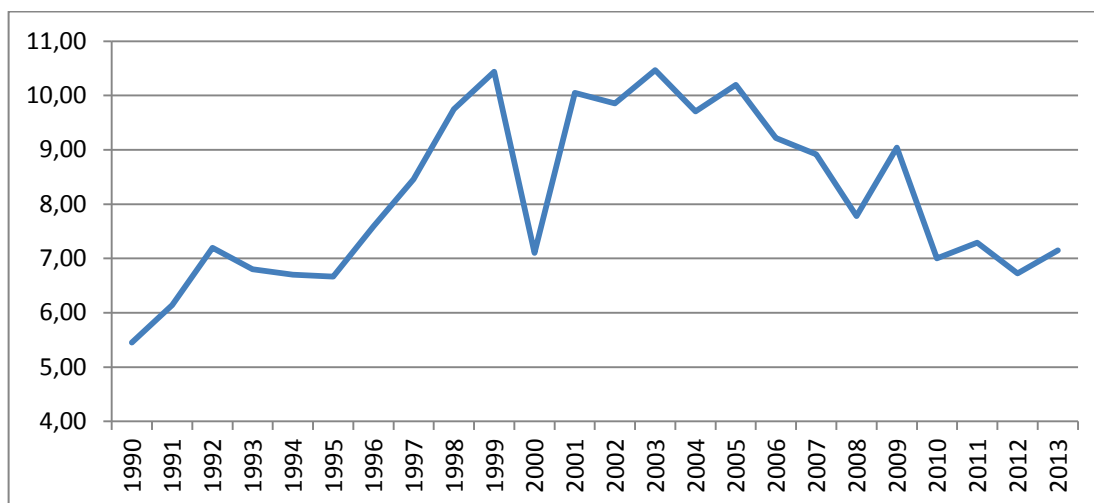
Gráfico 11 - Utilização da Capacidade Instalada (FGV) - 1990 a 2013

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da UCI (FGV, 1990-2013).

Os dados para a economia brasileira podem ser vistos no gráfico 11. Entre 1992 a 1995 houve um aumento importante na utilização da capacidade da indústria. Como esse é um indicador altamente dependente da dinâmica econômica, ele é sensível às variações na demanda agregada (FEIJÓ, 2006). Períodos de crise econômica, tanto nacional quanto internacional, levam a UCI a sofrer reduções, como entre 1999 a 2002, com as crises que atingiu alguns países menos desenvolvidos (FILGUEIRAS, 2003), e em 2008-2009 com a crise financeira do subprime. No modelo estimado é utilizada a variação da utilização da capacidade instalada (VUCI).

4.2.3 Taxa de Desemprego

No Brasil existem várias pesquisas da taxa de desemprego, cada uma com a sua própria metodologia. Devido à indisponibilidade de algumas dessas pesquisas para o período completo da análise, foi escolhida a taxa de desemprego baseada na pesquisa do IBGE (PNAD). Ela refere-se ao percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram, ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho.

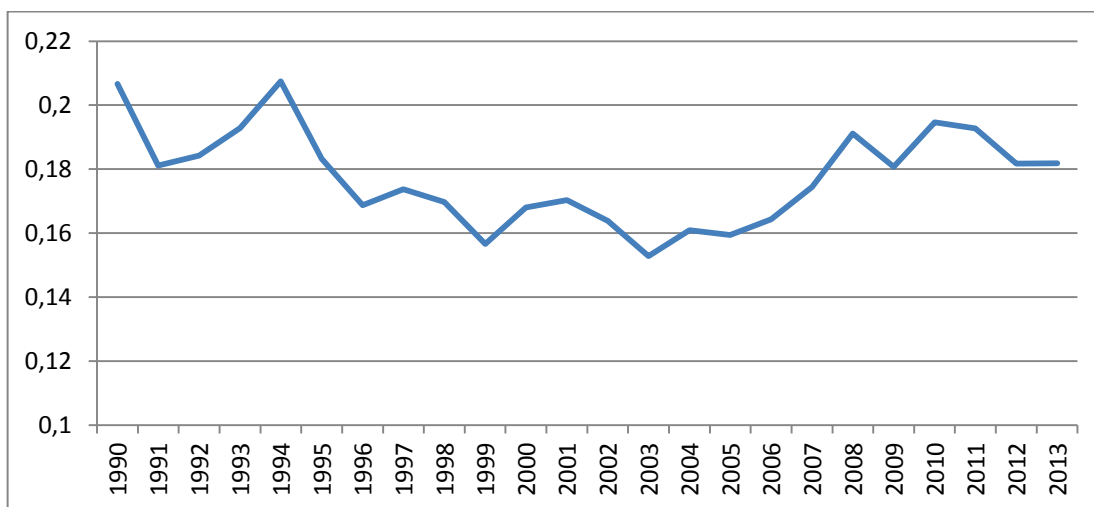
Gráfico 12- Taxa de Desemprego - 1990 a 2013

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNAD (IBGE, 1990-2013).

Nesse grupo de trabalhadores desempregados são incluídas todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No modelo estimado, será utilizada a taxa de desemprego defasada (TD_1). O gráfico 12 mostra a evolução da taxa de desemprego no Brasil.

4.2.4 Taxa de Investimento

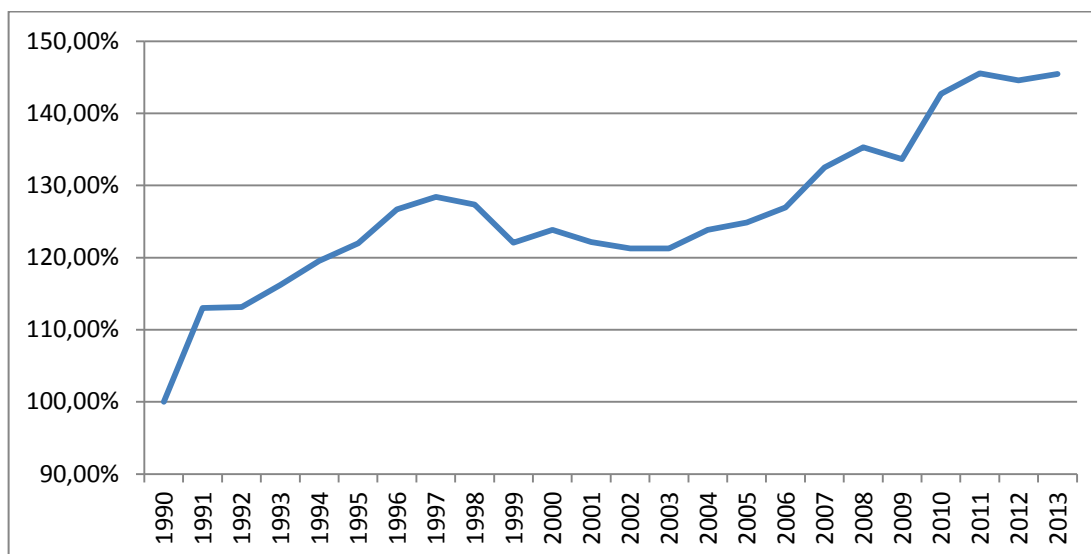
Para analisar o investimento, foram utilizados os dados sobre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das empresas, famílias e da Administração Pública, tendo como base o SCN, Referência 2000. Essa série representa o acréscimo que é feito no estoque de bens duráveis com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva. Para construir a taxa de investimento da economia, dividiu-se a FBCF pelo PIB (LUPORINI; JOANA, 2010). O gráfico 13 mostra a evolução da TI no Brasil durante o período da análise.

Gráfico 13 - Taxa de Investimento (FBCF/PIB) - 1990 a 2013

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SCN (IPEA, 1990-2013).

4.2.5 Índice de Produtividade do Trabalho

A produtividade do trabalho é uma variável de difícil mensuração porque existem diversas metodologias e bases de dados que podem ser utilizadas em seu cálculo. Essas diferenças algumas vezes produzem resultados conflitantes, impondo ao pesquisador alguns cuidados no momento de interpretar as informações encontradas. Nesse trabalho foi utilizada uma metodologia direta para o cálculo do índice de produtividade do trabalho (P), que consiste na divisão entre a produção (Y) e o total da população ocupada (PO) (DE NEGRI; CAVALCANTE, 2013).

Gráfico 14 - Evolução do Índice de Produtividade do Trabalho (Y/PO) - 1990-2013

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SCN (IPEA, 1990-2013) e da PNAD (IBGE, 1990-2013).

Os dados para o PIB foram elaborados pelo IPEA e estimados a partir do valor do PIB nominal de 2013 (Contas Nacionais, Referência 2000). Para 2010 a 2013 os resultados preliminares foram estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais - Referência 2000. Os dados da população ocupada referem-se ao número de pessoas que estavam trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), estimado a partir dos microdados da pesquisa. Os resultados encontrados são apresentados no gráfico 14. Os dados para a economia brasileira indicam uma tendência de crescimento do índice de produtividade durante as duas últimas décadas.

4.2.6 Grau de Heterogeneidade

Uma das dificuldades em mensurar econometricamente o modo com que se relaciona a heterogeneidade entre os trabalhadores com a dinâmica do desemprego é encontrar uma variável capaz de captar essa heterogeneidade de modo agregado. Por se tratar de uma análise macroeconômica, essa dificuldade torna-se um tanto maior pela escassez de dados em nível nacional que possam expressar algum grau de heterogeneidade e sua relação com o desemprego.

Para superar essa dificuldade esse trabalho utiliza indicadores simples para captar a heterogeneidade. Como observado na parte dois da dissertação, há uma diferença na taxa de

desemprego entre os diversos grupos que compõem a classe trabalhadora. Uma forma de perceber a influência dessa heterogeneidade é com base na razão percentual na taxa de desemprego entre esses diversos grupos. Partindo dessas observações empíricas, foram construídos três indicadores de heterogeneidade (IH) com base na razão da taxa de desemprego entre os seguintes grupos de trabalhadores: negros e não negros, homens e mulheres, jovens (16 a 25 anos) e adultos (26 a 39). A base para a construção dos indicadores foi a pesquisa da PED para a região metropolitana de São Paulo.

Vale destacar que o uso desses indicadores apresentam muitas limitações. A primeira delas é o fato de restringir a heterogeneidade do mercado de trabalho a apenas três características que diferenciam os indivíduos: a raça - especificadamente dois grupos, negros e não negros; o gênero e a faixa etária, 16 a 25 anos e 26 a 39. Outra limitação é a ausência de dados que possibilitem agregar todas as diferenças dos trabalhadores, ou a maior parte delas, em apenas um indicador. Mesmo havendo disponibilidade de dados para outros grupos, caso tente-se utilizar um indicador que incorpore todos esses grupos, a característica dos dados levaria ao problema da dupla contagem. Isso ocorre porque um trabalhador pode pertencer a mais de um grupo, ser ao mesmo tempo jovem, negro e mulher, por exemplo. Uma terceira limitação desse indicador é a sua abrangência geográfica. Apenas a região metropolitana de São Paulo possui dados para todo o período de análise que este trabalho se propõe a fazer.

4.3 OS FUNDAMENTOS DO MODELO VAR E DO MODELO VEC

Neste trabalho foi utilizado o modelo VEC, uma variação da metodologia dos Vetores Auto Regressivos, também conhecidos como modelos VAR, e que foram popularizados a partir do trabalho de Sims (1980) (KOBAYASHI, 2008; OREIRO et. al. 2006; SILVA; RESENDE, 2010). Diferente de outros modelos estruturais, nos modelos VAR não é necessário estabelecer restrições sobre as variáveis explicativas, o que fez com que durante certo tempo esses modelos fossem considerados não teóricos (SIMS, 1980). Contudo, a necessidade de estabelecer uma ordenação prévia das variáveis nas análises da Função Impulso Resposta (FIR) e da Decomposição da Variância (DV) tornou explícito o caráter teórico desses modelos, o que permitiu reconciliar a teoria com a abordagem VAR (BIAGE; CORREA; NEDER, 2008; GIANNINI, 1997).

Os modelos VAR são úteis para análises econômicas, tanto macro quanto microeconômicas, por vários motivos. O primeiro deles é a necessidade que existe em alguns

estudos de tentar prever uma série de dados de modo conjunto, considerando que eles podem estar relacionados entre si. Na essência, os modelos VAR propõem um sistema de equações em que não há distinção entre variáveis endógenas e exógenas. Dessa forma, cada variável é explicada por si mesma (como em um modelo AR), pelos seus valores defasados e pela defasagem das outras variáveis. A segunda vantagem desses modelos é que eles levam em consideração a interação das variáveis. Com isso, é possível identificar de que modo o sistema de equações responde aos choques nas variáveis do modelo (BROOKS, 2002; GRIFFITHS et al., 1993).

A expressão geral de um modelo VAR pode ser dada pela seguinte equação:

$$y_t = \alpha_1 y_{t-1} + \alpha_2 y_{t-2} + \dots + \alpha_\psi y_{t-\psi} + \beta x_t + \varepsilon_t \quad (10)$$

Sendo que $\varepsilon_t \sim IN(0, \Sigma)$, y_t é um vetor ($n \times 1$) e cada elemento α_i é uma matriz de parâmetros de ordem ($n \times n$) e x_t representa termos determinísticos, tais como, constante, tendência, dummies, ou qualquer outro tipo de regressor que sejam considerados fixos e não estocásticos.

Assim especificado, o modelo pode ser estimado de forma consistente por mínimos quadrados ordinários (MQO). Além disso, a equação do modelo VAR pode ser modificada para obter um modelo de vetor de correção de erro (VECM). A principal vantagem de escrever o sistema em termos de um modelo VEC está relacionada ao fato de que, nesse formato, são incorporadas informações tanto de curto quanto de longo prazo via ajustes nas variações em y_t .

A escolha entre estimar diretamente um modelo VAR ou modificá-lo, tornando-lhe um modelo VEC, irá depender da estacionariedade da série de dados utilizada, que pode ser identificada com base em um teste de raiz unitária (BROOKS, 2002). Para verificar se as séries são estacionárias, estão disponíveis vários testes, entre os quais o teste Dickey-Fuller Aumentado (ADF). Caso as séries não sejam estacionárias, pode-se fazer uso do modelo VEC, pois ele não impõe a necessidade de estacionariedade da série como ocorre no modelo VAR (GUJARATI, 1995).

Segundo Enders (2004), o modo apropriado de tratar as variáveis não estacionárias é encontrar combinações lineares das variáveis que sejam cointegradas. Nesse sentido, afirmar que as variáveis cointegram significa dizer que existe pelo menos uma relação de equilíbrio entre um conjunto de variáveis, de modo que as mesmas não podem se mover no longo prazo

independentemente uma da outra (BROOKS, 2002). Um modelo VAR que envolva equações de cointegração é denominado de VAR com correção de erros (VEC). Um modelo de correção de erros (VECM) é um VAR restrito, projetado para séries não estacionárias, mas que são cointegradas. Como apresentado nas próximas seções, as séries temporais presentes no modelo que foi estimado nesse capítulo se cointegram, isto é, existe, pelo menos, uma relação de equilíbrio de longo prazo entre elas. Sendo assim, é possível utilizar o modelo VEC. Para verificar a existência de vetores de cointegração, utilizou-se o teste de Cointegração de Johansen (GIANNINI, 1997).

Uma das principais ferramentas para analisar os resultados de um modelo VAR ou VEC é por meio da FIR. Através dela é possível verificar o modo como as variáveis do modelo se relacionam. Além disso, ela é especialmente útil quando se pretende analisar a sensibilidade de determinadas variáveis a certos choques, ajudando a identificar a direção e o tempo de reação das respostas aos impulsos (choques) (ENDERS, 2004). Entretanto, a FIR é sensível ao modo como as variáveis são organizadas, exigindo a definição de algum critério de ordenação das variáveis utilizadas no modelo. Para evitar arbitrariedade nessa escolha, utilizou-se o teste de Causalidade de Granger para definir um ordenamento de forma estatisticamente consistente (BROOKS, 2002; GIANNINI, 1997).

Em síntese, a estratégia de análise desenvolvida no trabalho obedeceu ao seguinte esquema: em um primeiro momento é feito o teste de raiz unitária para verificar a estacionariedade da série de dados analisada. Caso as séries sejam estacionárias, o teste de não causalidade de Granger pode ser realizado em um contexto de um modelo VAR em níveis. Contudo, caso as variáveis utilizadas não sejam estacionárias o método utilizado irá depender da cointegração das variáveis. Sendo elas cointegradas, o modelo VAR utilizado será o de primeira diferença. Do contrário, elas não cointegrando, utiliza-se um modelo VEC.

Os testes realizados nesse trabalho, como apresentados na próxima seção, indicam que as séries de dados são não estacionárias, mas se cointegram. Isso permite a utilização de um modelo VEC. Nesse contexto, foi aplicada a FIR com o objetivo de verificar algumas hipóteses das teorias macroeconômicas sobre o desemprego. Como são empregados três indicadores diferentes para medir a heterogeneidade, foram estimados três modelos, um para cada indicador, sendo que as demais variáveis foram mantidas constantes. A razão da taxa de desemprego utilizada no modelo 01 foi entre os negros e não negros (DNB), no modelo 02 foi entre mulheres e homens (DMH) e no modelo 03 jovens e adultos (DJA).

4.4 RESULTADOS ECONOMÉTRICOS

Nessa seção são apresentados os resultados dos seguintes testes: Teste Dickey Fuller Aumentado (ADF) para verificar a existência de raízes unitárias. Teste de cointegração de Johansen com o intuito de definir o número de vetores de cointegração. Teste de causalidade de Granger, com o objetivo de definir os graus de exogeneidade. E por fim, a análise da Função Impulso Resposta.

4.4.1 Teste de Raiz Unitária

O primeiro passo para desenvolver um modelo VAR é verificar se a série de dados utilizada no modelo é estacionária. Um processo é considerado estacionário se todas as características do comportamento do processo não se alterarem durante o tempo, ou seja, o processo deve se desenvolver no tempo em torno da sua média, sem apresentar tendência ou sazonalidade (GREEN, 1990). De acordo com Gujarati (1995) uma série temporal é estacionária se apresentar média e variância constante ao longo do tempo e o valor da covariância entre os dois períodos de tempo depender apenas da distância ou defasagem entre os dois períodos, e não do período de tempo efetivo em que a covariância é calculada.

Para verificar se as séries estatísticas utilizadas nos três modelos são estacionárias, foi utilizado o teste ADF que testa a existência de raízes unitárias nas séries através de uma regressão do tipo $Y_t = \rho Y_{t-1} + u_t$. O coeficiente ρ estimado é dividido por seu erro padrão para calcular a estatística tau (τ) de Dickey-Fuller. A hipótese nula no teste é de que existe raiz unitária ($\rho = 1$) e conseqüentemente de que as séries são não estacionárias. Esse teste também é útil para determinar a ordem de integração das variáveis.

A tabela 3 resume os resultados para todas as variáveis dos três modelos. Na primeira coluna estão as variáveis utilizadas no modelo, na segunda, a estatística T e na terceira, a probabilidade (*p-value*) de aceitar a hipótese nula de estacionariedade da variável. Analisando os resultados do teste, observa-se que em todas as séries, a exceção da PL, não é possível rejeitar a hipótese nula da existência de raiz unitária aos níveis tradicionais de significância. Apenas quando é feita a primeira diferença, a raiz unitária é eliminada, o que significa que as séries são integradas em primeira ordem I(1), com a exceção da variável PL.

Tabela 3 - Teste Dickey-Fuller Aumentado

| Variáveis | T-Statistic | Prob. |
|-----------|-------------|-------|
| DNB | -0,76 | 0,81 |
| DJA | -0,40 | 0,89 |
| DMH | -2,06 | 0,26 |
| P | -1,90 | 0,33 |
| PL | -3,36 | 0,02 |
| TD_1 | -2,46 | 0,14 |
| TI | -2,64 | 0,11 |
| VUCI | -5,66 | 0,17 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da saída do Eviews 7.0

Com base no resultado encontrado, as variáveis utilizadas no modelo não são estacionárias em nível, indicando que o modelo de correção de erros (VECM) constitui uma solução econométrica adequada para ser aplicada aos dados.

4.4.2 Teste de Cointegração de Johansen

Apesar de não serem estacionárias quando analisadas separadamente, as variáveis podem apresentar combinações lineares entre elas que sejam estacionárias e isso pode ser verificado através de um teste de cointegração. Em existindo ao menos uma relação de cointegração entre as séries, é possível dizer que as mesmas possuem uma relação linear estável ao longo do tempo (ENDERS, 2004).

Para verificar a existência de possíveis relações de cointegração entre as distintas variáveis que são incorporadas nos três modelos, foi usado o Teste de Cointegração de Johansen. Esse teste é útil para definir o número de vetores de cointegração que serão necessários ao sistema no momento em que for estimado o modelo VEC. Contudo, antes de realizar o teste, é necessário fazer uma suposição sobre a existência de termos determinísticos, tendência e intercepto nos dados. Para os termos determinísticos utilizou-se a análise gráfica e o critério de Pantula. Esse último testa o posto da matriz dos vetores utilizados partindo-se da suposição de posto zero, que indica que o modelo é sem constante e sem tendência, e depois todas as alternativas para posto igual a um e assim por diante. Com base na análise gráfica e no critério de Pantula, considera-se que os dados utilizados possuem uma tendência linear e o tipo de traço apresenta apenas o intercepto, sem nenhuma tendência.

A metodologia do teste de cointegração de Johansen prevê dois testes para definir a significância dos vetores estimados. O primeiro é a Estatística do Traço, que testa a hipótese da existência de no máximo "r" vetores de cointegração. O segundo é o teste da estatística de

máximo autovalor, cuja hipótese nula é a presença de "r" vetores de cointegração (ENDERS, 2004). Os resultados encontrados no teste de cointegração de Johansen nos três modelos estimados para cada indicador de heterogeneidade são resumidos na tabela 4.

No modelo 01, em que foi inserido o indicador que mede a razão do desemprego entre negros e não negros, os resultados indicam que existem pelo menos 2 vetores de cointegração. No modelo 02, que utiliza a razão do desemprego entre mulheres e homens, foram encontrados pelo menos 4 vetores de cointegração. Por fim, no modelo 03, que emprega a razão do desemprego entre jovens e adultos, o resultado aponta para pelo menos um vetor de cointegração. Como visto, esses resultados impõem diferentes vetores de cointegração no modelo VEC que será estimado.

Tabela 4 - Teste de Cointegração de Johansen

| Indicador de Heterogeneidade Utilizado | Número de Cointegrações | Autovalor | Estatística do Traço | Valor Crítico (5%) | Prob. |
|--|-------------------------|-----------|----------------------|--------------------|-------|
| Modelo 01 | Nenhum* | 0,86 | 122,46 | 95,75 | 0,00 |
| | Até 1* | 0,80 | 79,10 | 69,82 | 0,01 |
| | Até 2 | 0,69 | 3,70 | 47,86 | 0,12 |
| | Até 3 | 0,48 | 18,06 | 29,80 | 0,56 |
| Modelo 02 | Nenhum* | 0,98 | 215,64 | 95,75 | 0,00 |
| | Até 1* | 0,96 | 135,08 | 69,82 | 0,00 |
| | Até 2* | 0,79 | 66,27 | 47,86 | 0,00 |
| | Até 3* | 0,66 | 33,27 | 29,80 | 0,02 |
| Modelo 03 | Até 4 | 0,39 | 10,76 | 15,50 | 0,64 |
| | Nenhum* | 0,86 | 102,58 | 95,75 | 0,02 |
| | Até 1 | 0,70 | 58,82 | 69,82 | 0,27 |
| | Até 2 | 0,53 | 32,07 | 47,86 | 0,61 |
| | Até 3 | 0,44 | 15,40 | 29,80 | 0,75 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da saída do Eviews 7.0

* Indica a rejeição da hipótese ao nível de 5%.

4.4.3 Teste de causalidade de Granger

Como a FIR aplicada no contexto do modelo VEC é sensível ao modo como as variáveis são ordenadas, é necessário que as variáveis usadas no modelo sejam posicionadas segundo o grau de exogeneidade, da mais exógena para a mais endógena²⁴ (ENDERS, 2004). Essa escolha pode ser feita com base na teoria ou através de testes estatísticos, entre eles o teste de causalidade de Granger. Como se busca avaliar econometricamente diferentes teorias

²⁴ Os resultados indicam que os três modelos apresentam o seguinte grau de exogeneidade: TI > TD_1 > PL > P > IH (DNB, DMH, DJA). Em que o símbolo > significa que a variável é mais exógena do que a próxima, segundo a definição a seguir.

macroeconômicas do desemprego torna-se difícil definir com base apenas na teoria o grau de exogeneidade das variáveis, já que cada teoria trata as mesmas variáveis de formas diferentes. Para evitar arbitrariedade nessa ordenação, optou-se por utilizar esse teste de causalidade para definir um ordenamento estatisticamente consistente para o modelo.

Antes de apresentar os resultados do teste de Granger realizado nas variáveis, é necessário esclarecer o significado do teste. Quando se afirma que a variável X causa a variável Y no sentido de Granger, não está se dizendo que a variável X é uma condição de existência da variável Y , ou que a variável Y é um efeito da variável X . A causalidade que o teste pretende verificar não está associada ao conceito de efeito e causa que a expressão "causalidade" dá a entender em uma leitura mais convencional. A causalidade de Granger refere-se a uma precedência temporal de duas variáveis. De acordo com Gujarati (1995), considerando que o futuro não pode prever o passado, se uma variável X Granger-causa a variável Y , significa que mudanças em X devem ocorrer antes que as mudanças em Y aconteçam. Enders (2004) confirma esse argumento ao afirmar que a causalidade de Granger é completamente diferente de um teste de exogeneidade e que, portanto, não podem ser confundidos.

Uma variável R_t , por exemplo, só é exogenamente forte em relação a X_t se os valores correntes e passados de X_t não afetarem R_t . Como a causalidade de Granger refere-se apenas aos efeitos dos valores defasados de X_t sobre os valores correntes de R_t , não é possível afirmar que R_t é exógena com base apenas em um teste de causalidade. Todavia, se ao invés de usar o conceito de exogeneidade forte utilizar-se a noção de exogeneidade fraca é possível usar o teste de causalidade de Granger como forma de medir a exogeneidade das variáveis. Isso é possível porque na exogeneidade fraca não se analisa os impactos dos valores correntes de X_t na variável R_t , apenas os valores defasados (GÜTTLER, 2006).

Com base no teste de Granger, cujos resultados se encontram na tabela 5, mesmo havendo diferenças no F-Statistic e na Probabilidade, a ordem das variáveis em todos os modelos indica que o desemprego agregado Granger causa a heterogeneidade²⁵. Um ponto importante a destacar é que, com base nesse teste de causalidade, a taxa agregada de desemprego precede a heterogeneidade do desemprego dos trabalhadores, o que possibilita captar o impacto do desemprego sobre a heterogeneidade. Isso parece sugerir que um aumento na taxa de desemprego agregada, por qualquer motivo explicado pelas teorias, no período anterior, pode-se distribuir de diversas formas entre os grupos naquele momento, mas

²⁵ Alguns dos resultados encontrados não apresentam um sentido econômico coerente em relação à causalidade temporal.

no período seguinte gera como resultado uma mudança na razão de desemprego, isto é, se distribui de forma desigual entre os diferentes grupos de trabalhadores.

Tabela 5 - Teste de Granger

| Hipótese Nula: | Modelo 01 (IH = DNB) | | Modelo 02 (IH = DMH) | | Modelo 03 (IH = DJA) | |
|-----------------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|
| | F-Stat. | Prob. | F-Stat. | Prob. | F-Stat. | Prob. |
| P não Granger-causa IH | 9,47 | 0,01 | - | - | 6,39 | 0,02 |
| IH não Granger-causa P | 13,84 | 0,00 | - | - | 11,73 | 0,02 |
| PL não Granger-causa IH | 4,025 | 0,06 | - | - | - | - |
| TD_1 não Granger-causa IH | - | - | 4,15 | 0,06 | - | - |
| TI não Granger-causa IH | - | - | 4,71 | 0,042 | - | - |
| IH não Granger-causa TD_1 | 3,69 | 0,07 | - | - | - | - |
| PL não Granger-causa P | 6,32 | 0,02 | 6,32 | 0,02 | 6,32 | 0,02 |
| TD_1 não Granger-causa PL | 6,98 | 0,02 | 6,98 | 0,02 | 6,98 | 0,02 |
| TI não Granger-causa PL | 5,13 | 0,03 | 5,13 | 0,03 | 5,13 | 0,03 |
| TI não Granger-causa TD_1 | 13,92 | 0,00 | 13,92 | 0,00 | 13,92 | 0,00 |
| VUCI não Granger-causa TD_1 | 8,06 | 0,01 | 8,06 | 0,01 | 8,06 | 0,01 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da saída do Eviews 7.0

O próximo passo consiste em analisar o efeito dinâmico de curto prazo que as variáveis exercem entre si. Para isso é utilizada a FIR. Por meio dela é possível identificar a direção do impacto que um determinado choque provoca nas variáveis do modelo.

4.4.4 Análise da Função Impulso-Resposta

Geralmente, o modelo VEC pode ser estendido com o uso de dois instrumentos: a Decomposição da Variância (DV) do erro da previsão e a Função Impulso-Resposta (FIR). Eles são úteis para testar a reação das variáveis diante de choques em outras variáveis do modelo e, com isso, capturar a dinâmica estrutural do mecanismo de transmissão em um modelo VEC (BROOKS, 2002; ENDERS, 2004). Contudo, existem algumas importantes diferenças entre esses dois instrumentos.

A análise da DV ajuda a identificar o valor relativo dos efeitos de cada variável sobre o erro de previsão de outras. Ela é uma ferramenta útil para mostrar a evolução do comportamento dinâmico apresentado pelas variáveis em consideração n períodos à frente. Diferente da DV, a FIR permite o estudo do trajeto no tempo de cada variável endógena, em reação a um choque (estrutural) de uma determinada variável, ou conjunto delas, buscando identificar, especialmente, o sentido do efeito. Os seus resultados ajudam a analisar o modo

como as variáveis endógenas respondem a choques exógenos, verificando o modo como cada variável (impulso) atua sobre as outras variáveis (resposta).

Neste trabalho, utiliza-se apenas a FIR para testar as hipóteses que fazem parte dos argumentos teóricos da escola Pós-Keynesiana, Neoclássica e Marxista, além de verificar como a razão do desemprego entre alguns grupos de trabalhadores responde a variações na taxa agregada de desemprego no período anterior, qualquer que seja a distribuição dessa taxa entre os diferentes grupos. Caso não haja heterogeneidade do ponto de vista analisado, então uma mudança na taxa agregada de desemprego que se distribua proporcionalmente no próximo período entre os diferentes grupos não afetará a razão de desemprego dos grupos observados, permanecendo a resposta estatisticamente próxima de zero.

Para formalizar a FIR parte-se da seguinte matriz:

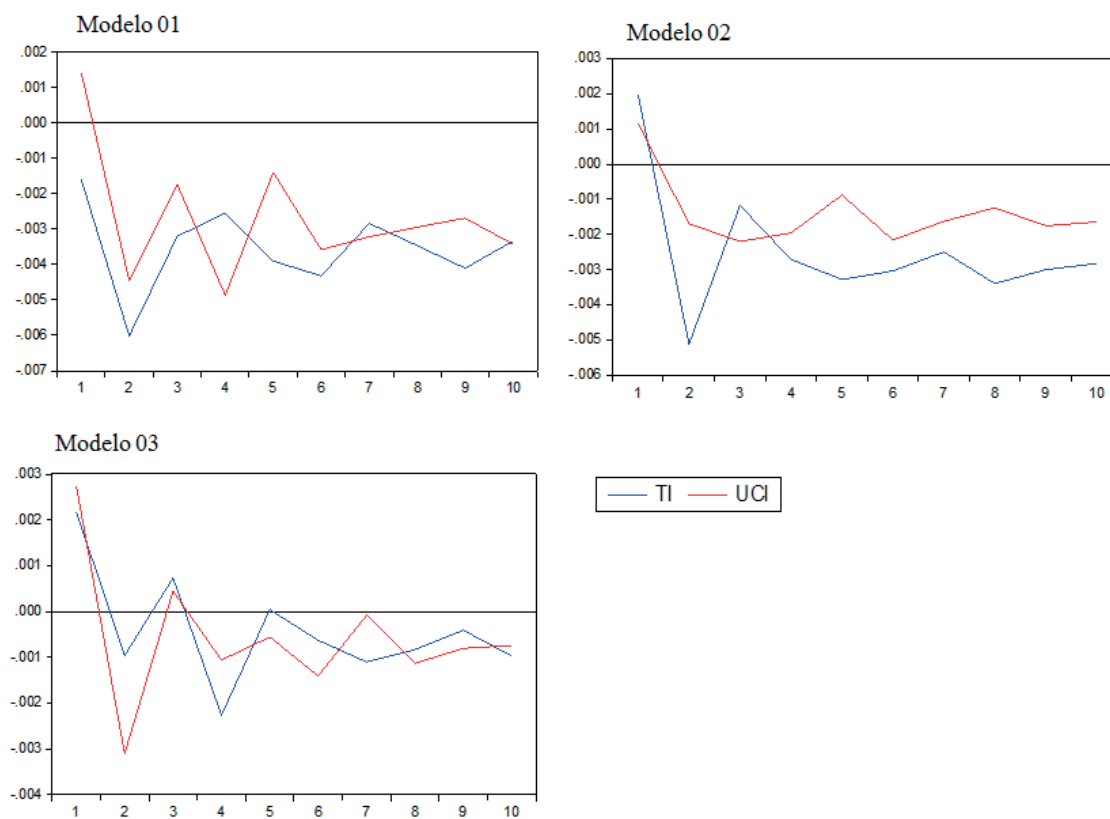
$$\begin{bmatrix} x_t \\ z_t \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \bar{x} \\ \bar{z} \end{bmatrix} + \sum_{i=0}^{\infty} \begin{bmatrix} \delta_{1i} & \delta_{3i} \\ \delta_{2i} & \delta_{4i} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \epsilon_{xt-i} \\ \epsilon_{zt-i} \end{bmatrix} \quad (11)$$

As duas variáveis em que se busca verificar a interação são x_t e z_t . Os coeficientes δ_i são utilizados para captar os efeitos de ϵ nas trajetórias das duas variáveis. Os valores de δ_i são, portanto, os multiplicadores de impacto (coeficientes de impulso-resposta), que captam o modo como uma mudança em ϵ irá atuar sobre uma das duas variáveis. Caso se tenha interesse, os efeitos acumulados podem ser estimados a partir do somatório dos coeficientes de impulso resposta (GREEN, 1990).

Com base nesse modelo simplificado, um choque em ϵ_{xt} , por exemplo, irá afetar tanto x_t quanto a z_t . É possível restringir o sistema de tal modo que ϵ_{xt} não tenha um efeito contemporâneo em z_t . Para isso é utilizada a decomposição de Cholesky. Através dessa decomposição, um sistema é construído de modo que o choque em ϵ_{xt} não tenha efeito direto em z_t . Uma das limitações em utilizar esse método é que ele exige que seja feita uma ordenação causal prévia entre as variáveis, já que a ordem das equações podem mudar consideravelmente a FIR.

Um modo de definir o ordenamento na decomposição de Cholesky é utilizando os resultados encontrados através da causalidade de Granger. A ordem das variáveis seria com base na causalidade. A primeira variável é aquela que não é afetada contemporaneamente por nenhuma das demais, a segunda variável deve ser afetada apenas pela primeira, a terceira pelas duas anteriores e assim por diante. Com base na FIR e a ordenação escolhida a partir da Causalidade de Granger, é possível avaliar algumas hipóteses das teorias do desemprego.

Gráfico 15 - Impacto da VUCI e da TI sobre a TD



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da saída do Eviews 7.0

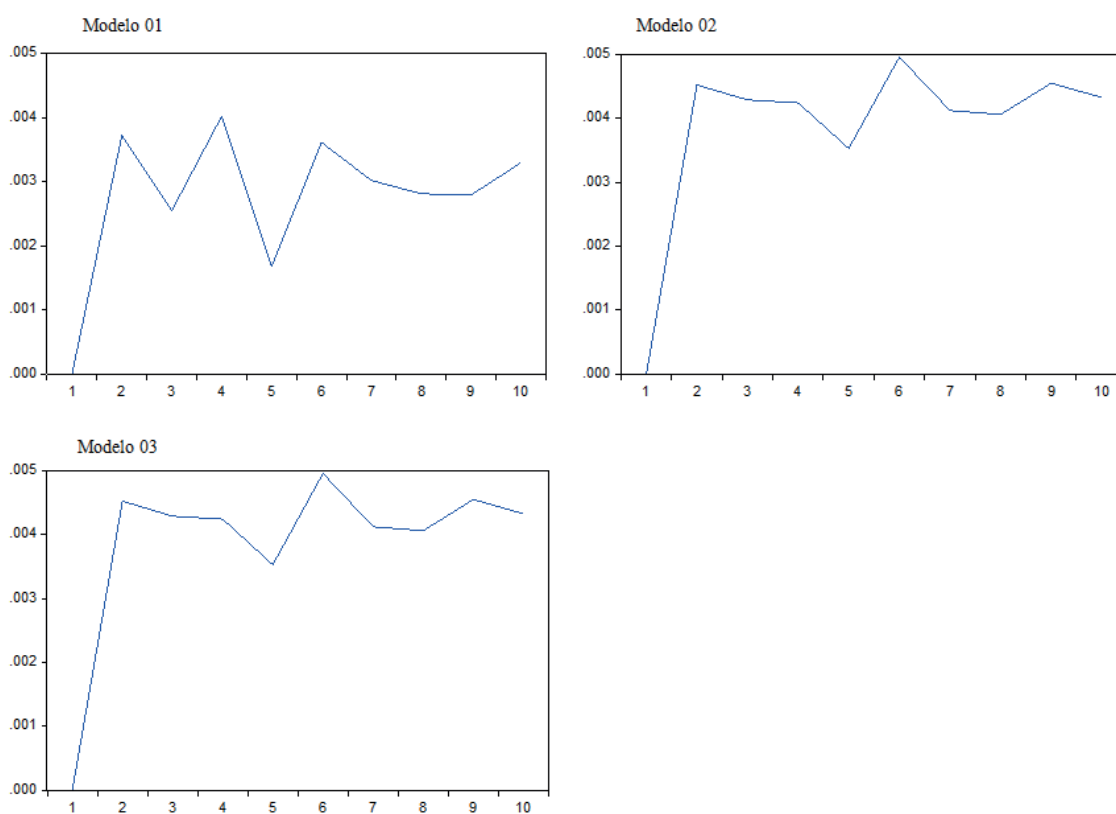
A primeira hipótese (H1) é referente à relação do mercado de trabalho e o mercado de bens. Segundo a visão Pós-Keynesiana, as variáveis do mercado de bens, precisamente a demanda efetiva, determinam o mercado de trabalho. Essa hipótese pode ser verificada através do modo como a dinâmica macroeconômica, ao exercer um choque sobre a acumulação, representada pela taxa de investimento (TI) e pela variação da utilização da capacidade instalada (VUCI), atua sobre a taxa de desemprego (TD). Caso a visão keynesiana seja válida, é de se esperar que um choque positivo nas duas variáveis exerça um impacto negativo sobre a TD.

O gráfico 15 mostra como TD reage a um choque nas variáveis TI (linha azul) e VUCI (linha vermelha) nos três modelos estimados. Em geral, em todos os modelos a TD responde negativamente a um choque na TI. Contudo, no modelo 02 e 03, há períodos em que a TD responde positivamente a um choque na TI. Além disso, nos dois primeiros modelos há indícios de que os efeitos da TI são mais fortes, especialmente, no curto prazo. Em relação ao choque na VUCI, os 3 modelos apresentam pelo menos um período em que a resposta da TD

é positiva. Contudo, na maior parte do tempo o desemprego responde negativamente a um choque na VUCI, com uma persistência que sugere algum grau de histerese.

Observando estes resultados da FIR do Modelo VEC estimado, as duas variáveis comportam-se, em geral, como esperado pela teoria pós-keynesiana nos três modelos estimados. Os resultados sugerem que há uma redução permanente na TD diante de um choque positivo nas duas variáveis, TI e VUCI.

Gráfico 16 - Resposta da Taxa de Desemprego diante de um choque na Participação dos Lucros



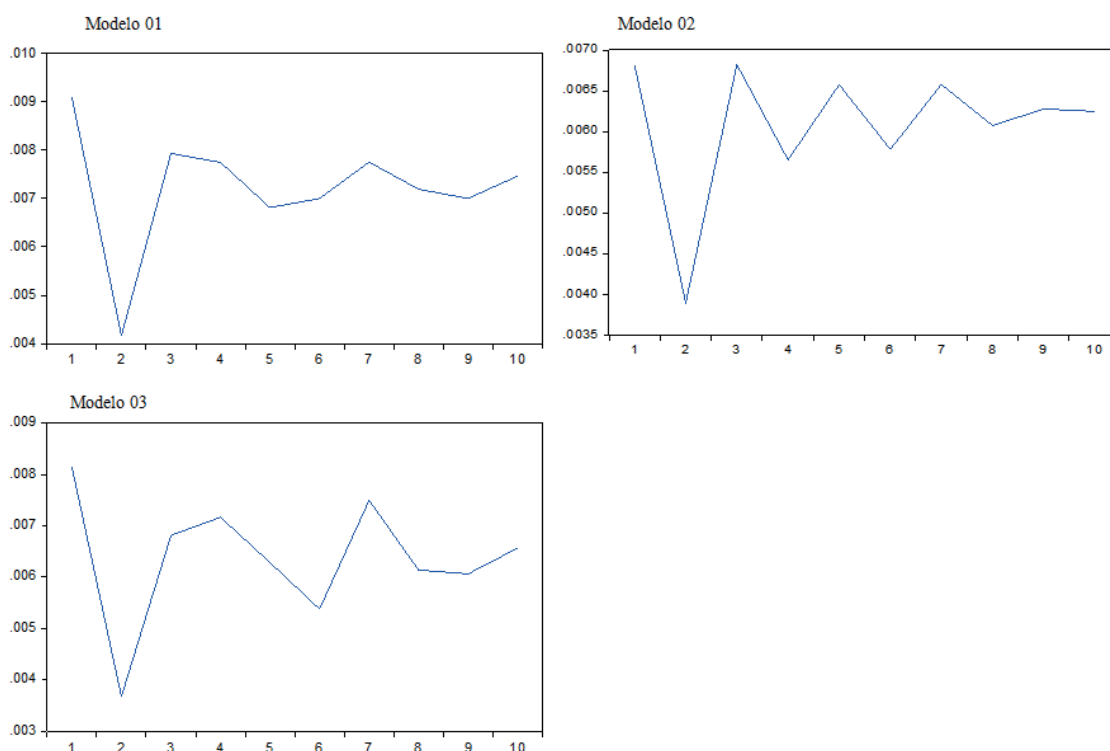
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da saída do Eviews 7.0

A segunda hipótese (H2) a ser analisada é baseada no argumento neoclássico sobre o funcionamento do mercado de trabalho. Segundo essa escola, o emprego deve ser uma função negativa dos salários reais. Considerando que a participação dos salários é uma *proxy* dos salários reais (STOCKHAMMER; ONARAN, 2004), um aumento na participação dos salários deve elevar o desemprego da economia, caso esse aumento não seja acompanhado de um crescimento da produtividade do trabalho relativamente maior do que a "produtividade" do capital. Essa hipótese não é confirmada pelos resultados encontrados. De acordo com o

modelo VEC estimado, um choque positivo na participação dos lucros (PL) produz um aumento na TD nos períodos subsequentes em todos os modelos estimados (GRÁFICO 16).

A terceira hipótese (H3) tenta confirmar o argumento marxista do EIR, e prevê que um aumento no desemprego irá aumentar a PL. Isso ocorre porque o desemprego é um instrumento utilizado, entre outros objetivos, para reduzir o poder de barganha dos trabalhadores na sua busca em garantir determinados níveis salariais. Dessa forma, o aumento na TD reduz os salários, o que leva a um aumento na PL. Como observado no gráfico 17, essa hipótese também não pode ser rejeitada, com base nos três modelos estimados. Apesar da participação nos lucros apresentar valores que oscilam, em nenhum momento ela respondeu de modo negativo a um choque na TD.

Gráfico 17 - Resposta da Participação do Lucro diante de um choque na Taxa de desemprego

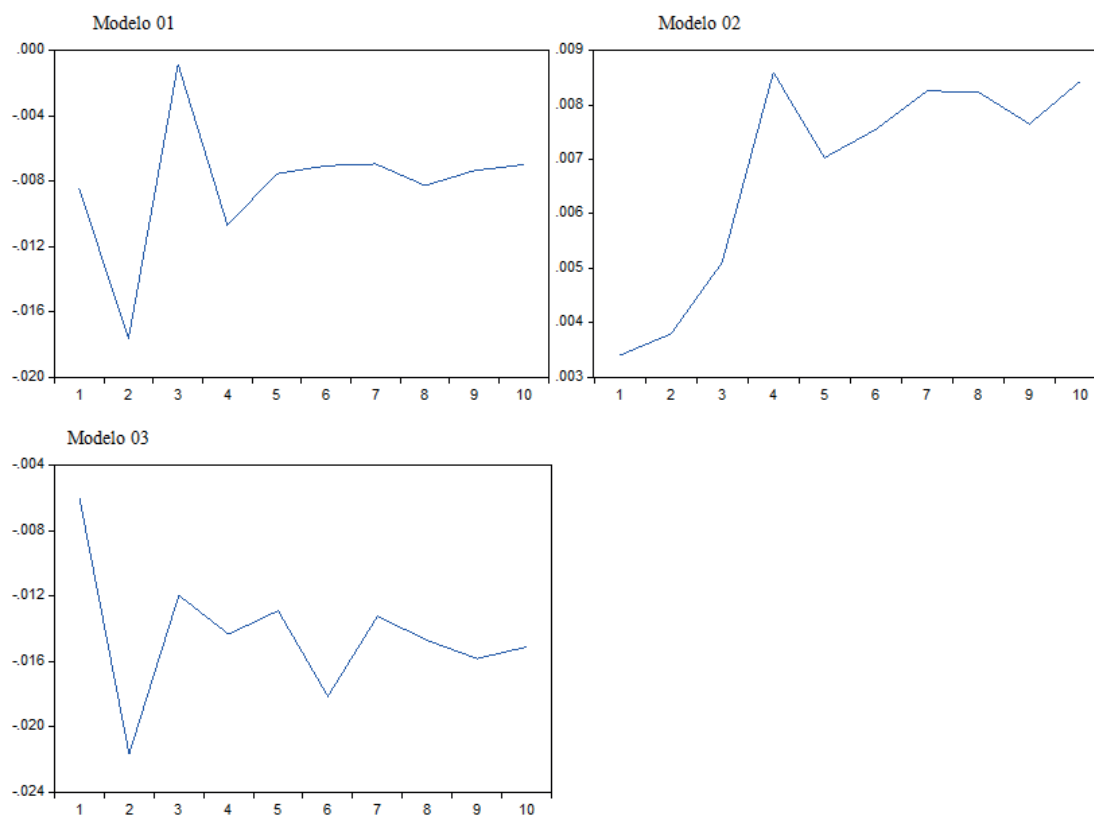


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da saída do Eviews 7.0

A hipótese quatro (H4), ponto central do trabalho, procura identificar qual o impacto do aumento da taxa agregada de desemprego sobre os indicadores de heterogeneidade (GRÁFICO 18). O uso da razão do desemprego, que nada mais é que diferença em termos de logaritmos, entre as taxas de desemprego, permite verificar como a razão reage a mudanças nas outras variáveis, em particular na taxa agregada de desemprego. No modelo 01, que tem o

indicador construído com base na razão do desemprego entre negros e não negros, e no modelo 03, feito com a razão do desemprego entre jovens e adultos, o resultado indica que um choque na TD reduz a razão do desemprego entre esses grupos. Como a razão foi calculada com o grupo de maior taxa no numerador e o grupo de menor taxa, no denominador, a diminuição da razão indica que a variável que fica no denominador sofreu um impacto maior (ou que a taxa de desemprego no numerador caiu de forma mais rápida). Com isso, pode-se entender que aumentos na taxa de desemprego incidiriam com maior intensidade nos grupos com menores taxas de desemprego, no caso dos modelos 01 e 03, os não negros e os adultos, respectivamente.

Gráfico 18 - Resposta do indicador de heterogeneidade a um choque na taxa de desemprego



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da saída do Eviews 7.0

Por outro lado, no modelo 02, construído com base na razão do desemprego entre homens e mulheres, um choque na TD tende a aumentar a razão do desemprego entre esses dois grupos. Isso indica que aumentos na taxa geral de desemprego incidem de forma mais intensa nas mulheres do que entre os homens.

Todos os resultados parecem confirmar a hipótese do trabalho de que choques na taxa de desemprego se distribuem de forma diferenciada entre os grupos de trabalhadores. Contudo, em dois modelos o comportamento do indicador foi diferente do esperado. Ao invés de aumentar a razão do desemprego, no modelo 01 e 03 houve uma redução na razão. Apenas o modelo 03, em que foi utilizada a razão do desemprego entre mulheres e homens, o choque do desemprego ampliou a razão do desemprego.

Alguns fatores podem ajudar a explicar essa aparente contradição nos resultados encontrados frente ao esperado. O primeiro deles, apontado na parte dois da dissertação, está relacionado com a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Como foi discutido, apesar de existirem diferenças consideráveis entre as taxas de desemprego dos diversos grupos que compõem o mercado de trabalho, há uma tendência nos últimos anos para que essa diferença se reduza. Isso pode ajudar a explicar porque nos modelos 01 e 03 a razão tende a cair diante de um choque na TD.

Especialmente na última década, várias políticas públicas foram desenvolvidas que visavam, entre outras coisas, reduzir as diferenças existentes no mercado de trabalho. Programas como o Pronatec, o ProJovem, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) (BRASIL, 2011), são exemplos de políticas públicas que podem contribuir para explicar os resultados encontrados em relação a razão do desemprego de jovens e adultos. Essas políticas afetam diretamente a inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente os jovens, ao fornecer formação educacional e oportunidades para a inserção em melhores condições no mercado de trabalho. Além disso, as políticas de igualdade racial (BRASIL, 2010) também ajudam a entender o comportamento da razão do desemprego entre não negros e negros. Essas medidas tomadas pelo poder público possibilitam uma maior igualdade de oportunidades entre os trabalhadores e como consequência melhora a inserção dos negros no mercado de trabalho.

Um segundo fator que ajuda a explicar esses resultados tem relação com as limitações do indicador construído. Como não foi construído apenas um indicador que agregasse as diferenças entre os grupos, não é possível mensurar se o impacto final de um choque na TD sobre a heterogeneidade dos trabalhadores tende a diminuir a razão, como apontado nos modelos 01 e 03, ou ampliá-la, como indica o modelo 02. Considerando que a participação das mulheres no mercado de trabalho é praticamente proporcional à dos homens, enquanto que a dos negros e jovens, em geral, são menores do que as dos não negros e adultos, pode-se supor que a razão do desemprego entre mulheres e homens tenha um peso maior do que dos

outros grupos. Contudo, como não há um indicador agregado, não é possível confirmar essa suposição. Outra limitação relacionada ao indicador utilizado é que ele não inclui outros elementos que também são importantes para identificar a heterogeneidade entre os trabalhadores, como a duração do desemprego. A heterogeneidade do mercado de trabalho é medida apenas pela taxa de desemprego.

4.5 SÍNTESE DOS RESULTADOS

O uso de metodologias econométricas para a análise do desemprego no Brasil apresenta diversas limitações, sendo a principal delas relacionada com a característica dos dados para economia brasileira. Mudanças de metodologia na coleta de dados, abrangência geográfica e temporal dos dados, disponibilidade de informações, são alguns dos muitos problemas que os dados apresentam. Por causa disso, é comum que os resultados econométricos encontrados apresentem baixa robustez, além de outros problemas relacionados à amostragem. Essas dificuldades são aprofundadas quando se tenta trabalhar com análises de fenômenos que não são tratados de forma ampla pela literatura, como é o caso da heterogeneidade entre os trabalhadores. Diante dessas limitações são necessários cuidados ainda maiores no momento de interpretar os resultados econométricos.

Com base nos dados e na metodologia utilizada, as principais conclusões do trabalho confirmam parcialmente as hipóteses pós-keynesiana e marxista sobre o desemprego. A FIR apontou que diante de choques positivos na demanda efetiva, representadas pela TI e VUCI, a TD tende a ser reduzida. Além disso, a PL é sensível a alterações na taxa de desemprego, que tende a elevar quando ocorrem aumentos no desemprego, como apontado pela teoria marxista. Por outro lado, o argumento neoclássico de que o aumento na participação dos salários leva a um aumento na taxa de desemprego não foi verificado.

Em relação à heterogeneidade dos trabalhadores e o desemprego, os resultados apontam para conclusões diferentes a depender do indicador utilizado. Os três modelos estimados indicam que o desemprego impacta de forma diferenciada os grupos de trabalhadores analisados. Contudo, apenas no modelo 03, em que se utiliza a razão do desemprego entre homens e mulheres, um choque na taxa agregada de desemprego atinge de forma mais intensa o grupo com maior taxa, no caso as mulheres. Nos outros dois modelos, em que se analisa a razão do desemprego entre negros e não negros, e entre jovens e adultos, um choque na taxa de desemprego reduz a razão do desemprego entre os grupos analisados.

Esse resultado indica que a heterogeneidade entre os trabalhadores, pelo menos no que se refere ao gênero, é responsável por dinâmicas de emprego diferenciadas.

5 CONCLUSÕES

A principal motivação por trás da pesquisa realizada nessa dissertação foi buscar entender os motivos que levam o desemprego a apresentar determinadas particularidades quando analisado a partir das diferenças entre os trabalhadores, tendo como base as teorias econômicas que estudam o desemprego. A partir de uma breve observação dos dados dos mercados de trabalho brasileiro e norte-americano fica evidente que determinados grupos de trabalhadores sofrem com taxas de desemprego e duração de desemprego bem maiores do que outros grupos. A pergunta que surgiu a partir dessas evidências foi saber quais as explicações a teoria econômica apresenta para essas questões. Como explicar o fato de os negros terem, aparentemente, taxas de desemprego sistematicamente maiores do que os brancos? Qual o motivo das mulheres e jovens sofrerem com o desemprego de forma mais intensa do que os homens e os adultos? Foi o esforço de compreender essas questões à luz das teorias macroeconômicas do desemprego que guiou a construção desse trabalho.

Contudo, antes de tentar responder essas questões, era necessário identificar se essas evidências poderiam ser consideradas relevantes do ponto de vista teórico e confirmadas a partir de uma leitura mais rígida dos dados estatísticos. Nesse contexto é que foi construído capítulo um dessa dissertação. Seus principais objetivos foram identificar a relevância teórica de discutir a heterogeneidade dos trabalhadores e verificar de que forma a teoria econômica trata dessa heterogeneidade. Além disso, o capítulo também tinha o objetivo de construir uma breve análise dos dados do mercado de trabalho de dois países, o Brasil e os EUA. Compará-los seria útil para verificar padrões de comportamento do desemprego que não estivessem relacionados apenas às especificidades de cada nação. As principais conclusões encontradas indicam que, tanto no sentido teórico quanto no sentido empírico, inserir a heterogeneidade dos trabalhadores no estudo do desemprego é um exercício relevante a ser feito. As características ligadas ao gênero, à raça, à faixa etária, entre outras, demonstraram ser estatisticamente importantes para o estudo do mercado de trabalho nos dois países analisados.

Partindo dos argumentos e evidências levantadas nesse capítulo, o próximo passo foi verificar de que modo as teorias macroeconômicas do desemprego tratavam a heterogeneidade dos trabalhadores. Foram escolhidas quatro teorias: a NAIRU, a teoria do desemprego novo-keynesiana, pós-keynesiana e marxista. Para cada uma delas, foi feita uma análise dos principais elementos que as fundamentam, alguns trabalhos empíricos aplicados para o Brasil e o modo como é tratada a heterogeneidade dos trabalhadores. Nesse sentido, é importante destacar que mesmo uma parte da literatura tendo por objetivo entender aspectos

microeconômicos das relações de trabalho, o desemprego constitui-se um fenômeno agregado e que, portanto, precisa ser entendido a partir da esfera macroeconômica.

A principal conclusão foi que, em geral, as teorias macroeconômicas do desemprego tratam de forma limitada ou indireta a heterogeneidade dos trabalhadores. Em todas as teorias, poucos estudos empíricos aplicados para o Brasil levam em consideração que o mercado de trabalho é um espaço onde os trabalhadores não são homogêneos e que isso pode influenciar o desemprego. Contudo, apesar das limitações observadas, nas teorias marxista e pós-keynesiana, mesmo enfatizando o desemprego em termos da dinâmica mais geral da economia, e não da dinâmica intrínseca do desemprego, foi verificado que elas podem oferecer alguns insights sobre a questão do desemprego e sua dinâmica nos diversos grupos que compõem o mercado de trabalho.

Com base no conceito do EIR desenvolvida por Marx, é possível construir uma análise do desemprego que insira a heterogeneidade e ajude a entender o porquê de determinados grupos que compõem o mercado de trabalho sofrerem com o desemprego de forma diferenciada. Os trabalhos de Granato Neto (2013) e Foster, Mcchesney e Jonna (2011) são pontos de partida adequados para isso. Esses autores conseguiram articular a categoria marxista do EIR com alguns dados estatísticos do mercado de trabalho. Dessa forma, é possível compreender as evidências estatísticas sobre o desemprego com base em um referencial teórico relevante. Partindo dessas pesquisas, também é razoável analisar o mercado de trabalho como um espaço formado por trabalhadores heterogêneos, apesar de os autores marxistas não fazerem isso diretamente.

Em nível de política econômica, a teoria pós-keynesiana também pode trazer importantes contribuições. Como discutido, um dos objetivos a ser alcançado pelos instrumentos de política econômica, no sentido keynesiano, é o pleno emprego. Mas para que a economia convirja concretamente para essa condição, por intermédio de políticas econômicas de caráter geral, é necessário que a taxa de desemprego dos diversos grupos que compõem a força de trabalho seja próxima da média geral. Caso contrário, uma situação de pleno emprego pode ocultar um nível de desemprego elevado em alguns grupos de trabalhadores, o que exige políticas específicas para tratar do desemprego nesses diferentes grupos.

Com base nas evidências empíricas e as discussões teóricas levantadas no capítulo um e dois, foi estimado um modelo econométrico para o Brasil no período de 1990 a 2013. O primeiro objetivo foi testar algumas hipóteses teóricas sobre o desemprego com base na

realidade brasileira. Os resultados da Função Impulso-Resposta (FIR) em um modelo VEC confirmam, parcialmente, o argumento pós-keynesiano de que as variáveis ligadas à demanda efetiva afetam negativamente a taxa do desemprego, e a hipótese marxista de que um aumento no desemprego reduz os salários. Por outro lado, a hipótese neoclássica da relação entre a produtividade e o desemprego não foi verificada no exercício.

O segundo objetivo do modelo estimado, ponto central da pesquisa, foi analisar de que forma aumentos na taxa de desemprego agregado afetam as diferenças existentes na taxa de desemprego de alguns grupos que compõem o mercado de trabalho brasileiro. Devido à indisponibilidade de dados foi utilizada a razão da taxa de desemprego entre alguns grupos que compõem a força de trabalho como uma *proxy* para medir, mesmo que imperfeitamente, a heterogeneidade presente no mercado de trabalho brasileiro. Os grupos escolhidos foram negros e não negros, mulheres e homens, e jovens e adultos. Os resultados da Função Impulso Resposta indicam que uma variação na taxa de desemprego da economia incide de forma diferenciada entre esses diferentes grupos. Contudo, apenas o indicador construído a partir da razão entre a taxa de desemprego das mulheres e dos homens indica que o choque na taxa de desemprego aumenta a diferença no desemprego entre os grupos. Nos outros indicadores o resultado indica o contrário, isto é, ocorre uma redução na razão.

Em síntese, os resultados gerais do trabalho apontam para algumas respostas sobre a relação da heterogeneidade dos trabalhadores e o desemprego. Em primeiro lugar, as evidências estatísticas confirmam que a heterogeneidade é uma variável relevante no estudo do mercado de trabalho e uma forma de percebê-la é observando as taxas de desemprego e o tempo de duração do desemprego entre os diversos grupos que compõem a força de trabalho. Nesse sentido, a teoria do mercado dual fornece instrumentos para explicar essa relação com base no modo em que os trabalhadores são inseridos no mercado de trabalho. Haveria dois tipos de mercados com estruturas diferenciadas. No primário estão as vagas de emprego com as melhores condições, tanto no nível de direitos trabalhistas quanto em condições de desenvolvimento profissional para os trabalhadores. Nele estariam inseridos, majoritariamente, os grupos com as menores taxas de desemprego. No mercado secundário, ao contrário, estão os empregos com piores condições, levando os trabalhadores inseridos nele a sofrerem com taxas de desemprego mais elevados, além de ficarem com um tempo maior sem emprego.

Em segundo lugar, apesar da relevância, percebe-se que as teorias macroeconômicas que discutem o desemprego, pela sua própria natureza agregativa, não tratam diretamente da

relação entre a heterogeneidade e o desemprego. A NAIRU e a teoria Novo-Keynesiana possuem limitações estruturais em suas análises do desemprego, já que, em geral, não veem o desemprego como um fenômeno pertencente à dinâmica capitalista, mas como uma anomalia. Já as teorias pós-keynesiana e marxista, em parte, omitem-se em discutir tais questões. Contudo, no caso das últimas duas, seus arcabouços teóricos e metodológicos são plenamente compatíveis com o enfoque desagregado do desemprego, o que abre espaço para uma nova agenda de pesquisa que tente entender o desemprego a partir das particularidades dos trabalhadores.

Por fim, em terceiro lugar, os dados da economia brasileira do período de 1990 a 2013 e a metodologia utilizada parecem confirmar as hipóteses pós-keynesiana e marxista em relação ao desemprego. Além disso, quando o desemprego é ampliado há uma tendência no mercado de trabalho brasileiro de aumentar a razão da taxa de desemprego entre mulheres e homens. Isso indica que a taxa de desemprego, pelo menos ao que se refere às diferenças de gênero, afeta mais as mulheres do que os homens. Contudo quando são analisadas as diferenças raciais e de faixa etária, os resultados indicam que há uma tendência permanente de diminuição na razão do desemprego entre esses grupos, o que aponta para uma redução na diferença da taxa de desemprego entre jovens e adultos, e entre negros e não negros. Em suma, a hipótese central da dissertação, de que a heterogeneidade da força de trabalho afeta o desemprego, não pode ser rejeitada para a economia brasileira no período em questão.

Mesmo com essas contribuições, não se trata de um resultado final. Novas pesquisas devem ser desenvolvidas no sentido de incluir aspectos mesoeconômicos e microeconômicos, que ajudam a entender a heterogeneidade dos trabalhadores, com as teorias macroeconômicas do desemprego. Além disso, também podem ser incorporados elementos atuais da teoria da segmentação, teorias ortodoxas da discriminação, discussões das relações de trabalho, sociologia/socioeconomia do trabalho e abordagens estruturalistas como a CEPAL.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E. J. Bargaining Power, Markup Power, and Wage Differentials in Brazil. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 313-322, June 1994.
- AMADEO, E. J.; ESTEVÃO, M. **A Teoria Econômica do Desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994. 254 p.
- ANGELI, E. Uma Discussão sobre o Individualismo em Economia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 39, 2011, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, 2011. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2011.htm#TRABALHOS>. Acesso em: 08 out. de 2014.
- ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. Transições e Duração do Desemprego: uma Revisão da Literatura com Novas Evidências para Belo Horizonte. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 375-406, set./dez. 2006.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 264 p.
- ARBACHE, J. Wage Differentials in Brazil: Theory and Evidence. **Journal of Development Studies**, London, v. 38, n. 2, p. 109-130, Mar. 2001.
- BALL, L.; MANKIW, N. **The NAIRU in Theory and Practice**. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), May 2002. (Working Paper, n. 8940).
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro**: uma Avaliação Empírica. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 452).
- BASU, D. The Reserve Army of Labor in the Postwar U.S. Economy. **Science & Society**, New York, v. 77, n.2, p. 179-201, Apr. 2013.
- BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, n. 5, p. 9-49, Oct. 1962.
- BHADURI, A. Endogenous Economic Growth: a New Approach. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 69-83, May 2005.
- BIAGE, M.; CORREA, V. P.; NEDER, H. D. Risco País, Fluxos de Capitais e Determinação da Taxa de Juros no Brasil: Uma Análise de Impactos por Meio da Metodologia VEC. **Revista Economia**, Brasília, v.9, n.1, p.63-113, jan./abr. 2008.
- BLANCHARD, O. J.; SUMMERS, J. Hysteresis and the European Unemployment Problem? In: FISCHER, S. (Ed.). **NBER Macroeconomics Annual 1986**. Cambridge: MIT Press, 1986. v. 1, cap. 1, p. 15-90.

BLANCHFLOWER, D. G.; OSWALD, A. J. **The Wage Curve Reloaded**. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), May 2005. (Working Paper, n. 11338).

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1-5, 20 de jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1-3, 26 de out. 2011.

BROOKS, C. **Introductory Econometrics for Finance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 716 p.

BULOW, J. I; SUMMERS, L. H. **A Theory of Dual Labor Markets with Application to Industrial Policy, Discrimination and Keynesian Unemployment**. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), July 1985. (Working Paper, n. 1666)

BUREAU LABOUR STATISTICS - BLS. **Current Population Survey**. 1948-2012. Disponível em: <<http://www.bls.gov/cps/lfcharacteristics.htm#unemp>>. Acesso em: 10 set. 2014.

BUREAU OF LABOR STATISTICS-BLS. **How The Government Measures Unemployment**. 1990-2012. Disponível em: <http://www.bls.gov/cps/cps_htgm.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

CACCIAMALI, M. C. Determinantes da Duração do Desemprego no Brasil em Crises Econômicas. In: SEMINÁRIO DE DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE POLÍTICAS PARA O MERCADO DE TRABALHO, 2012, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: Programa de Integração da América Latina (PROLAN), 2012. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/21_12_10/xi-ciclo-de-debates/xi-ciclo-cacciamali-toledo-tatei.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CALDENTEY, E. P.; VERNENGO, M. **Wage and Profit-led Growth: The Limits to Neo-Kaleckian Models and a Kaldorian Proposal**. New York: Levy Economics Institute, Sept. 2013. (Working Paper, n. 775).

CALMFORS, L.; DRIFFILL, J. Bargaining Structure, Corporatism, and Macroeconomic Performance. **Economic Policy**, Oxford, v. 3, n. 6, p. 13-61, Apr. 1988.

CAMPOS, S. H. A Questão dos Determinantes dos Salários nas Teorias Clássica, Marxista e Neoclássica. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 131-157, jan. 1991.

CARLIN, W.; SOSKICE, D. **Macroeconomics and the Wage Bargain: A Modern Approach to Employment, Inflation and the Exchange Rate**. New York: Oxford University Press, 1990. 482 p.

CARNEIRO, F. G. Efficiency Wages, Insiders - Outsiders e Determinação de Salários: Teoria e Evidências. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2 (66), abr./jun. 1997.

CASSETI, M. Bargaining Power, Effective Demand and Technical Progress: a Kaleckian model of growth. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 27, n.3, p. 449–64, May 2003.

CHADAREVIAN, P. C. Elementos para uma Crítica da Teoria Neoclássica da Discriminação. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 104-132, dez. 2009.

CHADAREVIAN, P. C. Os Precusores da Interpretação Marxista do Problema Racial. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 24, p. 73-92, 2007.

DATHEIN, R. Teorias Econômicas e Políticas Contra o Desemprego. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 1(27), p. 121-153, jan. 2005.

DAVIDSON, P. Colocando as Evidências em Ordem: Macroeconomia de Keynes Versus Velho e Novo Keynesianismo. In: LIMA, T.; SICSU, G.; PAULA, L. F. (Org.). **Macroeconomia Moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. cap. 2, p. 33-64.

DAVIDSON, P. Post Keynesian Employment Analysis and the Macroeconomics of OECD Unemployment. **Economic Journal**, Oxford, v. 108, p. 817–31, May 1998.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 1(97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

DEDECCA, C. S.; MENEZES, W. F. **Os Sentidos das Precariedades em dois Mercados Nacionais de Trabalho**: Brasil e Estados Unidos - uma comparação. Campinas: IE/Unicamp, abr. 2011. (Texto para Discussão, n. 191).

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. Evolução Recente dos Indicadores de Produtividade no Brasil. **Radar**: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior (IPEA). Brasília, n.1, p. 7-16, abr. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. 1998-2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>. Acesso em 08 de novembro de 2014.

DOERINGER, P.; PIORE, M. **Public and Private Responsibilities in the on-the-job Training of Disadvantaged Workers**. Cambridge: MIT Economics Department, June 1968. (Working Paper, n. 23).

DRUMMOND, C. E. I. A Lei Geral de Acumulação Capitalista: uma Análise a Partir de um Modelo de Goodwin Modificado. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 29, n. 55, p. 155-169, mar. 2011.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Structural Unemployment in the Crisis of the Late Twentieth Century: A Comparison between the European and US Experiences. In: BELLOFIORE, R. **Global Money, Capital Restructuring and the Changing Patterns of Labor**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 1999. cap 2, p. 33-48.

DUTT, A. K. A Kaldorian Model of Economic Growth and Development Revisited: a Comment on Thirlwall. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 44, n.1, p. 156-68, Jan. 1992.

EL-HANI, C. N.; PEREIRA, A. M. Reduccionismo ou Holismo? Desperguntando a Questão. **Ideação**, Feira de Santana, n. 3, p. 69-100, jan./jun. 1999.

ENDERS, W. **Applied Econometric Time Series**. 2nd. ed. New Jersey: Wiley, 2004. 460 p.

ENGLAND, P.; FOLBRE, N. Gender and Economic Sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**. 2nd. ed. New York: Russell Sage Foundation, 2005. cap. 27, p. 627-49.

ERNST, E.; RANI, U. Understanding Unemployment Flows. **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, v. 27, n. 2, p. 268-294, Oct. 2011.

ESTEVES, L. Salário Eficiência e Esforço de Trabalho: Evidências da Indústria Brasileira de Construção. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, n. 2, p.327-341, mai./ago. 2008.

ESTEVES, L. Uma Nota sobre Intensidade de Supervisão nas Indústrias Brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 60, n.3, p. 235-246, jul./set. 2006.

FEIJÓ, C. A. A medida de Utilização de Capacidade Conceitos e Metodologias. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 611-629, set./dez. 2006.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 512 p.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A Noção de Incerteza nos Pós-keynesianos e Institucionalistas: uma Conciliação Possível? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 99-122, jul. 2001.

FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, Exército de Reserva, Mercado Formal e Informal: Rediscutindo Categorias**. 2010. 274 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, A. B. H. Heterogeneidade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Eritema. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 485 p.

FERREIRA, A.; AGUIRRE, A.; GOMES, F. Estimates of the NAIRU for Brazil Using the Ball-Mankiw Approach. **Notas Técnicas da Cepe**, Belo Horizonte, May 2003. Disponível em: <<http://www.cepe.ecn.br/nairu3a.pdf>>. Acesso em: 06 out. de 2014.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2003. 294 p.

FOSTER, J. B.; McCHESNEY, R. W.; JONNA, R. J. The Global Reserve Army of Labor and the New Imperialism, **Monthly Review**, New York, v. 63, n. 6, p. 6-38, Nov. 2011.

FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 58, n. 1, p. 1-17, Mar. 1968.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Utilização da Capacidade Instalada**. 1990-2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 2 Dez. de 2014.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1971. 352 p.

GATICA, J.; MIZALA, A.; ROMAGUERA, P. Interindustry Wage Differentials in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 43, n. 2, p. 315–331, Jan. 1995.

GIANNINI, C. **Topics in Structural VAR Econometrics**. 2. ed. Berlin: Springer Verlag. 1997. 131 p.

GOMES, C.; GOMES, F. A. R. Hysteresis vs. NAIRU & Convergence vs Divergence: The Behavior of Regional Unemployment in Brazil. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA DE BELO HORIZONTE, 2, 2005, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte: Centro de Pesquisa em Economia Internacional, 2005. Disponível em: <<http://www.cepe.ecn.br/seminarioii/material/pappers/cleomar.pdf>>. Acesso em: 03 set. de 2014.

GONTIJO, C. Notas Críticas sobre a Macroeconomia Novo-Keynesiana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2 (114), p. 285-301, abr./jun. 2009.

GOODWIN, R. M. A Growth Cycle. In: FEINSTEIN, C. H. (Ed.). **Socialism, Capitalism and Economic Growth**. London/New York: Cambridge University Press, 1967. cap. 4, parte I, p. 54-59.

GORDON, D. M. Six-Percent Unemployment Ain't Natural: Demystifying the Idea of a Rising "Natural Rate of Unemployment". **Social Research**, Cambridge, v. 54, n. 2, p. 223-246, June 1987.

GORDON, D. M. The Un-Natural Rate of Unemployment: An Econometric Critique of the Nairu Hypothesis. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 78, n. 2, p. 117-123, May 1988.

GRANATO NETO, N. N. **Exército Industrial de Reserva: Conceito e Mensuração**. 2013. 125 f. Tese (Doutorado em Economia) - Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GRANATO NETO, N. N.; GERMER, C. M. A Evolução Recente do Mercado de Força de Trabalho Brasileiro sob a Perspectiva do Conceito de Exército Industrial de Reserva. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 162-181, 2013.

GREEN, W. **Econometrics Analysis**. New York: Macmillan Publishing Company, 1990. 1178 p.

GREENWALD, B; STIGLITZ, J. New and Old Keynesians. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v.7, n. 1, p.23-45, Oct. 1993.

GRIFFITHS, W. E. et al. **Learning and Practicing Econometrics**. New York: John Wiley & Sons, 1993. 896 p.

GUIMARÃES, N. A. Por uma Sociologia do Desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 103-121, out. 2002.

GUIRALDELLI, R. Presença Feminina no Mundo do Trabalho: História e Atualidade. **Rede de Estudos do Trabalho**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 4-19, nov. 2007.

GUJARATI, D. N. **Basic Econometrics**. 3th. ed. Londres: McGraw-Hill, 1995. 1002 p.

GÜTTLER, C. N. **Eficiência Informacional no Mercado de Ações Brasileiro**: Análise de Cointegração e Causalidade de Granger. 2006. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

HANSEN, W. L.; WEISBROD, B. A.; SCANLON, W. J. Scholling and Earnings Low Achievers. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 60, n. 3, p. 409-418, June 1970.

HEIN, E.; VOGEL, L., Distribution and Growth Reconsidered Empirical Results for Six OECD Countries, **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 32, n.3, p. 479-511, Dec. 2008.

HOBSON, J. A. **A Evolução do Capitalismo Moderno**: Um Estudo da Produção Mecanizada. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 316 p.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: Análise de Dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, jun. 2008.

HOLMES, J. M.; HULTON, P. A. Keynesian Involuntary Unemployment and Sticky Nominal Wages. **The Economic Journal**, Londres, v. 106, n. 439, p. 1564-1585, Nov. 1996.

HOWELL, D. R. et al. Are Protective Labor Market Institutions at the Root of Unemployment? A Critical Review of the Evidence. **Capitalism and Society**, New, York, v. 2, n. 1, p. 1-71, Jan./Dec. 2007.

HOWELL, D. R. **Fighting Unemployment**: The Limits of Free Market Orthodoxy. New York: Oxford University Press, 2005. 354 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. 1990 - 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/>. Acesso em: 26 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 1990-2013. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 14 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA - IPEA. **Sistema de Contas Nacionais**. 1990-2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

JEHLE, G. A.; RENY, P. J. **Advanced Microeconomic Theory**. 2nd. ed. Melbourne: Addison Wesley, 2000. 533 p.

KALDOR, N. **Essays on Economic Stability and Growth**. Glencoe: The Free Press, 1960. 302 p.

KALDOR, N. **Further Essays on Economic Theory**. New York: Holmes & Meier, 1978. 232 p.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 352 p. (Coleção Os Economistas).

KOBAYASHI, T. C. **Volatilidade da Conta Financeira do Balanço de Pagamentos: os Casos do Brasil, México, Argentina e Chile**. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

LAVOIE, M. **Introduction to Post-Keynesian Economics**. New York: Palgrave Macmilian, 2006. 150 p.

LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. **Wage Led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery**. New York: Palgrave Macmilan, 2013. 250 p.

LEÓN-LEDESMA, M. Unemployment Hysteresis in the US and the EU: A Panel Data Approach, **Bulletin of Economic Research**, Malden, v. 54, n. 2, p. 95–105, Apr. 2002.

LIMA, R. Mercado de Trabalho: o Capital Humano e a Teoria da Segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 217-272, abr. 1980.

LINDBECK, A. Wage Setting, Unemployment, and Insider-Outsider Relations. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 76, n. 2, p. 235-239, May 1986.

LINDBECK, A.; SNOWER, D. J. Insiders versus Outsiders. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 15, n. 1, p. 165-188, Jan. 2001.

LUPORINI, V.; JOANA, A. Investimento Privado: uma Análise Empírica para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 449-475, dez. 2010.

MADSEN, J. B. General Equilibrium Macroeconomic Models of Unemployment: Can They Explain the Unemployment Path in the OECD? **The Economic Journal**, London, v. 108, n. 448, p. 850-867, May 1998.

MANKIW, N. G. Small Menu Costs and Large Business Cycles: a Macroeconomic Model of Monopoly. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 100, n. 2, p. 529-538, May 1985.

MANKIW, N. G. The Reincarnation of Keynesian Economics. **European Economic Review**, London, v. 36, n. 2, p. 559-565, Apr. 1992.

MARGLIN, S.; BHADURI, A. Unemployment and the Real Wage: the Economic Basis for Contesting Political Ideologies. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 14, n. 4, p. 375-393, Dec. 1990.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 330 p.

MARQUETTI, A.; MALDONADO FILHO, E. The Rate of Profit in the Brazilian Economy, 1953-2003. **The Review of Radical Political Economics**, Ithaca, v. 42, n. 4, p. 485-504, Dec. 2010.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. II, São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Economistas), 1983. v. 2. 496 p.

MATTOS, E A. Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão. **Videtur**, Salamanca, v.13, p. 3-20, 2002.

MENEZES, A. I.; CUNHA, M. S. Evidências sobre a Duração do Desemprego no Brasil no Período Recente. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 15, 2012, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, 2012. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/EvidenciasSobreADuracaoDoDesemprego.pdf>>. Acesso em: 14 out. de 2014.

MENEZES, W.; UCHOA, C. F. A.; MAIA, S. F. A Histerese do Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. **Revista da ABET**, Curitiba, v. 5, n. 1, p.3-28, jan./jun. 2005.

MIEBACH, A. D.; MARQUETTI, A. A. Distribuição e Nível Atividade: O ciclo de Goodwin na Economia Brasileira. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 14., 2013, Curitiba, PR. **Anais...** Porto Alegre: Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_I/i6-c192ad4e56b3b16c868c2bcbd8796295.pdf>. Acesso em: 03 nov. de 2014.

MURPHY, K. Incentives, Learning, and Compensation: A Theoretical and Empirical Investigation of Managerial Labor Contracts. **Rand Journal of Economics**, Santa Monica, v. 17, n. 1, p. 59-76, Apr./June 1986.

NERY, P. F. F. A. Uma Resenha Teórica sobre o Desemprego Involuntário. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 11, n. 2, p. 87-104, jul./dez. 2012.

- NICKELL, S.; NUNZIATA, L.; AND OCHEL, W. Unemployment in the OECD since the 1960s. What Do We Know? **The Economic Journal**, London, v. 115, n.500, p. 1–27. Jan. 2005.
- NIKKINEN, J. SAHLSTROM, P. Does Agency Theory Provide a General Framework for Audit Pricing? **International Journal of Auditing**, Malden, v. 8, n. 3, p. 253-262, Nov. 2004.
- NOGUEIRA, C. M. **A Feminização no Mundo do Trabalho**: entre a Emancipação e a Precarização. Campinas: Autores Associados, 2004. 112 p.
- OREIRO, J. L. Economia Pós-Keynesiana: Origem, Programa de Pesquisa, Questões Resolvidas e Desenvolvimentos Futuros. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 283-312, nov. 2011.
- OREIRO, J. L. et al. Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário no Brasil: Teoria e Evidência Recente. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n.4, p. 609–634, out./dez. 2006.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 1990 - 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em 15 Set. de 2014.
- PEREIRA, J. B.; NASCIMENTO, R. Crescimento, Emprego e Renda no Brasil: Rumo ao Pleno Emprego Produtivo. **Revista Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 61-80, abr/jun 2012.
- PHELPS, E. S. Money-Wage Dynamics and Labour Market Equilibrium. **Journal of Political Economy**, Chicago, n. 4, v. 76, p. 678-711, July/Aug.1968.
- PHELPS, E. S. Phillips Curves, Expectations of Inflation and Optimal Unemployment Over time. **Economica (New Series)**, London, v. 34, n. 135, p. 254-281, Aug. 1967.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As Origens da Nossa Época. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 360 p.
- POLLIN, R. Class Conflict and the "Natural Rate of Unemployment". **Challenge**, Atlanta, v. 42, n. 6, p. 103-111, Nov./Dec. 1999.
- POLLIN, R. The "Reserve Army of Labor" and the "Natural Rate of Unemployment": Can Marx, Kalecki, Friedman, and Wall Street All Be Wrong? **Review of Radical Political Economics**, Ithaca, v. 30, n. 3, p. 1-13, Sept. 1998.
- PORTUGAL, M. S.; MADALOZZO, R. C. Um Modelo de Nairu para o Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n.4, p. 26-47, out./dez. 2000.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963. 440 p.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. 366 p.

QUADROS, W. J. Gênero e Raça na Desigualdade Social Brasileira Recente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n.50, p. 95-117, jan./abr. 2004.

REICH, M.; GORDON, D. M.; EDWARDS, R. C. A Theory of Labor Market Segmentation. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 6, n. 2, p. 359-365, May 1973.

REIS, M.; AGUAS, M. Duração do Desemprego e Transições para o Emprego Formal, a Inatividade e a Informalidade. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 35-50, jan./mar. 2014.

RUSSELL, M. The New Reserve Army of Labor. **Review of Radical Political Economics**, Ithaca, v. 33, n. 2, p. 223-234, June 2001.

SAMUELSON, P. A. Wages and Interest: A Modern Dissection of Marxian Economic Models. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 47, n. 6, p. 884-912, Dec. 1957.

SAMUELSON, P. A.; R.M. SOLOW. Analytical Aspects of Anti-Inflation Policy. **American Economic Review Papers and Proceedings**, Pittsburgh, v. 50, n. 2, p. 177-94, May 1960.

SANTOS, J. B. F. **O Averso da Maldição do Gênesis: A Saga de quem não tem Trabalho**. São Paulo: Anablume, 2000. 317 p.

SARANTIS, N. Distribution, Aggregate Demand and Unemployment in the OECD Countries. **The Economic Journal**, London, v. 103, n. 417, p. 459-467, Mar. 1993.

SASAKI, H. Endogenous Technological Change, Income Distribution, and Unemployment with Inter-class Conflict. **Structural Change and Economic Dynamics**, Texas, v. 21, n. 2, p. 123-134, May 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 235 p.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 51, n. 1, p. 1-17, Mar. 1961.

SHAIKH, A. Labor Market Dynamics within Rival Macroeconomic Frameworks. In: ARGYROUS, G., FORESTATER, M., MONGIOVI, G. (Ed.). **Growth, Distribution and Effective Demand: Alternatives to Economic Orthodoxy**, Essays in Honor of Edward J. Nell. New York: M.E. Sharpe, 2004. cap. 8, p. 127-143.

SILVA FILHO, T. N. T. **The Natural Rate of Unemployment in Brazil, Chile, Colombia and Venezuela: Some Results and Challenges**. Brasília: Banco Central do Brasil, Sept. 2010. (Working Paper, n. 212)

SILVA, G. J. C.; RESENDE, M. F. C. Eficácia dos Controles de Capitais no Brasil: Uma Abordagem Teórica e Empírica Alternativa. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 617-649, jul./set. 2010.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 120 p.

SIMS, C. Macroeconomics and Reality. **Econometrica**, Cleveland, v. 48, n. 1, p. 1-48, Jan.1980.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Nova Cultura, 1996. 400 p.

SOLMON, L. C. Capital Formation by Expenditures on Formal Education, 1880 and 1890. **The Journal of Economic History**, Cambridge, v. 29, n. 1, p. 167-172, Mar. 1969.

SOLOW, R. M. Another Possible Source of Wage Stickiness. **Journal of Macroeconomics**, Georgia, v.1, n. 1, p. 79 - 82, Jan. 1979.

STOCKHAMMER, E. Is the NAIRU Theory a Monetarist, New Keynesian, Post Keynesian or a Marxist Theory? **Metroeconomica**, Malden, v. 59, n. 3, p. 479–510, July 2008.

STOCKHAMMER, E. Is There an Equilibrium Rate of Unemployment in the Long Run? **Review of Political Economy**, Sidney, v. 16, n. 1, p. 59–77, Jan. 2004a.

STOCKHAMMER, E. **The Rise of Unemployment in Europe**: A Keynesian Approach. Massashucetts: Edward Elgar, 2004b, 214 p.

STOCKHAMMER, E. et al. Functional Income Distribution and Aggregate Demand in the Euro Area. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 33, n.1, p. 139–159. Jan. 2009.

STOCKHAMMER, E.; KLÄR, E. Capital Accumulation, Labour Market Institutions, and Unemployment in the Medium Run. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 35, n. 2, p. 437–57, Mar. 2011.

STOCKHAMMER, E.; ONARAN, O. Accumulation, Distribution and Employment: a Structural VAR Approach to a Kaleckian Macro Model. **Structural Change and Economic Dynamics**, Austin, v. 15, n.4, p. 421–47, Dec. 2004.

STRAUSSMAN, J. D. The ‘Reserve Army’ of the Unemployed Revisited. **Society**, v. 14, n. 3, p. 40-45, Mar./Apr. 1977.

TEIXEIRA, A. M.; MISSIO, F. J. O "Novo" Consenso Macroeconômico e alguns Insights da Crítica Heterodoxa. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2(42), p. 237-297, ago. 2011.

UHR, D. A. P.; ZIERO, J. G. Existe Trade-off entre Supervisão e Salários? Evidências para a Indústria da Construção Civil Brasileira. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA

REGIÃO SUL, 14., 2011, Florianópolis, SC. **Anais...** Porto Alegre: Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, 2011. Disponível em: <<http://www.anpecsul2011.ufsc.br/?go=artigos>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

VARIAN, H. R. **Microeconomic Analysis**. 3th. ed. New York: W. W. Norton, 1992. 506 p.

WRIGHT, E. O.; LEVINE, A.; SOBER, E. Marxism and Methodological Individualism. In: MATRAVERS, D.; PIKE, J. **Debates in Contemporary Political Philosophy: An anthology**. London: Open University, 2003. cap. 5, p. 54 - 66.